



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ESDRAS TAVARES DE OLIVEIRA**

**A “EXCLUSÃO SOCIAL” EM PAUTA:  
REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO NO SERVIÇO SOCIAL**

**RECIFE  
2014**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ESDRAS TAVARES DE OLIVEIRA**

**A “EXCLUSÃO SOCIAL” EM PAUTA:  
REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO NO SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Mônica Rodrigues Costa

**RECIFE  
2014**

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| O48e | <p>Oliveira, Esdras Tavares de<br/>A “exclusão social” em pauta: reflexões sobre o conceito no Serviço Social / Esdras Tavares de Oliveira. - Recife : O Autor, 2014.<br/>132 folhas : il. 30 cm.</p> <p>Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Rodrigues Costa.<br/>Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2014.<br/>Inclui referências e apêndices.</p> <p>1. Etnografia. 2. Documentos. 3. Exclusão social. 4. Serviço Social. I. Costa, Mônica Rodrigues (Orientadora). II. Título.</p> <p>361 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2014 – 097)</p> |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

ESDRAS TAVARES DE OLIVEIRA

A “EXCLUSÃO SOCIAL” EM PAUTA:  
REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO NO SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: 10/07/2014

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Mônica Rodrigues Costa (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

Aos meus pais e avós,  
pelo amor de perto e de longe.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por revelar a mim que a fé, mais do que ópio, pode ser o remédio para a incredulidade e o ódio não se confundindo com passividade ou intolerância.

Aos meus pais, pelos ouvidos atentos, pelos braços sempre abertos, e pelo amor dedicado. De vocês carrego a força e a determinação.

Aos meus avós, pelo cuidado ininterrupto. Espero crescer em maturidade e sabedoria com vocês aproveitando cada momento.

À minha orientadora, Mônica Rodrigues, pelo carinho, sensibilidade, e aconselhamentos fundamentais aos longos desses últimos anos.

Aos professores e amigos do mestrado, pelos ensinamentos. O apoio de todos me fizeram mais sábio e atento à realidade que nos cerca.

À minha família, em especial aos “irmãos escolhidos”: Bela, William e Grazi, pelos votos de sucesso. Sei que vocês torcem por mim mesmo estando distantes.

À comadre Caline, pelo companheirismo e cumplicidade. Sua coragem e simplicidade me tornam melhor e mais feliz.

À Gyovanna, minha “filha escolhida”, pelo respeito e cuidado. Você ocupa em minha mente e em meu coração um lugar único. Eu te amo!

À querida Gabriela, pela amizade boa e sincera. Minha admiração por você é perene. Faço votos para que possamos continuar juntos por toda vida.

Às amigas Angela e Roberta, pela paciência e por se manterem fiéis e prontas a me acompanhar. Vocês são incríveis.

A todos, que mesmo não presentes nominalmente nestes agradecimentos, contribuíram para meu crescimento pessoal e acadêmico. Muito obrigado!

Sublinho com isso que o que se traz de um estudo de campo depende muito daquilo que se levou para ele. Essa pelo menos foi a minha experiência, tanto no que diz respeito às minhas próprias pesquisas, quanto do que pude concluir das de meus colegas. (EVANS-PRITCHARD, 2005)

## RESUMO

Esta dissertação realizou um estudo sobre o conceito de “exclusão” no Serviço Social. Tendo como objetivo geral analisar as definições de “exclusão social” empregadas pelos assistentes sociais brasileiros, entre os anos de 1980 e 2013, partiu de uma abordagem etnográfica de documentos elegendo como campo de pesquisa: livros, anais de congresso e periódicos. Acompanharam-se, primeiramente, os embates em torno do significado e validade da etnografia, caracterizando-a como um exercício de alteridade no qual o pesquisador se aproxima de uma realidade desconhecida visando torná-la inteligível. Com isso, foi explicitado que a abordagem etnográfica de documentos se particulariza por considerar aqueles que escrevem como “nativos” interessando ao pesquisador desvendar o que pensam e/ou como se posicionam acerca de certos temas. Em seguida, averiguou-se o surgimento do conceito e sua recepção no Brasil destacando-se a existência de três matrizes explicativas da “exclusão”: a primeira nega sua existência, a segunda a afirma e a última indicando sua existência alerta para que não seja confundida com outras realidades. Ao final, procedeu-se a análise de 15 artigos escritos por assistentes sociais brasileiros nos periódicos “Serviço Social & Sociedade”, “Serviço Social em Revista”, e “Textos & Contextos”, sendo observado neles à predominância da matriz interpretativa que afirma a existência da “exclusão social”. Conclui-se, assim, que não havendo uma definição única entre os profissionais de Serviço Social, existe a ideia que a “exclusão” significa “estar fora” (do mercado formal de trabalho, da escola, dos direitos, da cidade formal, das instituições de saúde, entre outros) se referindo a uma situação, processo, ou estado que atinge o ser social em sua singularidade, mas que tem sua gênese na sociedade e sua (re)produção nas relações sociais. Configurando-se como a negação dos direitos e/ou da cidadania, a rejeição da esfera da humanidade, a discriminação negativa baseada em rituais proclamados e legitimados, a expulsão do mundo do trabalho e a situação de privação coletiva, foi possível verificar que o conceito possui na profissão interface com a “questão social”.

Palavras-Chave: Etnografia. Documentos. “Exclusão social”. Serviço Social.

## **ABSTRACT**

This dissertation was done as a study about the concept of "exclusion" in Social Work. The main objective was to analyze the definitions of "social exclusion" used by Brazilian social workers, between the years of 1980 and 2013, adopting an ethnographic approach of analyzing documents. The research was done through books, journals, and articles of congresses. At first, it discussed the meaning and validity of ethnography, characterizing it as an exercise of alterity where the researcher watches an unknown reality hoping to make it intelligible. Through the study, it was clarified that the ethnographic approach of analyzing documents intends show the writers as "natives" and the researchers as people interested in the "native's knowledge". Succeeding this, it investigated the concept as it emerged and was received in Brazil. The following three matrices of knowledge were found: the first said the "exclusion" doesn't exist, the second affirmed the existence of the "exclusion", and the third said the "exclusion" exists, however it also can be confused with other realities. In the end, the study analyzed 15 articles written by Brazilian social workers in these journals: "Serviço Social & Sociedade", "Serviço Social em Revista", and "Textos & Contextos". Through these journals, it was observed the predominance of the matrix of thought that affirms the existence of "social exclusion". The conclusion was that there is no one certain definition of "social exclusion". Among social workers there is the idea that the "exclusion" means being "left out" (of the formal labor market, the school, the citizen rights, the formal city, the health institution, etc.), referring to a situation, a process, or a condition that affects the human. The genesis of this "exclusion", however, was in the society and their (re)production of the social relations. Discovering the following definitions, the denial of citizen rights, the expulsion of humanity, the negative discrimination based on legitimate and proclaimed rituals, the expulsion of the formal labor market, and the situation of collective deprivation, it was found that the concept of "exclusion" in the social work has interface with the "social question".

Keywords: Ethnography. Documents. "Social exclusion". Social Work.

## SUMÁRIO

|                                                                               |            |
|-------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                      | <b>9</b>   |
| <b>2 E SE DOCUMENTOS FOREM O CAMPO?.....</b>                                  | <b>12</b>  |
| 2.1 Sobre a etnografia.....                                                   | 12         |
| 2.2 Por uma abordagem etnográfica de documentos.....                          | 23         |
| <b>3 “EXCLUSÃO” COM ASPAS: DA GÊNESE À ATUALIDADE.....</b>                    | <b>28</b>  |
| 3.1 As origens da “exclusão” .....                                            | 28         |
| 3.2 A formação do conceito .....                                              | 33         |
| 3.3 A recepção no Brasil.....                                                 | 43         |
| 3.4 O debate atual sobre a “exclusão social” .....                            | 56         |
| <b>4 A “EXCLUSÃO SOCIAL” EM PAUTA.....</b>                                    | <b>64</b>  |
| 4.1 Excurso ao campo: entre desafios e possibilidades.....                    | 64         |
| 4.2 A “exclusão” segundo os assistentes sociais: as décadas de 1980/1990..... | 69         |
| 4.3 A “exclusão” segundo os assistentes sociais: os anos 2000.....            | 77         |
| 4.4 “Exclusão” ou “questão social”?.....                                      | 99         |
| <b>5 CONCLUSÃO.....</b>                                                       | <b>102</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                       | <b>107</b> |
| <b>APÊNDICE.....</b>                                                          | <b>113</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Quando estiver falando sobre “exclusão”<sup>1</sup> com algum assistente social não espere uma reação previsível. Essa é minha principal advertência para aqueles interessados no assunto após confrontá-lo exaustivamente. Em termos gerais, posso dizer que existem aqueles que afirmam sua existência e outros que a negam categoricamente. Contudo, no que diz respeito à sua definição, os posicionamentos são diversos, múltiplos, intercambiáveis e talvez por isso meu interesse acerca da questão nunca tenha se esgotado.

Lembro-me da primeira vez que deparei com o conceito. Eu estava cursando o primeiro ano da graduação em Serviço Social e a pedido de uma professora apresentei em sala de aula, junto com outras duas colegas, um texto sintético que abordava a discussão. Escrito por Robert Castel, o artigo “As armadilhas da exclusão” sugeria problemas de ordem epistemológica e empírica que pululavam em minha mente. Ao participar da comunidade surda de Belo Horizonte (especialmente por tomar ciência dos desafios que cercavam a convivência entre surdos e ouvintes) decidi, então, buscar um nexos entre a realidade e o conceito, construindo, algum tempo depois, um projeto de pesquisa que pretendia analisar a “exclusão social”<sup>2</sup> dos surdos em suas relações intrafamiliares no Recife (PE).

Mesmo ciente das polêmicas que envolviam o assunto, submeti o projeto à avaliação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fui aprovado. Contudo, da proposta inicial para o produto final que agora apresento, devo destacar que as mudanças foram substanciais. Recuando em minha proposta de colocar os surdos em evidência, direciono meu foco sobre os assistentes sociais elegendo como tema o conceito de “exclusão social” e como campo de pesquisa os periódicos da área de Serviço Social.

Com efeito, propondo uma abordagem etnográfica de documentos, recorri aos artigos das revistas “Serviço Social & Sociedade”, “Serviço Social em Revista” e “Textos & Contextos” para analisar as definições de “exclusão social” empregadas

---

<sup>1</sup> Ao colocar o conceito entre aspas quero indicar que não parto de uma definição preconcebida, antes o que almejo é conhecer a diversidade de caracterizações existentes.

<sup>2</sup> Durante o levantamento bibliográfico notei que muitos textos não distinguem o conceito de “exclusão” e “exclusão social”. Neste sentido, ampliei minha pesquisa para os dois termos e comecei a adotá-los indistintamente, embora a expressão “exclusão social” me pareça mais adequada já que se refere a processo relacionado à sociedade.

pelos assistentes sociais brasileiros entre os anos de 1980 e 2013. Antes de alcançar meu objetivo geral, me dispus a estudar a etnografia a fim de refletir sobre a particularidade de uma abordagem que tem os documentos como campo de pesquisa, passando em seguida a identificar o surgimento do conceito na literatura científica internacional e sua incorporação na produção acadêmica brasileira, e a indicar as opiniões dos assistentes sociais e de outros profissionais das ciências humanas (sociólogos, psicólogos, entre outros) a respeito da existência da “exclusão”.

Em detrimento daqueles que fazem referência à “exclusão social” sem lhe atribuir uma conceituação clara ou explicativa, assim como em resposta aos que julgam ser a discussão superada, notei que no Serviço Social sua presença continua perene. A título de exemplo, cito a existência de dois programas de pós-graduação que há poucos anos atrás tinham áreas de estudos relacionadas à temática. Estou falando dos cursos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, respectivamente, tinham as seguintes linhas de pesquisa: “Política Social, Trabalho e Exclusão Social” e “Serviço Social, Exclusão, Violência e Cidadania”<sup>3</sup>.

Deste modo, tendo em vista a utilização do conceito no Serviço Social, para a construção do meu trabalho privilegiei o “ponto de vista” dos assistentes sociais e dei ênfase à diferença existente nas suas opiniões e posicionamentos (porém, não ignorando minhas próprias interpretações enquanto pesquisador). Preferindo destacar seus pensamentos, por vezes reproduzi largamente suas afirmações e com isso termos que atualmente estão em desuso, como loucos (portadores de transtorno mental), deficientes (pessoas com deficiência) e dependentes químicos (usuários de álcool e outras drogas). Neste sentido, sublinho aqui a importância de relativizar diversas nomenclaturas dado o momento histórico em que foram escritas.

Para maior organização dos debates, dividi, então, este texto em três capítulos principais. No primeiro, apresentei uma discussão inicial acerca da etnografia e das polêmicas contemporâneas que a cercam refletindo sobre a possibilidade de uma abordagem etnográfica de documentos. No segundo, acompanhei o surgimento do conceito de “exclusão” observando sua incorporação na produção acadêmica brasileira e realcei as definições apresentadas pelos

---

<sup>3</sup> Informações retiradas de Silva e outros (2005).

estudiosos do tema. Por último, no terceiro capítulo, dediquei minha atenção sobre as definições de “exclusão” cunhadas pelos assistentes sociais estabelecendo, ao final, um diálogo com o conceito de “questão social”.

## 2 E SE DOCUMENTOS FOREM O CAMPO?

A pergunta acima surgiu quando, repensando os caminhos de construção desta dissertação, considerei a possibilidade de utilizar uma abordagem etnográfica para analisar documentos escritos. Buscando uma alternativa que me permitisse trabalhar com os textos não de uma maneira estanque, como “coisas” em sua acepção durkheimiana, encontrei no exercício etnográfico a possibilidade de observá-los de uma forma diferente, como construções dinâmicas carregadas da presença viva daqueles que os produzem. Foi, assim, refletindo sobre os “nativos” e seu “ponto de vista” que construí este capítulo.

Nas páginas abaixo o leitor irá encontrar uma discussão introdutória acerca da etnografia tendo em vista as polêmicas contemporâneas em torno de sua natureza. Não equacionando os desafios apresentados, posiciono-me dizendo o que entendo por etnografia e tento, logo em seguida, sinalizar os contornos de uma abordagem etnográfica de documentos.

### 2.1 Sobre a etnografia

Definir a etnografia não é empreendimento fácil. Embora empregada há mais de um século<sup>4</sup>, parece-me que seu significado e validade são colocados em xeque por seus praticantes na contemporaneidade. Basicamente duas perguntas sintetizam as desconfiças: 1ª) A etnografia é um tipo de escrita? 2ª) Possui ela rigor científico para lançar luz sobre a realidade? Representando a meu ver parte significativa das inquietações de quem se confronta com o assunto, tentarei localizar nos parágrafos seguintes a emersão do debate tomando o cuidado para não aceitar *a priori* nenhuma formulação como verdadeira. Após esse momento, buscarei problematizar as afirmações feitas sobre o exercício etnográfico a fim de pensá-lo em sua particularidade.

A primeira pergunta, especialmente impulsionada pelo antropólogo estadunidense Clifford Geertz, recebe destaque na década de 1970 com o livro “A interpretação das culturas”. Caracterizando a etnografia como um tipo de “descrição densa”, Geertz (2008) utiliza o exemplo de Gilbert Ryle quando imagina dois garotos

---

<sup>4</sup> Geertz (2009) indica o início da etnografia a partir de Edward Tylor (1832-1917), já Laplantine (2003) indica como seus fundadores Franz Boas (1858-1942) e Bronislaw Malinowski (1884-1942).

piscando o olho direito, o primeiro por um movimento involuntário (contrair a pálpebra) e o segundo por um ato deliberado de comunicação (contrair a pálpebra e piscar), para afirmar que o fazer etnográfico consiste em diferenciar ações simbólicas. Tratando-se metaforicamente de diferenciar “piscadelas de piscadelas”, ou seja, de construir interpretações a partir das interpretações nativas, mais do que o mapeamento do campo, a escolha de informantes e o levantamento de genealogias, o fazer etnográfico se referiria a uma interpretação produzida pelo etnógrafo.

Desenvolvendo a ideia que a etnografia é um discurso – ao analisar os trabalhos de Claude Lévi-Strauss, Evans-Pritchard, Bronislaw Malinowski e Ruth Benedict no livro “Obras e vidas: o antropólogo como autor” –, Geertz (2009) destaca a peculiaridade do estilo quase literário adotado pelos etnógrafos com o propósito de questionar suas experiências de campo como se elas fossem uma tradução fidedigna da vida nativa.

A ilusão de que a etnografia é uma questão de dispor de fatos estranhos e irregulares em categorias familiares e ordenadas – isto é magia, aquilo é tecnologia – foi demolida há muito tempo. O que ela é, entretanto, não está muito claro. Que talvez a etnografia seja uma espécie de escrita, um colocar as coisas no papel, é algo que tem ocorrido, vez por outra, aos que se empenham em produzi-la, consumi-la ou ambas. (GEERTZ, 2009, p. 11)

Partindo da argumentação que o fazer etnográfico não se limitaria à vivência entre os “nativos”, o autor adverte que a escrita (isto é, o discurso) assume papel preponderante na acreditação do que se conta sobre um povo, servindo como um atestado de que se “esteve lá” convivendo com pessoas de costumes, hábitos e cosmovisões estranhos a nós. A forma como os textos são registrados utilizando-se metáforas, hipérboles e toda sorte de figuras de linguagem, assim como seu caráter monográfico (redigido em primeira pessoa), corroborariam para a composição do “cenário da escrita” ratificando a marca biográfica da etnografia.

Ao retomar o artigo “What is an Author?”, de Michel Foucault, o antropólogo recupera a diferenciação entre literatura e ciência para dizer que o fazer etnográfico se encontra entre eles. Considerando o discurso literário como atravessado pela presença do autor (ou da “função-autor” em termos foucaultianos) e o discurso científico pelo anonimato, sugere que a etnografia recolhe referências dos dois campos sendo marcada pela identidade autoral. Admitindo sua natureza híbrida e colocando em acento seu caráter discursivo, Geertz (2009) assinala que a descrição

minuciosa feita pelo etnógrafo não apaga sua presença no relato que produz sobre o “outro” (isto é, o “nativo” ou o “exótico”). Chamada de “assinatura”, essa participação ativa do autor no relatório etnográfico revela sua experiência de campo e a forma como interpretou os depoimentos e o cotidiano do grupo investigado.

Aparecendo no texto na forma de afirmações do tipo: “enquanto estive lá entre eles pude observar isso...”, a “assinatura” evidencia a permanência do pesquisador entre os “nativos” servindo como uma marca particular de sua estada no campo de investigação. As observações biográficas que faz são refletidas na construção dos textos atuando na perspectiva de convencer o leitor que se ele também estivesse observaria as mesmas coisas e chegaria às mesmas conclusões. Como consequência, o “estar aqui” entre acadêmicos dentro das universidades é o que garante visibilidade ao fazer etnográfico possibilitando que os pesquisadores obtenham recursos para suas pesquisas e reconhecimento para a divulgação de seus trabalhos.

Em síntese, o maior desafio apresentado à etnografia na contemporaneidade seria o de compreender o papel desempenhado pela escrita na construção dos relatos de campo. Tendo em vista que as fronteiras que separavam “observadores” e “observados” tornaram-se tênues (e aqueles que eram considerados “exóticos” hoje são cidadãos de países independentes, fazem compras em *shoppings centers*, e por horas ficam navegando na internet), a veracidade das narrativas sobre o “outro” estariam à prova negando-se qualquer “descrição densa” considerada como absoluta ou infalível.

Na verdade, o próprio direito de escrever – de escrever etnografia – parece estar em risco. A entrada de povos antes colonizados ou proscritos (usando suas próprias máscaras e falando suas próprias palavras) no palco da economia global, da política de cúpula internacional e da cultura mundial tornou cada vez mais difícil sustentar a afirmação do antropólogo de que ele é uma tribuna para os não-ouvidos, um representante dos não-vistos, um conhecedor dos mal-interpretados. O feliz “Eureka!” de Malinowski, ao deparar-se pela primeira vez com os trobriandeses – “Sentimento de posse: sou eu que vou descrevê-los (...), [sou eu que vou] cria-los (Malinowski, 1967, p. 150) -, num mundo de OPEP, da Associação de Nações do Sudeste Asiático, de *Things fall apart* e de tonganeses jogando com os Redskins de Washington (bem como de antropólogos iorubanos, cingaleses e teuas), soa não apenas pretensioso, mas francamente cômico. (GEERTZ, 2009, p. 174)

Estando descrente que o fazer etnográfico possa ser encarado como um método de pesquisa, esse estudioso acentua o caráter discursivo da atividade dando

ênfase aos artifícios utilizados pelo etnógrafo na construção da sua narrativa. Conclui, desse modo, que a etnografia deve ser encarada acima de tudo como uma construção de um texto, uma interpretação feita por aquele que observa – e não uma interpretação daquilo que se observa.

Ao se perguntar sobre o caráter do fazer etnográfico, o historiador James Clifford também destaca o papel da escrita em seu livro “A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX”. Partindo de uma diferenciação entre antropologia e etnografia, Clifford (2011) afirma que no século XIX o etnógrafo não era necessariamente mais conhecedor da vida nativa do que o missionário ou o viajante. Trabalhando como professor universitário, o etnógrafo poderia ser descrito como um teórico que operava análises culturais através dos relatos produzidos por exploradores que haviam estado em aldeias, no campo de pesquisa.

Não tendo que sair dos muros da academia, o etnógrafo recolhia os artefatos e as descrições trazidos pelos exploradores e através deles reconstruía a dinâmica das relações estabelecidas pelos povos “exóticos”. Nesse primeiro momento, existia uma divisão nítida entre aqueles que estavam em campo coletando informações e aqueles que propunham fórmulas gerais acerca dos padrões de conduta “nativos”. Deste modo, a identificação entre etnografia e trabalho de campo ocorre somente nos primeiros decênios do século XX possibilitando que uma nova “autoridade científica” fosse legitimada.

De acordo com Clifford (2011), essa nova autoridade inaugura um fase anteriormente desconhecida pela etnografia. O “teórico-pesquisador de campo” – substituindo tanto o cientista de gabinete quanto o viajante – se desloca de sua terra natal a fim de viver alguns meses entre “nativos”, além de aprender sua língua materna, para propor formulações teóricas gerais acerca da sociedade humana. Representado pela figura de Bronislaw Malinowski que, em 1922, publica sua experiência entre os habitantes das Ilhas Trobriand, esse novo profissional deveria agregar tanto uma sólida formação acadêmico-teórica quanto um aprofundado conhecimento do campo de investigação. Porém, antes que o “etnógrafo profissional” se estabelecesse como modelo ideal, houve uma “geração intermediária” que questionou as limitações do trabalho feito dentro dos muros das universidades e apontou a imersão nas aldeias como atividade profícua e fundamental para os profissionais em formação.

Propondo estadas curtas entre os “exóticos” e uma postura documentária frente aos fenômenos observados em campo, a “geração intermediária” não tinha a preocupação em dominar a língua dos povos estudados ou mesmo se manter inserida em seu cotidiano. Fortemente influenciados pelo positivismo, esse grupo formado por Edward Tylor, Franz Boas, Alfred Haddon, Baldwin Spencer, entre outros – em sua grande maioria biólogos, físicos e geólogos –, incentivavam o emprego da pesquisa de campo como ferramenta auxiliar na construção etnográfica. Diferindo dos missionários, viajantes, e demais conhecedores do campo, sua preocupação se assentava no estabelecimento do diálogo entre os componentes empíricos e teóricos defendendo sua articulação como exercício do etnógrafo.

Grosso modo, na história da etnografia haveria uma separação entre cientistas e pesquisadores de campo até que esses papéis se fundiram criando uma nova autoridade: o “etnógrafo profissional”. Foi Bronislaw Malinowski que por meio de sua experiência profissional legitimou essa “norma” para a atividade etnográfica. Intitulada “Os argonautas do Pacífico Ocidental”, a etnografia produzida por Malinowski se transformou em livro e passou a inspirar os estudantes que se formaram daquele período em diante.

Em termos esquemáticos, antes do final do século XIX, o etnógrafo e o antropólogo, aquele que descrevia e traduzia os costumes e aquele que era o construtor de teorias gerais sobre a humanidade, eram personagens distintos. (Uma percepção clara da tensão entre etnografia e antropologia é importante para que se perceba corretamente a união recente, e talvez temporária, dos dois projetos.) Malinowski nos dá a imagem do novo “antropólogo”: acocorando-se junto à fogueira; olhando, ouvindo e perguntando; registrando e interpretando a vida trobriandesa. (CLIFFORD, 2011, p. 25)

Portanto, de acordo com o historiador, o grande mérito de Malinowski teria sido reunir o trabalho de campo e a análise cultural em uma só atividade. A ênfase da obra malinowskiana sobre o “ponto de vista nativo” (*native's point of view*) teria contribuído para a emergência de uma nova forma de fazer etnografia, um novo gênero “científico e literário”, no qual o “teórico-pesquisador de campo” aparece a todo o tempo no texto sublinhando sua presença biográfica.

Em termos gerais, a figura do “etnógrafo profissional” tornar-se-ia legítima a partir de Malinowski. Com efeito, espera-se desse novo profissional a permanência em campo geralmente por dois anos (o que nem sempre ocorria a não ser por alguns meses), assim como certo domínio da língua nativa. O uso da observação

participante como parte ineliminável da construção etnográfica também se consagrou nesse período tornando-se técnica privilegiada para a compreensão do “todo cultural” e para a produção da “descrição densa” sobre o povo estudado.

Duvidando que as abstrações etnográficas possam ser encaradas como verdades evidenciadas pelo trabalho de campo, o estudioso destaca o papel da escrita definindo-a como parcial e atravessada por relações de poder.

Os relatos específicos contidos nas etnografias jamais podem ser limitados a um projeto de descrição científica, na medida em que a tarefa principal do trabalho é tornar o (quase sempre estranho) comportamento de um modo de vida diferente humanamente compreensível. Dizer que o comportamento exótico e os símbolos fazem sentido em termos “humanos” ou “culturais” é fornecer as mesmas espécies de significados alegóricos acrescentados, que aparecem em narrativas mais antigas, que viam as ações como “espiritualmente” significativas. (CLIFFORD, 2011, p. 62)

Diante da caracterização da etnografia como um tipo de escrita emerge a segunda questão: possui ela rigor científico para lançar luz sobre a realidade? Essa pergunta, levantada como desdobramento da primeira, encontra repercussão nas reflexões de Mariza Peirano (especialmente em seu artigo e também em seu livro que levam o mesmo nome, “A favor da etnografia”, ambos escritos na década de 1990). Decerto, situando o problema tanto em âmbito nacional quanto internacional, a antropóloga brasileira revela que alguns pesquisadores têm se colocado “contra a etnografia” e se perguntado “qual o problema com o fazer etnográfico?”. Preocupados com a eminência de “saturação” dos escritos etnográficos, esses estudiosos sugerem que a etnografia pode incorrer em um “relaxamento metodológico” e que a ausência de um “esforço comparativo” tem igualmente ameaçado sua capacidade explicativa.

Identificando o australiano Nicholas Thomas como um dos expoentes desta vertente, Peirano (1992; 1995) propõe um diálogo com sua obra a fim de analisar o argumento central levantado contra a etnografia. Para o autor, o fazer etnográfico possui uma tendência intencional ao “exotismo”, isto é, uma disposição previamente estabelecida de representar os “outros” como diferentes. Negando que a etnografia possa ser encarada como um trabalho de campo capaz de estabelecer explicações “totalizadoras” sobre o “outro”, Nicholas Thomas aponta que a atividade se refere a um exercício deliberadamente interpretativo promovido pelo etnógrafo.

Em crítica a tal postura denominada por ela como “herética”, a antropóloga argumenta que o realce dado ao caráter interpretativo e à própria escrita ofusca a

relação entre pesquisa e teoria que se dá através do exercício etnográfico. Desconfiando da forma introspectiva das monografias, inclusive do “tom confessional” e “desconsolado” assumido pelos etnógrafos, afirma que o caráter científico da empreitada tem sido minimizado e com isso seu compromisso em estabelecer um “diálogo” entre realidade e elaboração teórica. Por conseguinte, sustenta que o fazer etnográfico não pode ser pensado exclusivamente em termos de uma escrita, mas sim como um processo que se dá no confronto entre categorias nativas e acadêmicas.

Refletindo mais sobre o assunto, a pesquisadora sugere que a etnografia compreendendo um “exercício de estranhamento” busca uma interlocução entre a realidade e a teoria, isto é, entre o “particular/etnográfico” e o “universal/teórico”. Com efeito, diferentemente das técnicas de *survey* e dos métodos estatísticos, não há um procedimento único a ser adotado quando se faz etnografia. O local onde se desenvolve a investigação, a trajetória profissional e pessoal do etnógrafo, sua filiação teórica, entre outros elementos, atravessam a execução dessa atividade compondo-a e inviabilizando a adoção de modelos rígidos.

Ao afirmar que o fazer etnográfico resulta necessariamente de um esforço comparativo e, neste sentido, argumentando contra Nicholas Thomas, Peirano (1992; 1995) observa que é tomando sua própria cultura ou outras como referência que o pesquisador coloca em foco o grupo que está investigando. Neste sentido, sendo um requisito do fazer etnográfico o “procedimento comparativo” é empregado com o objetivo de sublinhar as “diferenças” e por meio delas compreender a construção da humanidade.

As impressões de campo não são, portanto, apenas recebidas pelo intelecto, mas exercem um verdadeiro impacto na personalidade total do etnógrafo, fazendo com que diferentes culturas se comuniquem na experiência singular de uma única pessoa (Evans-Pritchard, 1972; Dumont, 1970:157). Esta experiência não se reduz, no texto etnográfico, a uma mera “ilustração”. Ao contrário, o texto resulta da combinação de uma ambição da disciplina que se vê universalista com os dados (novos) detectados pelo pesquisador em determinado contexto etnográfico. (PEIRANO, 1992, p. 08)

Concordando com a assertiva que os etnógrafos não estudam as aldeias, mas em aldeias<sup>5</sup> – e com isso que os conceitos utilizados por “nós” como magia, símbolo e dádiva se misturam com a descrição etnográfica a fim de tornar inteligíveis

---

<sup>5</sup> Peirano (1992) retira de Clifford Geertz esse raciocínio.

as experiências humanas consideradas “exóticas” –, a autora reitera que o fazer etnográfico se refere a um “diálogo” entre a “realidade nativa” e a observação feita pelo pesquisador previamente municiado pela “literatura teórico-etnográfica”.

Negando a ênfase literário-artística dada por aqueles que destacam o papel da escrita, Peirano (1992; 1995) se coloca “a favor da etnografia” afirmando que o fazer etnográfico se apresenta como um espaço privilegiado para a interlocução entre teoria e pesquisa. Perguntando-se sobre o motivo que leva os antropólogos a desacreditar no caráter científico da etnografia (entre eles, Clifford Geertz e Nicholas Thomas), aponta assim que a falta de interlocução teórica tem se mostrado como a principal causa para a desconfiança desses profissionais já que o trabalho de campo até agora não foi abolido como atividade do etnógrafo.

Dadas as trajetórias intelectuais destes antropólogos, então, o que teriam eles perdido ao longo do tempo? Certamente não se trata do material etnográfico propriamente dito, pois enquanto muitos continuaram a fazer uso dele anos depois da pesquisa de campo, outros deixaram extensa documentação por analisar. Neste contexto, parece que o importante a ressaltar é que o que talvez empobrecido a obra destes brilhantes antropólogos no decorrer do tempo tenha sido a ausência da interlocução teórica que se inspira nos dados etnográficos. Sem o impacto existencial e psíquico da pesquisa de campo, parece que os dados, embora presentes, se tornaram frios, distantes e mudos. Os dados tornaram-se, com o passar do tempo, “ilustrações etnográficas”, algo muito diferente e distante da experiência totalizadora que, embora possa ocorrer em outras circunstâncias, a pesquisa de campo simboliza. (PEIRANO, 1992, p. 12)

Defendendo o fazer etnográfico e apontando que sua riqueza está no “diálogo” que promove entre “teorias nativas” e “teorias acadêmicas”, a autora conclui que toda etnografia deve ser suficientemente rica em detalhes e informações de forma a possibilitar a “reanálise” dos dados obtidos pela pesquisa de campo. Com efeito, a “reanálise” deve ser capaz de viabilizar a criação de uma nova “configuração interpretativa” possibilitando que aspectos não trabalhados pelo etnógrafo sejam posteriormente retomados e rediscutidos, inclusive por outros pesquisadores.

Dito isso, nota-se que a despeito de posições conclusivas o que os estudiosos e praticantes da etnografia tem indicado é que o fazer etnográfico se refere a um discurso. Embora haja críticas, a representação da atividade como um tipo de escrita tem se tornado cada vez mais comum sendo destacada a presença biográfica do autor ao longo dos textos. Encarada como uma atividade ao mesmo tempo “científica e literária” ela seria capaz de explicar a “realidade nativa”, embora seja

sempre uma interpretação daquele que observa e nunca uma tradução exata do que foi observado.

Diante do que foi exposto e em detrimento da caracterização contemporânea da etnografia como um discurso, pude observar que o trabalho de campo continua sendo tratado como uma premissa fundamental na sua construção. Partindo deste ponto, talvez possamos retomar as reflexões acima e ponderar sobre o significado do fazer etnográfico tendo em vista sua particularidade como atividade científica. Começemos por assumir, como Peirano (1992; 1995), que a ênfase sobre a escrita torna turva a dinâmica entre a teoria e a pesquisa que ocorre por meio da etnografia.

Entendendo que a linguagem é o veículo que utilizamos para manifestar nossos pensamentos, a etnografia como sua expressão escrita depende de seu uso para informar sobre a “realidade nativa”. Tendo em vista a importância da linguagem, dificilmente qualquer etnógrafo poderia expor suas descobertas de campo sem empregá-la como recurso, o que por outro lado não significa que a etnografia poderia ser retratada exclusivamente como sua manifestação. Com efeito, distender o papel da escrita tornando-o equivalente ao fazer etnográfico é assumir deliberadamente que o trabalho do etnógrafo se resume a construção de uma prosa, negando assim que houve um esforço científico por parte do pesquisador.

Mais do que uma maneira de “colocar as coisas no papel”, penso que a etnografia se caracteriza como um exercício de alteridade no qual o pesquisador se aproxima de uma realidade desconhecida buscando torná-la inteligível, isso sem perder de vista a diversidade da existência humana. Esse exercício que objetiva revelar o “outro” está atento às diferenças, não com o intento de valorá-las como boas ou ruins, mas sim com o propósito de entendê-las, possibilitando que “nós” vejamos a partir “deles” (isto é, do seu ponto de vista).

Obviamente, a forma como o “outro” é representado na etnografia sofre a interferência dos posicionamentos éticos, ideopolíticos e teóricos do etnógrafo. Entretanto, antes de ser rechaçada como indesejável, a presença do pesquisador indica que a própria ciência é uma atividade engajada, compromissada, e por isso distante da pretensa neutralidade forjada sob os moldes positivistas<sup>6</sup>. Considerar o texto etnográfico como literatura, exclusivamente por conter a marca biográfica do autor, é o mesmo que voltar ao passado e aceitar que o modelo ideal de ciência é

---

<sup>6</sup> Para uma aproximação com o tema consultar Löwy (1996; 2009) e Netto (2011b).

aquele em que se assentou a física ou a biologia (encarando seres humanos como “objetos” e relações humanas como “coisas”), invalidando assim outras possibilidades de construção do conhecimento. É, por consequência, negar que os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa são essencialmente humanos e que isso os aproxima, sendo as trajetórias pessoais dos autores inevitavelmente presentes no processo de investigação científica, desde a escolha do tema até a seleção das bases teórico-metodológicas norteadoras do estudo.

Partindo de uma visão conservadora da ciência, parece-me que a marca biográfica deixada pelo pesquisador pode ter deslegitimado a etnografia. A construção narrativa em primeira pessoa tem motivado sua caracterização como atividade híbrida, situada entre o campo “científico e literário”, quando na verdade se trata de um exercício exclusivamente científico. Esquecendo que ela só possui validade por ser informada pela ciência, aqueles que defendem o caráter híbrido da etnografia menosprezam a teoria como um de seus pilares formativos no lugar de afirmá-lo. Assim, diferentemente da literatura, da arte, ou do senso comum, o exercício etnográfico deve se encarado como científico justamente por operar essas mediações teóricas que outras formas de conhecimento não se preocupam em executar.

Seguindo este raciocínio, acredito que a presença do pesquisador refletida no texto etnográfico torna clara sua participação no processo de investigação, evidenciando sua ida ao campo, seu encontro com o “nativo”, sua sistematização teórica frente às descobertas que fez, não diminuindo o estatuto científico do seu ofício. A forma de escrever do etnógrafo, portanto, revela de modo explícito suas experiências pessoais com os sujeitos da pesquisa e, potencialmente, é capaz de facilitar a visualização dos desvios teórico-metodológicos que podem ocorrer no exercício etnográfico. Com efeito, além de interpretativa, a etnografia é também descritiva e analítica, dado que se detém sobre a realidade nativa com o intento de desmistificá-la.

Ao considerar a teoria como um pilar formativo do exercício etnográfico, não posso me esquecer de destacar o trabalho de campo como o segundo pilar que sustenta a atividade. Embora duvide da proposição de Clifford (2011) acerca do surgimento da “etnografia profissional”, como se a etnografia feita por aqueles que não estavam nas aldeias fosse menor que a primeira, acredito que o exercício etnográfico só é possível quando estão aliadas teoria e pesquisa de campo, ou

como ele sugere quando o etnógrafo é um “teórico-pesquisador de campo”. O que me parece mais desafiante, contudo, é esse “campo” que tanto mencionamos e que quase não discutimos, já que vem ocorrendo transformações em torno de sua concepção.

Foi sinalizado que a etnografia se consagrou com Malinowski quando ele, de maneira inédita, residiu com um povo desconhecido – os trobriandeses – realizando um feito que até então não tinha sido alcançado por nenhum outro pesquisador. Antes da experiência malinowskiana ser instituída como inspiração para os trabalhos posteriores, existiram etnógrafos que recolheram dos viajantes, missionários, e funcionários da empresa colonialista, suas descrições sobre a vida nativa. Embora essas testemunhas não fossem capacitadas academicamente para fornecer tais informações, elas tiveram seus relatos analisados pelos etnógrafos que através das mediações teóricas foram capazes de propor as primeiras explicações sobre a organização humana em sociedades desconhecidas.

Em outros termos, quando a etnografia surgiu o campo era a aldeia. Não sendo vivenciado diretamente pelo etnógrafo, o campo era representado pelas testemunhas que conheciam os costumes, as crenças, os hábitos alimentares, as formas de vestir e de se comportar dos “exóticos”. Ao longo do tempo essa abordagem foi mesclada com o uso das descrições dos próprios etnógrafos (que passaram a fazer breves excursões às aldeias), até que tornada prática obsoleta optou-se pela imersão total do pesquisador que passou a viver, trabalhar, comer, e se possível, pensar como o “outro”. Apesar de permanecer essencialmente o mesmo, naquele período histórico o campo foi redimensionado no exercício etnográfico tornando-se fundamental que o pesquisador experimentasse a vida nativa sem a cooperação de intermediários.

Diferentemente do que se possa pensar, as transformações no campo não cessaram após a aventura de Malinowski. Além das aldeias, as cidades, as favelas, as comunidades rurais, as escolas e até mesmo as empresas se tornaram o campo de investigação do etnógrafo. Segundo Peirano (1992; 1995), se antes o “nativo” era aquele que habitava em “sociedade primitivas”, a partir da década de 1960 ele também passa a ser aquele transeunte que vemos no cenário urbano, mas que não conhecemos muito bem. Em resumo, tendo sua concepção de campo alargada, a etnografia hoje é produzida em outras aldeias, junto a outros “nativos”.

Assim sendo, frente à ampliação do que se entende por campo e do surgimento de diferentes modalidades de etnografia (a exemplo da etnografia visual, etnografia da ciência, etnografia virtual, entre outras), proponho neste trabalho o uso de uma abordagem etnográfica de documentos. Exploro nas linhas abaixo os seus contornos aproveitando também para refletir sobre o lugar dos documentos no exercício etnográfico.

## **2.2 Por uma abordagem etnográfica de documentos**

Antes de prosseguir, acredito ser essencial delimitar o que estou chamando de documentos. Cellard (2008), ao introduzir o conceito, aponta que documentos são registros fundamentais na reconstituição de eventos, fatos, situações, lugares e pessoas que deixaram de existir a algum tempo ou que fazem parte do nosso presente. Considerados uma ponte para o passado, muitas vezes são o único testemunho dos conhecimentos, comportamentos e práticas humanas que chegaram ao fim ou que estão presentes entre nós.

Largamente empregados na pesquisa histórica, os documentos podem ser textos, livros, leis, romances, mapas, diários, desenhos, fotografias, cartas, e filmes, por exemplo (MAY, 2004). Pensando a partir de uma conceituação abrangente, pode-se dizer que:

De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”, como é mais comum dizer, atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc. (CELLARD, 2008, p. 296)

Seguindo a definição acima, temos ainda a divisão dos documentos em dois tipos: documentos públicos e documentos privados. Enquanto os documentos públicos são aqueles de acesso generalizado, subdividindo-se em arquivos públicos (arquivos governamentais, arquivos de estatuto jurídico, etc.) e documentos públicos não arquivados (jornais, periódicos, anúncios, anuários telefônicos, etc.), os documentos privados são de natureza particular, podendo ser tanto arquivos privados (documentos de comunidades religiosas, sindicatos, empresas, etc.), quanto documentos pessoais (cartas, diários, etc.).

Ciente da gama de materiais que podem ser reunidos sobre esta rubrica, à aceção de documentos que utilizo tem caráter limitado se referindo a textos escritos. Pensando estes textos não como letra fria, morta, mas como aproximações da realidade em sua dinâmica viva e pulsante, procuro destacá-los como representações do mundo concreto feitas por sujeitos que estavam nele inseridos. Ao sublinhar a existência desses sujeitos, quero lembrar que a leitura de um documento diz respeito a um diálogo travado com quem o escreve e, neste sentido, que aquilo que está escrito é sempre uma imagem produzida, ou seja, confeccionada pelo seu produtor.

Feitas as ressalvas, esclareço que por uma abordagem etnográfica de documentos compreendo um exercício etnográfico que tem como campo de pesquisa os documentos escritos. Nela os “nativos” são aqueles que escrevem interessando-nos desvendar o que pensam e/ou como se posicionam sobre certos temas, sejam eles gerais ou específicos. O emprego de técnicas e rotinas comuns como observação participante, entrevista, escolha de informantes, levantamento de genealogias, entre outras, são subsumidas perguntando-se diretamente aos autores o que sabem. Por suposto, aprender sua “língua” (ou seja, seu modo de escrever) e “viver” entre eles (isto é, conhecer profundamente suas reflexões) permanece como uma tarefa compulsória e indispensável.

Quando se tratam de textos escritos, frutos de sistematizações teóricas, por vezes a separação entre teoria e pesquisa de campo parece tênue. Tendo como referência os conhecimentos assentados sobre corolários científicos, na abordagem etnográfica de documentos a teoria e a pesquisa se interpenetram de tal forma que o “estar lá” (em campo) e o “estar aqui” (elaborando produções teóricas) se mostram intercambiáveis, não havendo uma ruptura entre eles. Com efeito, o exercício de alteridade pretendido pela etnografia permanece incólume como horizonte a ser perseguido, dando-se proeminência ao “outro” (aquele que escreve) e às suas “histórias”, “mitos” e “cosmovisões” (aquilo que está escrito).

Cunha (2004; 2005), ao discorrer sobre a etnografia de arquivo<sup>7</sup>, chama a atenção para o fato que nas últimas décadas os antropólogos tiveram sua curiosidade despertada para os materiais que eles mesmos produzem. Esta preocupação, datada da década de 1980, insere-se em um processo de

---

<sup>7</sup> Considero, em termos gerais, que a etnografia de arquivo pode ser pensada como um tipo de abordagem etnográfica de documentos.

questionamento do trabalho de campo e de seus limites, no qual a antropologia resolve olhar para os arquivos na tentativa de repensar sua própria história.

Caracterizados como toda espécie de documentos colecionados, recolhidos, ou produzidos pelo antropólogo (sejam eles escritos, visuais, ou iconográficos), os arquivos foram e continuam sendo encarados como o oposto da pesquisa de campo. Negligenciando, supostamente, a tarefa do etnógrafo de viver entre os “nativos”, os documentos seriam maculados por suas interpretações caracterizando-se como uma atividade periférica semelhante à obsoleta “etnografia de gabinete”.

Por esse viés, a pesquisa em arquivo aparece como antítese da pesquisa de campo, e sua transformação em uma etnografia é vista com ceticismo. Essa posição se deve, em parte, ao legado funcionalista que postulou a centralidade da primeira como *locus* da prática antropológica. Mas não só. Afinal, documentos não falam e o diálogo com eles — quando alvo de experimentação — implica técnicas não exatamente similares às utilizadas no campo. No entanto, os antropólogos têm pretendido bem mais do que ouvir e analisar as interpretações produzidas pelos sujeitos e grupos que estudam, mas entender os contextos — social e simbólico — da sua produção. Aqui me parece residir um ponto nevrálgico que possibilita tomarmos os arquivos como um campo etnográfico. Se a possibilidade de as fontes “falarem” é apenas uma metáfora que reforça a ideia de que os historiadores devem “ouvir” e, sobretudo, “dialogar” com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas ‘vozes’ forem tomadas como objeto de análise — isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições. (CUNHA, 2004, p. 293)

Acreditando na viabilidade de uma etnografia em que os documentos podem ser considerados como o campo de pesquisa, a autora ressalta o valor dos arquivos para a observação e arguição dos nossos pares profissionais interrogando-os acerca do conhecimento que produzem. Em síntese, com a relativização da ideia de campo os etnógrafos podem acessar as fontes documentais tomando-as legitimamente como base para o processo de investigação.

Giumbelli (2002), sobre outra perspectiva, também credita aos documentos a possibilidade de se tornarem material etnográfico. Partindo de uma crítica ao “trabalho de campo”, definido por ele em termos de uma pesquisa empírica conduzida com povos “exóticos”, questiona se a antropologia sobreviveria sem a sua utilização. Adiantando logo de início a resposta, afirma que a disciplina convive com outras possibilidades metodológicas que extrapolam a pesquisa *in loco* e cita, por isso, sua própria experiência acadêmica como exemplo.

Propondo uma releitura do capítulo inicial de “Os argonautas do Pacífico Ocidental” e reconhecendo a importância de Malinowski na coroação do exercício etnográfico, sugere que:

O fato de que o trabalho de campo apareça frequentemente como essencial à antropologia não significa que haja muita clareza a seu respeito. Desde as orientações que Rivers emitiu em 1913 [...], as definições do trabalho de campo antropológico frustram ora pela carência, ora pelo excesso. De um lado, encontram-se definições que perpetuam o modo pelo qual o trabalho de campo originalmente se constitui, ou seja, por oposição à pesquisa conduzida em laboratório ou no gabinete (Clammer, 1984; Borgatta, 1992; *Oxford dictionary apud Garber et al.*, 1996), ou que investem na clivagem entre as ciências humanas e as ciências naturais, ou seja, enfatizando a relação de “intimidade”, a “convivência” com as pessoas, a “imersão” em outra cultura (Wax, 1971; Clammer, 1984; Lawless et al., 1983). (GIUMBELLI, 2002, p. 93)

Apesar das críticas que possam ser esboçadas acerca dessa concepção, o autor revela que parece existir uma associação automática entre antropologia e “trabalho de campo” que não se justifica em si mesma. Avaliando sua trajetória profissional, afirma que embora seja considerado um antropólogo por ter cursado seu mestrado e doutorado em antropologia não chegou a realizar uma etnografia em seu sentido tradicional. Preocupado com temáticas relacionadas à religião em suas pesquisas de pós-graduação, optou por uma incursão histórica para alcançar seus objetos de estudo privilegiando o emprego de documentos textuais (matérias jornalísticas, processos judiciais, publicações de associações religiosas, entre outros).

Parecendo-lhe adequado o recurso às fontes documentais, Giumbelli (2002) defende uma ampliação da noção de “trabalho de campo” de modo que os textos escritos sejam validados na investigação etnográfica.

A conclusão que se pode tirar dessa última passagem, assim como de todas as considerações anteriores, é que o “objetivo fundamental da pesquisa etnográfica” deve ser buscado a partir de uma variedade de fontes, cuja pertinência é avaliada pelo acesso que propiciam aos “mecanismos sociais” e aos “pontos de vista” em suas “manifestações concretas”. Ora, há situações etnográficas em que essas fontes são exatamente os “documentos materiais fixos” a que se refere Malinowski. Em se tratando de um objeto histórico, essas serão as únicas fontes para o trabalho de um antropólogo. Mas mesmo quando estivermos diante de um objeto contemporâneo, é possível que a análise de fontes documentais seja mais indicada que a busca de um “contato o mais íntimo possível com os nativos”. (GIUMBELLI, 2002, p. 102)

Neste sentido, frente ao que foi discutido, creio que fica claro que uma abordagem etnográfica de documentos não se configura como a supressão do trabalho de campo. Ao contrário, o campo é pensado como o próprio documento sendo os autores considerados como os “nativos”. Não propondo “reanálises”, esta abordagem busca nos textos escritos o material etnográfico necessário para compreender a “realidade nativa” tendo consciência que ela é uma representação do mundo concreto elaborada por aquele que escreve.

Aproximando-me do meu objeto de investigação, assinalo previamente que meu campo de pesquisa é constituído por três tipos básicos de documentos: livros, periódicos e anais de congresso. Os livros (em sua totalidade sistematizações teóricas) são ou de natureza estritamente reflexiva ou frutos de pesquisa empírica. Por sua vez, os periódicos e anais de congresso (possuindo as mesmas características) são trazidos não em sua integralidade, mas conforme a afinidade de seus conteúdos internos, tratando-se de artigos que abordam a discussão da “exclusão”. Aqui os “nativos” são os assistentes sociais brasileiros e acerca deles me interessa saber o que pensam sobre a “exclusão social”. Diante das controvérsias em torno do conceito, observo pontualmente as definições que utilizam e, em consequência, seus posicionamentos acerca da temática. Como os primeiros a escreverem sobre o assunto foram estudiosos de outras áreas do conhecimento, recorro a uma contextualização histórica elegendo “nativos” das ciências humanas antes de tomar como foco os profissionais de Serviço Social.

### **3 “EXCLUSÃO” COM ASPAS: DA GÊNESE À ATUALIDADE**

A proposta de iniciar este capítulo colocando a “exclusão social” entre aspas possui um motivo. Como parte de uma estratégia teórico-metodológica mais ampla, utilizo o recurso para externar que não assumo, a princípio, nenhuma definição do conceito como correta ou verdadeira. Antes, preocupado com sua incorporação no debate acadêmico no Brasil, situo seu surgimento e as polêmicas que o cercam desde a sua gênese até os dias atuais.

Uma vez que os primeiros a refletirem sobre a “exclusão social” não foram os assistentes sociais brasileiros, proponho uma reconstrução histórica baseada no “ponto de vista” dos diversos profissionais que estudam ou estudaram o tema. Neste sentido, os “nativos” aqui são sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros pensadores de diferentes áreas do conhecimento e de diversas nacionalidades.

Em relação ao campo de pesquisa, os livros e os artigos de periódicos tem papel destacado se comparados aos artigos de anais de congresso, especialmente por não haver uma preocupação pontual com o desenvolvimento do conceito em cada área. Basicamente, os documentos foram escolhidos por aproximação com o assunto e através das indicações feitas pelos próprios pesquisadores em seus textos. Deste modo, por meio de um recorte temporal objetivo entender como os profissionais definem a “exclusão social” facilitando sempre que possível o diálogo entre eles. Para isso, divido a discussão em três partes: a primeira, que se estende da década de 1960 até o final da década de 1970, aponta o surgimento do conceito; a segunda, que se inicia na década de 1980 e vai até fins da década 1990, discute seu espraiamento e recepção no Brasil; e a terceira, focalizada nos anos 2000, apresenta as controvérsias atuais a seu respeito no Serviço Social.

#### **3.1 As origens da “exclusão”**

Os documentos que historicam a “exclusão social” são enfáticos aos demarcarem a França como o lugar onde o termo surge e galga reconhecimento público. Leal (2004), ao discorrer sobre o assunto, afirma que na década de 1960 ocorrem seus primeiros usos com os franceses Pierre Massí, em “Os dividendos do progresso”, e Jean Klanfler, em “Exclusão social: estudo da marginalidade nas

sociedades ocidentais”. Não apresentando uma definição clara, nem mesmo uma sistematização teórica propriamente dita, o vocábulo estava associado à população pobre que vivia à beira do crescimento econômico até se tornar mais divulgado com a publicação do livro de René Lenoir, *“Les exclus: un français sur dix”*, em 1974.

Aparecendo de forma indefinida também no texto de René Lenoir, a “exclusão” era empregada como um sinônimo para o termo “inadaptação social” diferindo de suas primeiras utilizações com Pierre Massí e Jean Klanfler, especialmente pela quantidade de sujeitos que podiam ser por ela referidos.

[...] o marco inicial da expressão “exclusão social” é comumente atribuído a René Lenoir, pelo livro *Os excluídos: um francês sobre dez*. Entretanto, neste livro, o termo exclusão social não era central e aparecia poucas vezes ao longo do texto. Aliás, ele nem foi escolhido pelo autor para o título do livro, mas pelo editor, em meio a uma lista de títulos possíveis bem diferentes. Esta obra trazia, porém, uma novidade importante: não se referia mais a um fenômeno residual e pouco influente sobre o conjunto da sociedade, como nos usos anteriores, mas a um problema que se propagava num ritmo rápido, atingindo cada vez mais pessoas. Exclusão era sinônimo de adaptação social, que atingia os doentes mentais, toxicômanos, alcólatras e outros grupos vulneráveis como os migrantes muçulmanos cuja integração era precária (Paugam, 1996). (LEAL, 2004, p. 03)

Silver (1994), buscando as primeiras referências à “exclusão”, igualmente indica que é na França durante a década de 1960 que o termo emerge, porém atribui aos cientistas, jornalistas, políticos e ativistas da época seu uso inicial. Responsabilizando René Lenoir pela formulação do vocábulo, aponta que esse político trabalhava no governo francês como Secretário de Estado da Ação Social quando diagnosticou que uma em cada dez pessoas estava “excluído”, isto em um contexto de retração do crescimento econômico e de consolidação do sistema de seguridade social em seu país.

Considerando os idosos inválidos, as pessoas com deficiência, as crianças vítimas de violência, as prostitutas, os delinquentes, as famílias monoparentais, e os toxicômanos como “excluídos”, Lenoir indicava que na França estava ocorrendo um tipo de adaptação social que atingia todos aqueles que eram pobres e que não estavam cobertos pelo sistema de proteção social. A partir daí, ainda nos marcos da década de 1970, autoridades políticas teriam criado medidas de combate à “exclusão” diferenciando-a como subjetiva e objetiva.

Durante el decenio de 1970, los partidos de izquierda en Francia comenzaron también a distinguir entre la exclusión objetiva y la subjetiva. Inspirándose en el existencialismo de Jean-Paul Sartre y en la ideología participativa de la acción social católica, vincularon el problema con la alienación y la pérdida de autonomía personal bajo el capitalismo avanzado. Al destacar la exclusión subjetiva, el discurso fue apartándose de las expresiones políticas de los conflictos de clases para orientarse hacia las luchas de las masas urbanas y hacia los movimientos sociales. La exclusión significaba ser tratado como un objeto, situación que podía aplicarse virtualmente a cualquier grupo o persona. (Verdés-Leroux, 1978) (SILVER, 1994, p. 608)

Em síntese, além de figurar uma situação em que os sujeitos seriam tratados como objetos (em sua dimensão subjetiva), a “exclusão” naquele período também foi sinônimo de afastamento do crescimento econômico (em sua dimensão objetiva) dado que a quantidade de pobres permanecia constante mesmo diante da recuperação econômica pós-crise do petróleo.

Zione (2006), ao demarcar o início da utilização do termo concorda que suas primeiras aparições ocorrem em 1960 com Pierre Massé e em 1965 com Jean Kanfler. Assentada sob uma visão liberal e “psicologizante”, a “exclusão” estaria ligada à precariedade advinda de condições desfavoráveis de vida e de comportamentos e atitudes pessoais que não eram compatíveis com o crescimento econômico. Tratando-se de um problema periférico, de menor incidência na sociedade, ela estaria restrita a pequenos grupos que poderiam ser facilmente atendidos por meio de intervenções pontuais. Todavia, com a publicação de *“Les exclus: un français sur dix”* a expressão assume outra conotação.

Apesar de o vocábulo ter sido utilizado somente no título do livro – em decorrência da recomendação do editor que à época estava empolgado com o sucesso dos trabalhos de Michel Foucault –, para Lenoir a “exclusão” estava relacionada à ideia de “desvantagem” (*handicap*) e de inadaptação social. Aliás, a expressão verdadeiramente utilizada ao longo do texto foi “inadaptado”<sup>8</sup> estando ela relacionada à imagem de uma disfunção social que se espraiava por toda sociedade.

Com efeito, não podendo ser considerada como residual, a “exclusão” na concepção de Lenoir teria alcançado uma parcela significativa da população francesa, sendo sua origem encontrada na confluência de fatores como:

---

<sup>8</sup> De acordo com Zione (2006), a palavra “inadaptado” como utilizada por René Lenoir remetia a dificuldade física e mental de integração na sociedade.

desigualdade econômica, segregação étnico-racial, enfraquecimento das relações familiares e êxodo rural.

Por sua vez, ao discorrer sobre o surgimento do termo, Escorel (1999)<sup>9</sup> identifica que antes da década de 1970 a palavra “exclusão” foi empregada nos debates sobre a pobreza e a desigualdade social, porém sem grandes repercussões. Com o lançamento do livro de Lenoir este quadro se altera e o vocábulo passa a ser conhecido, embora de uma perspectiva científica não houvesse naquele trabalho nenhuma contribuição teórica que auxiliasse na compreensão do assunto.

Foi por influencia do sucesso da obra de Foucault que o editor de “*Les exclus: un français sur dix*” resolveu indicar a palavra “exclusão” para o título do livro, contudo o conceito de inadaptação social é que seria empregado ao longo do texto em detrimento daquele primeiro. Neste sentido,

No momento da publicação do livro de Lenoir, quando a situação de pobreza no país parecia ser residual e superável, a noção de exclusão estava relacionada à sua dimensão subjetiva – ou seja, ser pobre “significa ser tratado como um objeto” (Silver, 1994) – e não à sua dimensão objetiva, econômico-ocupacional. Lenoir, que era Secretário de Ação Social do governo gaullista de Jacques Chirac, enfatizou o conceito de “inadaptados sociais” – uma recuperação atualizada da caracterização de “desajuste” da cultura da pobreza e da teoria da modernização – cuja preocupação central, que será retomada posteriormente, concentrava-se na pobreza dependente, ou seja, nos pobres que precisavam ser amparados por ações governamentais, o que representava gastos sociais crescentes. O grande mérito do livro parece ter sido o de alertar que a pobreza não havia desaparecido nos “30 anos de ouro”. (ESCOREL, 1999, p. 51)

Em síntese, a “exclusão” nos anos 70 estaria relacionada a um problema de ordem subjetiva que alcançava os pobres dependentes da intervenção do Estado. No final dessa década e no início dos anos 80, o termo seria empregado em correspondência à ideia de uma “nova pobreza”, não mais residual ou passageira, mas estrutural, pois atingiria aqueles pobres que outrora usufruíam marginalmente das benesses do crescimento econômico.

Sobre a aproximação do título de “*Les exclus: un français sur dix*” com a obra foucaultiana, Fontes (1996) esclarece que entre as décadas de 1960 e 1970 o debate sobre a “exclusão” esteve relacionado a múltiplas formas de segregação social. Aparecendo nos textos de Foucault junto a outros termos como expulsão,

---

<sup>9</sup> Este trabalho é a versão modificada da tese de doutorado de Sarah Escorel defendida, em 1998, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Brasília.

reclusão e banimento (que eram praticados de maneira regular contra os “loucos”), a “exclusão” manifestava-se como uma forma de “disciplinarização” e “controle social”.

Neste sentido, referindo-se às modalidades de distribuição de poder, o termo era utilizado para descrever as formas de produção e reprodução de diferenças “hierarquizantes” e “estigmatizantes” na sociedade. Não se tratando de um processo diretamente econômico, a “exclusão” se caracterizaria como um tipo de controle social baseado em práticas segregadoras (encaradas como naturais) que seriam parte do *modus operandi* de um determinado ordenamento social.

Analizando o que foi descrito até agora, parece-me evidente que os cientistas ainda não chegaram a um consenso sobre o momento exato em que surgiu a definição de “exclusão social”. Noto, todavia, que há uma convergência em suas opiniões apontando a França, entre anos 60 e 70, como o contexto em que o vocábulo nasceu sendo reiteradamente destacada a relevância da obra de René Lenoir para sua visibilidade pública.

Ao contarem a história da gênese da “exclusão” (lembrando que o uso do termo “exclusão social” nem sempre era recorrente), os estudiosos se mostram reticentes ao delimitar suas causas primeiras e suas consequências. Associada à pobreza que estava em expansão na França, a “exclusão” é retratada por alguns como uma espécie de disfunção social, um problema que advém do desenvolvimento hodierno da sociedade, enquanto outros a encaram como uma dificuldade pessoal de inserção no mercado de trabalho e na vida coletiva.

Utilizada especialmente em “*Les exclus: un français sur dix*” como uma expressão equivalente à inadaptação, a “exclusão social” não chegou a ser abordada de modo sistemático nos textos que a inauguraram. Em termos gerais, a ausência de sistematização teórica aparece tão explicitamente nesses documentos que na indicação daqueles que seriam “excluídos” são destacados idosos, pessoas com deficiência, usuários de álcool e outras drogas, crianças em situação de violência, entre outros, sem que entre eles fosse estabelecido qualquer relação de proximidade a não ser a situação de pobreza. Creio, com isso, que os estudiosos ao narrarem o surgimento da “exclusão social” não a definiram naquele momento porque eles mesmos não sabiam o que estava ocorrendo. Não se tratando estritamente da pobreza (pois se fosse esse o caso usariam o conceito existente), lançaram mão do termo “exclusão” a fim de sinalizar a situação “inédita” que se configurava sem conseguir, entretanto, explicitar as reais forças que a engendravam.

Como consequência não se tem entre as décadas de 1960 e 1970 um conceito<sup>10</sup> científico formado, apenas uma expressão (isto é, um termo, um vocábulo, ou uma palavra) vaga para uma realidade “desconhecida”.

### 3.2 A formação do conceito

De acordo com Silver (1994), enquanto nos anos 70 os termos “exclusão” e “inserção” foram utilizados como expressões ideológicas do governo francês, nos anos 80 eles assumiram novas características que se relacionavam com o embate travado entre os partidos de situação e oposição da época. Ao passo que a oposição falava de uma “nova pobreza”, o governo eleito caracterizava o enfraquecimento da solidariedade social (tanto entre sujeitos e grupos, quanto entre grupos e sociedade) como “exclusão”. Sendo relacionado não só com o desemprego constante, mas também como a instabilidade dos vínculos sociais, o vocábulo passa a configurar um fenômeno que possui aspectos materiais, simbólicos e espirituais.

A respeito da “inserção” (ou integração), a autora alerta que na década de 1980 ela começa a ser encarada como o revés e a solução para a “exclusão”. Retratada como uma possibilidade de manutenção da “coesão social”, a “inserção” torna-se o foco de um conjunto de programas criados na França estando também presente na plataforma política dos partidos de esquerda e de direita que concorrem às eleições em 1988. Com efeito, ambos os temas se estenderam para além do território francês de modo que, em 1989, o Conselho de Ministros de Assuntos Sociais da Comunidade Europeia já se pronunciava a favor da luta contra a “exclusão” em prol da “integração” de homens e mulheres na Europa.

Considerando a ampliação do debate e sua repercussão ao final da década de 1980 e início da década 1990, Silver (1994) questiona o significado da “exclusão”. Remontando às discussões da Comissão de Coesão Social e Prevenção da Exclusão do Comissariado Geral do Plano (CGP) do governo francês, ressalta a dificuldade de definir o termo tendo em vista múltiplas dimensões (política, socioeconômica, cultural e individual) que o entrecruzam e o compõem.

---

<sup>10</sup> Considero que os conceitos científicos são operações mentais que buscam reconstruir/traduzir, em nível abstrato, a realidade em sua dinâmica, sendo produto da pesquisa científica. (LAVILLE; DIONNE; SIMAN, 1999; MINAYO, 1998; MENDONÇA, 1994)

Sinalizando que o conceito pode ser utilizado de distintas maneiras, indica desta forma que tal como uma janela a “exclusão” põe a descoberto diferentes interpretações políticas.

Mientras que las ideas de pobreza y de desigualdade han llegado a convertirse en conceptos comúnmente aceptados en las ciencias sociales, dentro del discurso republicano francés es más exacto hablar de <<exclusión>>, porque es una <<palavra clave>>, en el sentido que da a este término Raymond Williams (1985). El concepto de exclusión, a más de gestarse en Francia, está profundamente arraigado en una interpretación particular de la historia revolucionaria del país y del pensamiento republicano francés. Desde esta perspectiva, la <<exclusión>> no se concibe simplemente como un fenómeno económico o político, sino como una deficiencia de la <<solidaridad>>, una falla en el tejido social (CGP, 1992) (SILVER, 1994, p. 613)

Mostrando-se multifacetado, polissêmico, e impreciso, o conceito para a socióloga tem íntima relação com o pensamento político da França. Possuindo conotações que se intercambiam, outro empecilho encontrado na sua definição seria o uso de termos correlatos a ele, tais como: *underclass*, discriminação, desigualdade, “nova pobreza”, desfiliação e marginalidade.

Partindo da premissa que a “exclusão” tem múltiplos sentidos e, deste modo, que sua construção conceitual está assentada sobre diferentes visões de mundo, Silver (1994) concentra as acepções existentes em três paradigmas, a saber: solidariedade, especialização e monopólio. Conservando explicações diferentes para o mesmo fenômeno, esses paradigmas são inspirados em filosofias políticas e em perspectivas teóricas distintas que possuem suposições próprias acerca da desvantagem social.

O paradigma da solidariedade, de inspiração republicana e grande adesão na França, entende a “exclusão” como a ruptura dos vínculos sociais que unem os sujeitos à sociedade. Ao mesmo tempo ameaçando e reforçando a solidariedade social, a “exclusão” que é de ordem cultural e moral (mais do que material) põe em risco os laços que conectam o indivíduo à sociedade sendo os “excluídos” aqueles que estão “de fora”, como os membros de minorias étnicas, os desempregados e os pobres.

Baseado em reflexões que deitam raízes em Rousseau e Durkheim, o paradigma da solidariedade tem encontrado repercussão entre os pós-modernos e em áreas do conhecimento como a sociologia, os estudos culturais e a antropologia. Reportando-se a uma “terceira via” (nem socialista, nem liberal), o republicanismo

une as preocupações econômicas e sociais ao destacar a importância da manutenção da solidariedade sendo parte da luta dos seus adeptos a responsabilização do Estado pela inserção dos “excluídos”.

A especialização, segunda matriz interpretativa ancorada na perspectiva liberal anglo-americana, caracteriza a “exclusão” como um tipo de discriminação advinda da divisão do trabalho e da diferenciação social. Ancorada na perspectiva que a ordem social é formada por diferentes esferas que competem e que trocam entre si, o liberalismo destaca que a “exclusão” é a consequência de uma divisão inadequada dessas esferas, da aplicação de um conjunto de regras que não são compatíveis com uma delas, ou ainda da existência de barreiras que impedem a circulação entre esferas. Relacionada à microsociologia, à economia neoclássica, assim como outras disciplinas que tem como foco o individualismo, o paradigma da especialização explica que a “exclusão” é o resultado de esferas sociais que existem desigualmente podendo o indivíduo estar “excluído” de uma esfera, mas não necessariamente das outras existentes.

O paradigma do monopólio, por sua vez, embasado pela corrente socialdemocrata europeia, encara a “exclusão” como o resultado da fundação de grupos monopólicos que dotados de instituições e identidades diferenciadas inviabilizam o acesso daqueles que estão “de fora” em favor daqueles que estão “incluídos”. Observado, especialmente, no mercado de trabalho, esse processo que ocorre também nas nações, em comunidades, e em grupos sociais, tem como expressão máxima a segmentação dos “excluídos”, podendo ser chamada de “clausura social”. Referenciado pela obra de Weber e em menor proporção pelo pensamento marxiano, este último paradigma entende que a ordem social é eminentemente coercitiva sendo erigida sobre relações de poder fortemente hierarquizadas. A cidadania, ou mais precisamente a participação comunitária, apresenta-se como a principal arma contra a “exclusão” na formulação socialdemocrata.

De acordo com a estudiosa, a partir da elaboração destes três paradigmas pode-se dizer que a “exclusão” antes de qualquer coisa se refere a uma desvantagem social que empiricamente denota uma privação crescente nos países avançados.

Desde luego, el uso del término <<exclusión>> para denotar la naturaleza cambiante de la desventaja social en Occidente puede tender notables implicaciones políticas. Por una parte, al poner de relieve que se trata de un problema generalizado, la idea de exclusión podría servir para formar nuevas coaliciones, sobre bases amplias, a fin de reformar las políticas del Estado benefactor en Europa. Pero por otra parte, el discurso de la exclusión puede contribuir también a que se atribuya una nueva etiqueta a las categorías expuestas, encerrándolas en una especie de gueto en la medida en que se dé publicidad a las formas más espectaculares de la desventaja acumulativa, lo que puede distraer así la atención del incremento general de la desigualdade, el desempleo y la disolución de la familia, que afecta a todas las clases sociales. [...] De este modo, así como la idea de exclusión refleja diferentes nociones de integración social, solidaridad y ciudadanía, puede también servir para una variedad de finalidades políticas. (SILVER, 1994, p. 618)

Não possuindo o mesmo significado para todos que a empregam, a socióloga conclui que a “exclusão” sendo encarada como um fenômeno multidimensional – que afeta indivíduos em diferentes posições da hierarquia social – pode tanto ser conduzida como uma oportunidade política capaz de promover a coalização entre partidos, como pode redundar em imobilidade dificultando o combate à desigualdade, ao desemprego e à ruptura dos laços familiares.

Retomando as discussões sobre a “exclusão” na década de 1980, Fontes (1996) enuncia que diante da crise econômica enfrentada pelos países centrais naquele período, a categoria até então identificada com a ideia de inadaptação social assume novos contornos. Diante do aumento da pobreza, do desemprego e da expansão do trabalho precário com parca vinculação ao sistema de proteção social, a “exclusão” foi se aproximando da imagem de uma “nova pobreza” que alcançava não apenas os grupos marginalizados da sociedade, mas também aqueles que em décadas anteriores estavam inseridos.

Aludindo principalmente aos desafios emergidos no mundo do trabalho, o termo além da relação com a questão econômica também começaria a ser observado sobre um marco cultural, qualificando o enfraquecimento dos laços sociais e da sensação de pertencimento social. De acordo com a pesquisadora, a categoria estendendo seu poder de alcance na França e no Brasil, durante os anos 90, incorporou novas discussões dando ênfase não só sobre a desigualdade econômica, mas também sobre a crise de identidade na sociedade moderna.

Empregada para designar a segregação econômica, espacial, étnica, cultural, e de gênero, assim como o sentimento de vazio e a ausência de identidade, a

“exclusão” tornou-se tema de destaque na mídia e no âmbito acadêmico ao salientar o aumento do contingente populacional “desnecessário” à sociedade.

O termo torna-se assim uma espécie de paradigma do final do milênio, aplicado a situações e conjunturas diversas. Nos países centrais, designa tanto grupos sociais amparados, ainda que precariamente, por políticas públicas (renda mínima, salário-desemprego, assistência médica e social), como os portadores de deficiências físicas, os encarcerados, doentes ou vítimas do fracasso escolar, quanto categorias relativa ou inteiramente à margem de direitos sociais, como é o caso dos imigrantes ilegais à perda de rendimentos quanto, ainda, o sentimento de precariedade e abandono de grupos que permanecem ligados ao mundo do trabalho. (FONTES, 1996, p.16)

Desta forma, tratando-se de múltiplas situações, a “exclusão” englobaria diversos fenômenos que tem afetado diretamente as pessoas em todas as partes do globo. Especificamente no Brasil, os “excluídos” tem sido os segregados, os doentes (portadores de HIV/Aids, pessoas com hanseníase), os trabalhadores informais, os destituídos de proteção social, entre outros tantos.

Ponderando sobre o conceito e sua articulação com a vida social, a autora sinaliza que inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista – e, mais especificadamente, à formação do mercado de trabalho – surge um único fenômeno que compreende dois movimentos ou uma dupla dinâmica: a “inclusão forçada” e a “exclusão interna”. Municada pelo pensamento marxiano – no que diz respeito à existência de trabalhadores que são expropriados dos meios de produção sendo obrigados a vender sua força de trabalho –, indica o surgimento de uma sociabilidade calcada no disciplinamento tanto dos trabalhadores incluídos nos processos produtivos quanto daqueles que estão fora deles (isto é, o exército industrial de reserva), com vistas à perpetuação da acumulação capitalista.

Atenta aos esclarecimentos de ambas as dimensões do fenômeno, Fontes (1996) explica que a “inclusão forçada” é utilizada para designar a existência de uma superpopulação relativa que pela reprodução ampliada do capital é mantida às margens do processo produtivo – como mão-de-obra excedente –, referindo-se também aos grupos que por inadaptação, incapacidade física ou por resistência não participam do mercado de trabalho. Por sua vez, a “exclusão interna”, mantendo uma relação de contiguidade com a “inclusão forçada”, diz respeito à impossibilidade dos trabalhadores de proverem a manutenção da vida sendo também funcional ao capitalismo.

Operando a distinção entre “exclusão interna” e “exclusão externa”, a autora ressalta que esta última modalidade – podendo também ser chamada de “exclusão por externalização” – ocorre quando, não existindo possibilidades de inclusão, separe-se o outro de maneira a inviabilizar sua existência em um espaço comum. Conduzindo à dizimação em suas últimas consequências, a “exclusão externa” distingue-se entre “exclusão por indiferença” quando não coexistindo com o outro simplesmente despreza-se sua existência (a exemplo da colonização dos indígenas no Brasil) e “exclusão por extermínio” quando se elimina com a morte (a exemplo do holocausto judeu e das guerras recentes de cunho étnico na África).

Em suma, enquanto na “exclusão por indiferença” rejeita-se o outro, banindo-o, na “exclusão por extermínio” sua simples existência causa ameaça conduzindo à erradicação total. Fontes (1994), identificando a existência das diferentes “exclusões” no interior do sistema capitalista, conclui que ao final do século XX a “inclusão forçada” e a “exclusão interna” persistem sofrendo transformações que as tornam mais agravadas para os trabalhadores.

Castel (2011a)<sup>11</sup>, delimitando os contornos da “exclusão” na França nos anos 90, sugere que o termo tal como uma “maleta” tem servido para reunir e caracterizar os diferentes tipos de miséria, não havendo uma discussão mais aprofundada sobre sua adequabilidade e capacidade explicativa. Tornando-se central nos discursos políticos e midiáticos, especialmente entre 1992 e 1993, o tema invadiu a cena pública francesa passando a representar o desemprego de longo prazo, a situação de rua, o não ingresso no mercado de trabalho, entre outros, sendo utilizado para representar os atuais riscos e fraturas do tecido social.

Diante da tendência de se denominar a questão social<sup>12</sup> como “exclusão”, o sociólogo sugere o uso restrito do vocábulo delimitando-o e, em alguns casos, proscrevendo-o, ao apontar oito razões que justificariam o cuidado. A primeira delas diz respeito justamente à diversidade dos usos do termo. Definindo um grande número de situações, a “exclusão” não faz acepção das realidades rotuladas por esse nome e com isso inviabiliza a condução de pesquisas que esclareçam seus

---

<sup>11</sup> Este artigo de Robert Castel foi publicado originalmente na França, em 1995. Devido à realização do Seminário Internacional “A questão social no contexto da globalização” na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1996, foi traduzido e incorporado aos demais trabalhos que compõem o livro “Desigualdade e a questão social”.

<sup>12</sup> Para o autor, a questão social se refere a “[...] uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura.” (CASTEL, 2011b, p. 280)

conteúdos específicos. Assim, utilizada para se referir tanto ao desempregado de longa duração quanto aos jovens que nunca ingressaram no mercado de trabalho, a “exclusão” é referida a certos grupos somente para denotar um tipo de ausência, sem que seja explicitado seus traços constitutivos.

O segundo motivo para que se desconfie da “exclusão” é a propensão que possui de tornar autônomas “situações-limite” que só podem ser compreendidas quando pensadas como um processo. Tratando-se de uma “desfiliação”, que nada mais é do que um conjunto de rupturas em relação a posicionamentos anteriores, o termo muitas vezes tem sido relacionado a situações de risco que poderiam ser perfeitamente combatidas com o trabalho estável. Os “excluídos”, na verdade, são aqueles que outrora tinham vínculo empregatício (além de todas as proteções a ele correlatas) e que mantinham redes de sociabilidade relativamente estáveis, estando contemporaneamente afastado delas.

Em terceiro lugar, a expressão pode se tornar uma armadilha para a reflexão e para a intervenção na medida em que, focando sobre os “estados de despossuir”, não são questionadas as dinâmicas que causam a “exclusão”. Para Castel (2011a) existem os *in* e os *out*, convivendo ambos dentro (e não fora) da sociedade. A pergunta que deve ser feita então é como os *in* estão ligados e geram os *out*, ou ainda como conjugar a competitividade de mercado mantendo um mínimo de proteção social para que os *in* não produzam os *out*.

O quarto motivo que justifica o uso controlado da “exclusão” diz respeito às políticas de inserção que, formuladas para uma atuação limitada no tempo, continuam com suas atividades prolongadas indeterminadamente. Essas intervenções, pensadas a princípio como estratégias de integração social, deixaram de ser provisórias uma vez que a própria situação de inutilidade social mostrou-se perene e o número dos “excluídos” aumentou. Correndo o risco de atuar somente sobre a situação degradada sem atingir os processos que a produzem, as políticas de inserção devem intervir de modo preventivo para que não se tornem medidas meramente paliativas.

Em quinto lugar, pensar em termos de “exclusão” equivale a um tipo focalizado de ação social no qual se demarcam zonas específicas de intervenção. Definindo-se populações-alvo em decorrência de determinado déficit de integração (no passado eram eles os deficientes, os inválidos, as famílias monoparentais, etc.), a intervenção especializada se dá categorizando determinados grupos de modo a

evitar ações mais abrangentes e custosas. Há que se destacar, contudo, que os “excluídos” não são mais apenas aqueles que por um “déficit pessoal” não estavam integrados.

A prova: há vinte anos, essas pessoas que solicitam hoje uma atenção particular teriam sido integradas por elas mesmas à ordem do trabalho e teriam levado uma vida comum. De fato, elas se tornaram inválidas pela conjuntura: é a transformação recente das regras do jogo social e econômico que as marginalizou. Não é o caso de tratá-las com uma intervenção especializada para “reparar” ou “cuidar” de uma incapacidade pessoal [...] (CASTEL, 2011a, p. 35)

Neste sentido, ignorando o perfil destes novos sujeitos chamados de “excluídos”, a intervenção permanece pontual quando deveria propor um “tratamento social” para o desemprego com vistas à inserção dessa população “sobrante” que foi invalidada pela conjuntura econômica e social.

A sexta razão para que se duvide do termo se refere ao tipo de intervenção destinada a ele. Mesmo sendo considerado impreciso, o vocábulo continua a ser utilizado porque as medidas contra a “exclusão” assumem o lugar das políticas sociais de maior escopo que possuem objetivos não só reparadores como naquelas primeiras, mas também preventivos. Dito de outro modo, intervir sobre as margens do “disfuncionamento social” e não sobre o seu centro aponta para um tipo de tratamento técnico do problema e não político – esse, sim, capaz de alcançar o âmago dos processos que o geram.

Com efeito, encarar a “questão social” como “exclusão” estimula que intervenções pontuais sejam implementadas sem solucionar a real problemática da “desestabilização da condição salarial”. É, pois, a “desestabilização da condição salarial” (ou seja, a perda das regulações e proteções relacionadas ao trabalho) que deveria ser atacada pelas políticas sociais (e não por medidas paliativas) a fim de evitar a ruptura do tecido social.

Em sétimo lugar, é pelo seu uso difuso que a noção de “exclusão” exige um emprego parcimonioso. Castel (2011a), recorrendo à história, observa que existem contextos que admitem a utilização do termo de maneira adequada, a exemplo das “sociedades de castas” e das “sociedades escravagistas” onde alguns de seus membros pela “sacralização da tradição” têm um “*status*” específico. Refletindo mais detidamente sobre a Europa entre os séculos XIV e XVIII, o sociólogo aponta a existência de diversos “procedimentos de exclusão” que justificam o emprego da

expressão, como a condenação de bruxas e criminosos, o confinamento de loucos e o banimento de vagabundos.

Divididos em três conjuntos, esses “procedimentos de exclusão” podem ocorrer: 1º) por “supressão completa da comunidade”, seja por expulsão (como com os judeus) ou condenação à morte (como com os hereges), sendo a irradicação total o nível mais elevado desta prática; 2º) pela construção de “espaços fechados e isolados da comunidade”, como os manicômios, leprosários, prisões, etc.; e 3º) pela atribuição de um “*status* especial” a certas camadas da população permitindo-lhes coexistir dentro de suas comunidades, embora cerceados de direitos e da participação social (como com os indígenas no período de colonização e com as mulheres quando não tinham direito ao voto).

As referidas práticas, ainda que diversas, se assemelham na medida em que dizem respeito a uma “condição específica”, um “*status*”, que é legitimado por regras, procedimentos, e rituais que obedecem a “razões proclamadas”.

Quer seja total ou parcial, definitiva ou provisória, a exclusão, no sentido próprio da palavra, é sempre o desfecho de procedimentos oficiais e representa um verdadeiro *status*. É uma forma de discriminação negativa que obedece a regras estritas de construção. (CASTEL, 2011a, p. 46)

Por último, a oitava razão para que se evite o uso do termo é que as situações rotuladas como “exclusão” pela mídia e pelo discurso político, na verdade, se referem à “crise da sociedade salarial”, ou mais pontualmente a essa “vulnerabilidade” advinda da desestabilização das relações de trabalho e da perda das proteções relacionadas a ele. Deste modo, “marginalização”, “vulnerabilização”, ou “precarização” seriam mais adequadas para aludir a atual “degradação das condições de trabalho” do que a noção de “exclusão”.

De qualquer modo, Castel (2011a) deixa claro que a “exclusão” e seus procedimentos ainda se fazem presentes na contemporaneidade. Analisando o caso francês, assevera que embora a “supressão completa da comunidade” pareça impossível para uma sociedade democrática, a reclusão em “espaços fechados e isolados da comunidade” se mostra mais próximo da realidade do país na medida em que guetos vão ensaiando sua constituição no cenário urbano. É, contudo, a imposição de um “*status* especial” a determinados grupos que se revela como maior ameaça.

Ao destacar a “discriminação positiva”, operada pelos programas e pelas políticas públicas (como o Renda Mínima de Inserção (RMI) e a política de cidade), alerta que essas estratégias criadas pelo Estado, visando garantir a integração, podem facilmente se converter em “discriminação negativa” impingindo aos seus usuários um “*status especial*”.

Desse ponto de vista, é particularmente inquietante ouvir o mesmo Ministro da República, que propôs deslocar famílias indesejáveis, retomar velhas fórmulas que sempre estigmatizaram os maus pobres e condenar “a verdadeira contra-sociedade do RMI”, “cultura da inatividade”. *Blaming the Victim*: trata-se, com efeito, de um discurso de exclusão. Mas, para além dessas formulações-limite-, vê-se que a margem é estreita entre as medidas específicas que visam ajudar públicos em dificuldade e sua instalação em sistemas de categorização que lhes atribuem um status de cidadão de segunda classe. (CASTEL, 2011a, p. 51)

Ao finalizar sua avaliação, o estudioso declara que a “exclusão” não deve ser confundida com o conjunto de situações que formam a “questão social”, e que é especialmente de maneira preventiva que se deve combater a “desregulação da sociedade salarial”. Por último, declara que é necessário manter vigilância para que a “discriminação positiva” não descambe para a “discriminação negativa” e, por conseguinte, gere “processos de exclusão”.

Paugam (1999a)<sup>13</sup>, ao situar os debates sobre a “exclusão” durante a década de 1990, também é taxativo ao apontar a presença do conceito no discurso político na França denunciando seu uso impreciso no campo científico. Considerando-o um “conceito-horizonte” (ou seja, um “conceito de fundo” que é empregado de maneira geral para se referir a um conjunto diverso de situações), assevera que a “exclusão” mais que uma categoria sociológica é uma noção utilizada nas pesquisas que pretendem denunciar as desigualdades enfrentadas na sociedade contemporânea.

De acordo com o sociólogo, no cenário francês (e na Europa) durante a década de 1980 não se usava a expressão “exclusão social”. Naquele momento os estudiosos diagnosticavam que uma “nova pobreza” atingia a população, ocorrendo somente uma década mais tarde, nos anos 90, as primeiras enunciações acerca da “exclusão”. É a partir daquele período, então, que o conceito despontaria sendo caracterizado como problemática central a ser combatida pelos governantes. Na França, as eleições que levaram Jacques Chirac à presidência contemplaram o

<sup>13</sup> O presente artigo de Serge Paugam e os demais trabalhos publicados no livro “Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam” decorrem das exposições feitas pelo sociólogo e os demais conferencistas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1998.

debate de tal modo que tanto os candidatos de direita quanto os de esquerda abordaram em suas plataformas políticas o tema da “exclusão social”.

Relacionada à discussão da ruptura dos laços sociais, a “exclusão” para o sociólogo não deve ser confundida com a “pobreza”. Enquanto essa última remete à insuficiência de renda e a consequente dificuldade de sobrevivência de parte da população, a “exclusão” diz respeito a um processo dinâmico que alcança um quantitativo cada vez maior de sujeitos transcendendo, inclusive, a dimensão econômica. Caracterizada como um fenômeno que têm múltiplas causas, se refere a um processo que acarreta diversas perdas, a exemplo do desempregado que logo após sair do mercado de trabalho se divorcia e termina ficando sem moradia própria. Porém, ligando-se a situações distintas, a noção merece um uso delimitado que deve ser amparado por conceitos que complementem seu sentido.

Definindo a “exclusão” como um processo relacionado a um conjunto de perdas e desvantagens, Paugam (1999c) sugere que o termo seja empregado de modo parcimonioso devido ao seu uso generalizado. Destacando três dimensões que a tornariam mais evidente (a saber: trajetória, identidade e território), explica a importância de pensar a “exclusão” em termos de uma trajetória tanto individual quanto coletiva que impinge uma identidade negativa (isto é, um estigma), sendo os “excluídos” encontrados em territórios específicos: os bairros mais pauperizados das cidades.

Buscando conferir maior credibilidade à noção, defende assim à adoção de categorias complementares como o conceito de “desqualificação social” (criado por ele para aludir a expulsão das camadas pobres do mercado de trabalho e sua relação com a política de assistência social). Revelando-se um conceito aplicável, sobretudo aos países de primeiro mundo que assistem ao enfraquecimento da solidariedade social, a “desqualificação social” pode tornar mais clara as situações identificadas como “exclusão” ao lançar luz sobre a instabilidade do trabalho e seus desdobramentos como a pobreza amparada via assistência social.

### **3.3 A recepção no Brasil**

Partindo especificamente para a discussão do caso brasileiro, observa-se que é no trânsito das décadas de 1980 e 1990 que se ouve falar pela primeira vez sobre a “exclusão social”. Nascimento (1994), ao construir hipóteses sobre a “nova

exclusão” no Brasil, sugere que o conceito – embora empregado modernamente – está relacionado a realidades que atravessam o país desde o período colonial com o genocídio de índios e o tráfico de negros.

Partindo, primeiramente, das definições de desigualdade, pobreza e “exclusão” o sociólogo destaca que mesmo imbrincados esses conceitos refletem situações diferenciadas. Caracterizando a desigualdade como a distribuição irregular das riquezas produzidas por uma sociedade e a pobreza como a ausência de recursos para assegurar as condições mínimas de sobrevivência, afirma que a “exclusão social” é o avesso da coesão social, ou seja, é a ruptura do vínculo social estando próxima das ideias de estigma e de desvio.

Sendo impingida de maneira externa, sem que necessariamente o “excluído” tenha cometido alguma transgressão, a “exclusão” (em termos durkheimianos) se configura como o rompimento dos laços de solidariedade orgânica inerentes à sociedade hodierna.

Se o termo exclusão social diz respeito ao ato de excluir, de colocar à margem um determinado grupo social, o conceito sociológico – que é múltiplo, como ver-se-á em seguida – refere-se sempre a um processo social de não reconhecimento do outro, ou de rejeição, ou ainda, intolerância. Dito de outra forma, trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outro direitos que lhes são próprios. Compreendendo, ademais, a auto-representação do excluído que, desta forma, ao romper o vínculo societário, desenvolve vínculos comunitários particulares, como forma de sobrevivência social fragmentada ou da multiplicidade de princípios de solidariedade em um mesmo espaço social. (NASCIMENTO, 1994, p.31)

Lançando mão da literatura sociológica, o estudioso percebe a existência de três acepções em torno do conceito de “exclusão”. A primeira diz respeito ao não-reconhecimento do outro, estando próxima a uma situação de discriminação. Delinquentes, negros e homossexuais, por exemplo, não são tolerados por suas diferenças, e criam por isso formas específicas de sociabilidade, embora formalmente estejam integrados à sociedade. Já a segunda se refere ao não-reconhecimento como a negação de direitos. Os “excluídos” são os “desfiliaados”, também conhecidos como “novos pobres”, isto é, aqueles que são expulsos do mundo do trabalho. Por fim, na terceira acepção o não-reconhecimento (extrapolando a esfera dos direitos) está relacionado à recusa da condição humana. Chamada de “nova exclusão”, essa situação é enfrentada pelos meninos e meninas

que moram nas ruas dos grandes centros urbanos e todos aqueles que são impedidos de obterem direitos.

Tendo como foco de estudo a “nova exclusão”, Nascimento (1994) afirma como primeira hipótese que a expulsão dos “excluídos” da esfera humana pode gerar riscos à modernidade já que abala um de seus pilares constitutivos: a igualdade jurídico-política que considera os homens como iguais. Com efeito, essa expulsão dos “não-semelhantes” ameaça por impedir seu acesso à igualdade necessária ao desenvolvimento do projeto moderno que também pretende ser universal e, portanto, contrário à exterioridade criada pela “exclusão”.

Revelando-se um processo econômico (por estar relacionado a não inserção no mercado de trabalho), social (por se referir à ruptura dos vínculos sociais), e cultural (por ter como premissa a negação de direitos), a “nova exclusão” está intimamente ligada ao desemprego e a apartação do mundo do trabalho. Diante dessa assertiva, o autor apresenta sua segunda hipótese: a “nova exclusão” possuindo um caráter histórico têm múltiplas dimensões que se complementado configuram um processo atual difícil de ser analisado em termos prospectivos.

Segundo Nascimento (1994), com a revolução técnico-científica o mundo do trabalho enfrenta mudanças ao incorporar um contingente cada vez maior de tecnologias que geram não só a substituição, mas também a eliminação do trabalho humano. Como consequência, aqueles que antes compunham o exército industrial de reserva passam agora a se tornar “lixo industrial”, uma vez que além de não possuírem trabalho também não possuem as qualidades necessárias para ingressar nos circuitos produtivos. Mais que pobres ou desempregados, os “novos excluídos” são desnecessários em termos econômicos tornando-se um peso para a sociedade e para o Estado.

Na medida em que se tornam desnecessários economicamente, os “novos excluídos” são marginalizados e as representações sociais em torno deles são ainda mais negativas. Além de discriminados, eles começam a ser notados como ameaçadores e sujeitos a serem eliminados do mundo. Com efeito, o crescimento da violência urbana nas grandes cidades parece alimentar essa representação negativa impulsionando uma onda de massacres e homicídios como ocorre com as pessoas que vivem nas ruas. Frente ao não-reconhecimento destes grupos considerados passíveis de extermínio, a terceira hipótese levantada por Nascimento (1994) é que a violência urbana está vinculada de maneira direta com a “nova

exclusão social”. Acerca especificadamente do caso brasileiro, o autor aponta a existência de três grupos que foram “excluídos” no país e que se diferenciam dos “novos excluídos”, a saber: os índios, os negros e os trabalhadores rurais.

Considerados uma raça inferior pelos brancos, os índios foram “excluídos” por dizimação durante a colonização brasileira, principalmente por não aderirem ao regime escravista. Posteriormente, os negros escravos tornaram-se “excluídos necessários” na medida em que não possuíam direitos, mas se faziam fundamentais para o desenvolvimento econômico. Por último, os trabalhadores rurais também se tornaram “excluídos necessários” à medida que foram destituídos dos direitos sociais e políticos, embora também se revelassem necessários à economia.

Diferentemente da “exclusão” experimentada em momentos passados, a “nova exclusão” da década de 1980 e 1990 estaria assentada sobre a representação social que afirma a existência de parcelas da população consideradas descartáveis.

Finalmente posso anunciar a hipótese central e derradeira: o nosso processo de desenvolvimento tende a produzir um novo tipo de exclusão social cujo resultado será a transformação do incluído incômodo, o pobre que alcançou o estatuto de eleitor, no excluído perigoso, desnecessário do ponto de vista da economia (não se trata mais de exército de reserva, pois não tem mais condições de ingressar no mercado de trabalho) e ameaçador, do ponto de vista social, pois transgressor das leis. (NASCIMENTO, 1994, p. 44)

Enfim, expulsando os homens da esfera social, política, econômica, e da própria vida, a “nova exclusão social” revela-se uma tendência moderna que em última instância se efetiva com a eliminação física das camadas da população que representam ameaça à sociedade.

Oliveira (1997), ao refletir sobre a “exclusão social” no Brasil, indica que é em meados da década de 1980 que o tema ganha destaque na literatura nacional. Aparecendo ao final da década de 1970, mormente sob a forma de termos equivalentes, fala-se dos “excluídos” em alusão àquela parcela da população urbana em situação de miséria no país. Ocorrendo referências explícitas ao conceito, principalmente nos trabalhos da segunda metade dos anos 80 que analisam a pobreza derivada da concentração de riqueza na economia industrializada, a “exclusão” tornou-se parte do vocabulário de políticos, jornalistas sendo incorporada ao debate público.

Propondo, inicialmente, uma delimitação do termo, o sociólogo alerta que a “exclusão” tem sido empregada de diversas formas sendo referida a grupos distintos

como os negros, os índios, os homossexuais e os deficientes. Também chamados de “minorias” (expressão que para o estudioso parece mais adequado), esses grupos tem sido identificados sob um mesmo rótulo, por uma situação de desvantagem, embora possam pertencer a estratos econômicos completamente antagônicos.

Estando ciente dos contrassensos no uso do termo, sugere que sejam qualificados como “excluídos” as pessoas que vivem nas ruas, os catadores de lixo, os desempregados que vivem em favelas e todos aqueles que são chamados de miseráveis.

Parece recomendável, assim, por razões teóricas mas também práticas, que se reserve o conceito de excluídos para aqueles grupos que primeiro foram assim chamados. Em termos bem empíricos, no Brasil eles são os moradores e meninos de rua, os desempregados das favelas e periferias, muitos convertidos em ‘flanelinhas’ e mesmo em delinquentes, os catadores de lixo etc. Mais do que simplesmente pobres, eles estão mais próximos do que normalmente designamos miseráveis. (OLIVEIRA, 1997, p.[s.n.])

No que tange a especificidade da “exclusão social”, o sociólogo aponta que a não inserção normal do mercado de trabalho é a marca distintiva do fenômeno, junto com outras duas características: a primeira delas é que os “excluídos” são desnecessários para a economia (dado seu crescimento numérico e sua inabilidade para assumir qualquer função no circuito produtivo) e a segunda é que se mostrando desnecessários esses sujeitos sofrem um estigma que sugere sua eliminação (ou seja, sua expulsão definitiva da humanidade já que possuem uma vida inferior aos “humanos normais”).

Observando a existência dos “excluídos” nas esquinas das praças e nas ruas das cidades, Oliveira (1997) pergunta se eles realmente existem em termos teórico-analíticos ou se seriam apenas uma ilusão do senso-comum. Tendo como hipótese que o conceito se forma em oposição à visão antidualista de inspiração marxiana, assevera que sua validade teórica e ético-política se encontra fora dessa corrente de pensamento. Esclarecendo que a visão dualista consiste na afirmação da existência de “incluídos” e “excluídos”, o autor explica que a visão antidualista refuta tal postulação na medida em que mesmo aqueles que parecem estar “fora” da esfera econômica na verdade se mostram funcionais à reprodução do modo de produção capitalista. Embasada na “lei geral da acumulação capitalista”, essa corrente entende que não existem “excluídos” porque intrínseca à reprodução do capital está

a manutenção de uma população excedente que a qualquer momento pode ser chamada a ingressar no processo produtivo.

Embora não refute a lógica antidualista e sua concepção que todos estão envolvidos na dinâmica de (re)produção do capital, Oliveira (1997) assevera a necessidade de falar nos “excluídos” em decorrência do crescimento de uma população excedente que se tornou não só supérflua, mas sobretudo descartável para a sociedade. Destituídos da condição humana, os “excluídos” além de não se inserem no mercado de trabalho tem se tornado alvo de extermínio uma vez que as “pessoas normais” (isto é, integradas à economia) tem cultivado contra eles o sentimento de hostilidade.

No Brasil, os linchamentos, os homicídios e as chacinas contra os “desnecessários” refletem de forma radical a existência da “exclusão”. Porém há que se levar em conta que é em relação à economia que eles são “excluídos” e que sua existência é parte constitutiva do desenvolvimento do capital. Desta forma, segundo o pesquisador, tanto a visão dualista quanto a visão antidualista estão (até certo ponto) corretas sobre o fenômeno. A primeira por se ater aos efeitos e revelar a existência dos “excluídos”, e a segunda por focar as causas e apontar que não existem “excluídos” do modo de produção capitalista.

É óbvio que, no que diz respeito à causalidade do fenômeno, o ponto de vista antidualista é o mais apropriado, sob pena de cairmos no dualismo ingênuo e insuportável – típico da literatura moralista do século XIX, mas ainda existente ao nível do senso comum – de achar que os miseráveis são responsáveis pela própria miséria. É no que diz respeito a seus efeitos, entretanto, que a unicidade genética se desdobra na dualidade fenomênica dos incluídos e dos excluídos. Nesse nível, é o ponto de vista dualista que, por tudo o que já foi dito, aparece como o mais relevante. (OLIVEIRA, 1997, p.[s.n.])

Para esse estudioso é por razões teóricas, mas principalmente por razões ético-políticas que falar sobre os “excluídos” tem significado, pois enveredar estritamente sobre a explicação econômica nada diz sobre o dever de incluir aqueles que estão sendo expulsos da “órbita da humanidade”.

Encarando como falaciosa a discussão sobre a “exclusão”, Martins (1997)<sup>14</sup> refuta a validade do conceito e sua aplicabilidade para explicar a realidade brasileira. Insinuando a ocorrência de uma “fetichização” do termo, isto é, a atribuição de um

---

<sup>14</sup> Este trabalho consiste na reunião de artigos e notas de exposições públicas produzidas e compelidas pelo pesquisador.

caráter mágico como se o rótulo se aplicasse a todos os problemas sociais, considera a “exclusão social” uma categoria imprecisa, vaga, que não estabelece as devidas mediações entre a economia e as demais dimensões do mundo da vida.

Afirmando de maneira explícita que não existe “exclusão” – pois as situações assim qualificadas remetem a privações de ordem econômica, de direitos, de liberdade, entre outras –, sugere que a dificuldade da inclusão no mundo do trabalho e na própria vida social é que tem sido nomeada sob o conceito. Tratando-se de uma “inclusão precária ou marginal”, o que se tem assistido no Brasil é próprio à dinâmica do sistema capitalista que por um lado retira e por outro reinsere conforme suas necessidades.

Não existindo “excluídos” de fato (talvez nem mesmo os mortos, dado que simbolicamente poderiam habitar nas mentes dos vivos), para Martins (1997) a “exclusão” muitas vezes é utilizada como um equivalente para os conceitos de pobreza e marginalidade. Em todo caso, nomeando a mesma situação, a expressão revelaria as novas facetas dessa pobreza que expulsa as pessoas para “fora” das relações sociais. Acreditando que o uso do rótulo é um grave erro, adverte que ao contrário do que se pensa o movimento é de inserção colocando-se o pobre para “dentro” do sistema econômico, porém em condição de subalternidade.

Em termos gerais, a “exclusão” começa a se tornar uma referência quando o trabalhador ao se tornar desempregado permanece por muito tempo afastado do mercado formal de trabalho – quando em períodos anteriores logo estaria inserido nele –, tendo que se submeter a atividades degradantes e até mesmo escusas para garantir sua sobrevivência. Na verdade, estando integrados por outras vias ao mundo do trabalho, os pobres enfrentam uma nova desigualdade que os afetam especialmente de forma moral, social e política.

Criando-se uma “sub-humanidade”, nos termos de Martins (1997), a “inserção precária ou marginal” revela a face perversa do capitalismo e suas consequências aviltantes para o ser humano. Por isso, abandonando a discussão inócua da “exclusão,” indica que se faz necessário a elaboração de alternativas “includentes” que vislumbrem profundas mudanças na ordem social vigente em prol do desenvolvimento dos seres humanos.

Sposati (1999)<sup>15</sup>, por sua vez, ao discutir a “exclusão social” no Brasil, atesta a adequabilidade do conceito ratificando seu valor para a compreensão do capitalismo ao final do século XX. Ponderando, a princípio, sobre os países de “primeiro mundo”, nota que aliado ao crescimento econômico do pós-guerra e à responsabilização do Estado (materializado através da criação do Estado de Bem-Estar Social) surge um princípio de “universalidade da cidadania” que se torna central naquelas nações.

Revelando-se uma alternativa de inclusão social, a “universalidade da cidadania” foi pensada como uma possibilidade potencial de construção da “igualdade social” dentro dos marcos da sociedade capitalista. A própria dinâmica do capital, mostrando sua incompatibilidade com o pleno emprego, indicou a inviabilidade da “igualdade social” que efetivamente nunca foi alcançada. Com efeito, como primeira manifestação da “exclusão social”, a ausência de emprego evidenciou que o fenômeno não era estranho ao capitalismo.

De acordo com a assistente social, no último quartel do século XX após a recessão econômica da década de 1970, a “exclusão” pareceu se agigantar tanto nos países de “primeiro mundo” quanto nos de “terceiro mundo”. O conceito assumiu um caráter de denúncia frente ao progressivo rompimento dos pactos de responsabilidade social e política firmados no pós-guerra e, principalmente, em decorrência do esfacelamento da noção de “universalidade da cidadania” galgada pelos países desenvolvidos.

Extrapolando o âmbito econômico, o conceito nestas últimas décadas também tem agregado dimensões éticas e culturais que, de acordo com a autora, dizem respeito à discriminação e à estigmatização. Tendo em vista que durante o século XX o direito à diferença foi se constituindo como padrão universal, a “exclusão social” mostrou ser seu avesso – sendo o desrespeito à diferença expressão última do aviltamento da condição humana.

Encarando a diferença, mas também a igualdade e a equidade como valores inalienáveis, destaca que o fenômeno mais do que a escassez de bens (isto é, a pobreza) está relacionada a padrões de comportamento e de atitude que invalidam direitos e negam a cidadania.

---

<sup>15</sup> Este artigo de Aldaíza Sposati foi publicado originalmente em 1998.

Considero, pois, que o conceito de exclusão social neste final de século é reforçado no Primeiro Mundo por captar duas grandes marcas: a da perda de um patamar alcançado e a da aquisição de um novo direito à diferença. [...] Deste ponto de vista, considero que o conceito de exclusão social, hoje, confronta-se diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão é a negação da cidadania. (SPOSATI, 1999, p. 128)

Especificamente sobre o Brasil, a pesquisadora relata que a “exclusão” assume contornos particulares que se relacionam com a nossa formação sociocultural. Na condição de sociedade colonizada, onde negros e índios trabalhavam como escravos e a cultura patrimonial sempre esteve presente subordinando os mais pobres, a “exclusão social” se constituiu sem referência à cidadania. Diferentemente dos países de “primeiro mundo”, não houve uma perda da condição cidadã uma vez que ela sequer alcançou a universalização, senão em anos recentes e de modo embrionário.

Sinalizando a dificuldade brasileira de estabelecimento da condição humana e de garantia dos direitos, Sposati (1999) afirma que a “exclusão social” é uma condição historicamente presente no país que afeta de maneira extensiva a “não elite”. Configurando uma situação de perda que na realidade nunca foi alcançada, a “exclusão” faz parte desta nação ainda frágil em matéria de direitos humanos e sociais onde a cidadania não é universalmente reconhecida a todos.

Partindo de um estudo etnográfico, Escorel (1999) também confirma a existência da “exclusão social” no Brasil tendo como mote a pesquisa que desenvolve com as pessoas que vivem nas ruas de São Paulo. Acompanhando a construção do conceito na literatura científica, retoma os trabalhos de Hannah Arendt para pensar o fenômeno e utiliza suas formulações sobre a condição humana a fim de defini-lo.

Distinguindo, como faz Arendt, a atividade humana em três tipos: 1º) labor, aquela que mais nos aproxima dos animais e da condição de *animal laborans* se referindo à produção do que é indispensável para a manutenção da vida; 2º) trabalho, que mais nos aproxima da condição de *homo faber* se referindo à capacidade de transformação da natureza; e 3º) ação, se referindo à atividade de agir e falar que é realizada exclusivamente entre os seres humanos e que viabiliza a construção da esfera pública; a autora afirma que a “exclusão social” pode ser caracterizada como um processo que em última instância acarreta o rebaixamento

do homem à condição de *animal laborans* preocupado exclusivamente com sua sobrevivência.

Entendendo que o fenômeno advém de um conjunto de trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade, e ruptura dos laços sociais, Escorel (1999) destaca cinco dimensões em que ele pode ocorrer: 1º) o “mundo do trabalho”, no qual a precarização dos vínculos empregatícios e a falta de emprego levam a constituição de uma massa de sujeitos supérfluos e desnecessários economicamente; 2º) a “dimensão familiar”, na qual a fragilização dos vínculos familiares conduz à solidão e ao isolamento; 3º) a “dimensão política”, que diz respeito à negação dos direitos e da condição de cidadania, gerando a impossibilidade de ação e de representação dos sujeitos na esfera pública; 4º) o “âmbito cultural”, em que o não reconhecimento da alteridade gera a discriminação, a indiferença, a hostilidade e a estigmatização do outro, inclusive negando-lhe a condição humana; e 5º) o “mundo da vida”, no qual a expulsão da humanidade pode acarretar o extermínio daqueles que começam a ser encarados como “descartáveis”.

Refletindo, pontualmente, sobre as pessoas que vivem nas ruas, a pesquisadora afirma que embora a dimensão do “mundo do trabalho” tenha sua contribuição para o processo de “exclusão social”, ela não pode ser considerada como única. De fato, a articulação daquelas diferentes dimensões é que configura a condição de “excluído”, isto é, de não pertencer a nenhum lugar do mundo sendo alvo de discriminação e violência.

Pensar nas dimensões da exclusão social permite associar os vínculos sociais materiais e simbólicos, os processos de constituição de identidades sociais, as representações coletivas e as interações sociais. Em cada âmbito da vida em sociedade, a exclusão social (o processo de desvinculação e a constituição de um estado) tem manifestações próprias mas que guardam relações entre si e apresentam tendências cumulativas. O vocábulo exclusão expressa de forma potente uma condição em que se está fora, em que não se é integrante, na qual não se pertence, em que não se tem lugar. Pensar a exclusão como um processo de constituição de indivíduos e grupos “supérfluos e desnecessários à vida social” possibilita transportar a categoria de um contexto para outro sem retirar-lhe nem valor nem potência analítica. (ESCOREL, 1999, p. 259)

Por suposto, falar em termos de “exclusão social” para a estudiosa tem validade analítica na medida em que revela a existência de pessoas que são tratadas como se não existissem na sociedade, estando no máximo integradas de forma patológica como seres destituídos da condição humana.

Ao pensar sobre a “exclusão”, Sawaia (2011a)<sup>16</sup> relata que o conceito por ser utilizado amplamente na atualidade, em diferentes áreas de conhecimento, se mostra impreciso em termos ideológicos. Classificado como um “conceito mala” ou “guarda-chuva”, por reunir diferentes fenômenos sem que haja uma identificação explícita entre eles, o termo pode ser sinônimo de inadaptação individual, desigualdade, injustiça, ou exprimir a pura e simples falta (*less*), o que tem incitado diversos estudiosos a sugerirem sua supressão ou substituição por categorias mais adequadas.

Acreditando na capacidade explicativa do conceito, a pesquisadora defende sua utilização por entender que as ambiguidades relativas a ele, mais do que prejudiciais, são esclarecedoras da complexidade da “exclusão”. Pensada como um processo multifacetado é retratada – ao mesmo tempo – como sociohistórica e individual (permeada por ações e sentimentos), contendo em si seu revés, ou seja, a inclusão social.

Referindo-se a um fenômeno dinâmico que é mais bem definido como “dialética exclusão/inclusão”, tem dimensão objetiva (a desigualdade social), ética (a falta de justiça) e subjetiva (o sofrimento). Não podendo ser explicada somente pelo fator econômico, essa lógica dialética sugere que todos estão inseridos (ainda que de modo precário e indigno) no mercado, sendo mais esparsa que ele e alcançado as esferas da sociabilidade e da afetividade.

Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema. (SAWAIA, 2011a, p. 09)

A estudiosa, ao utilizar o sofrimento ético-político como categoria de análise da “dialética exclusão/inclusão”, destaca que pensar sobre a “exclusão” a partir das emoções daqueles que a experimentam pode contribuir para a compreensão do fenômeno, tanto em termos objetivos quanto subjetivos.

Com efeito, colocando o sofrimento no centro do debate sobre a “dialética exclusão/inclusão”, Sawaia (2011b) defende que não só a carência material, mas

---

<sup>16</sup> Este artigo e os demais textos que compõem o livro “As artimanhas da exclusão: análises psicossocial e ética da desigualdade social” foram publicados originalmente em 1999.

também as relações de poder, de afetividade, e de desejo são analisáveis por meio da categoria. Encarando o sofrimento ético-político como a dor perpassada pela injustiça social, relata que sua utilização contribui para o desvendamento das formas como os sujeitos vivenciam a “exclusão”, avaliando, inclusive, a maneira como o Estado e a sociedade civil agem frente a ele.

Compreendendo que a “dialética exclusão/inclusão” não é de responsabilidade dos “excluídos” – e que o próprio sofrimento ético-político não surge neles, mas nas relações intersubjetivas que são construídas socialmente –, assevera que a desigualdade sofrida cotidianamente os coloca em situação de inferioridade e subalternidade podendo variar em intensidade conforme o gênero, a raça, a geração e a classe. A perda de confiança em si e o sentimento de desvalorização são expressões desse sofrimento enfrentado pelos “excluídos”.

A análise da exclusão por meio do brado de sofrimento captas as nuances finas das vivências particulares da mesma, demonstrando o que já foi dito anteriormente, que a exclusão não é um estado que se adquire ou do qual se livra em bloco, de forma homogênea. Ela é processo complexo, configurado nas confluências entre o pensar, sentir e o agir e as determinações sociais mediadas pela raça, classe, idade e gênero, num movimento dialético entre a morte emocional (zero afetividade) e a exaltação revolucionária. (SAWAIA, 2011b, p. 112)

Em síntese, nos termos da autora, as medidas a serem tomadas contra a “dialética exclusão/inclusão” são a responsabilização do Estado e de todos os cidadãos para que no presente sejam construídas alternativas de combate ao fenômeno, isso sem perder de vista a afetividade necessária para o rompimento com o sofrimento enfrentado pelos que são “excluídos”.

Diante do que foi exposto até agora, e por meio do retorno aos documentos que discutem a “exclusão social” entre as décadas de 1980 e 1990, pude observar uma preocupação atenciosa dos pesquisadores em delimitar o tema de forma não vista nos anos precedentes. Enquanto entre 1960 e 1970, a “exclusão social” aparecia na cena pública como um termo genérico (utilizado como uma palavra substituta para “desvantagem” e “inadaptação”), nos decênios seguintes ocorre a construção do conceito científico tendo em vista a realidade concreta e as explicações dos cientistas para seu surgimento e espraiamento na sociedade.

A despeito das críticas feitas pelos próprios estudiosos quando encaram o conceito como vago ou impreciso, noto que nas suas explanações este suposto problema é sanado no momento em que particularizam aquilo que chamam de

“exclusão”. Em outros termos, diferentemente das suas primeiras utilizações, o vocábulo nos anos 80 e 90 assume uma dimensão conceitual-científica que permite a visualização clara das definições de “exclusão social”, partindo dos autores à preocupação em circunscrevê-la.

Com efeito, é preciso sublinhar que não existe uma única definição para o conceito, antes a polissemia – ou seja, a diversidade de significados – mostra ser sua marca distintiva. Quando pergunto aos pesquisadores o que eles denominam como “exclusão social” a resposta que tenho são diversas. Ela pode ser a ruptura ou risco de quebra dos vínculos sociais, a negação de direitos e da cidadania, e até mesmo um tipo de discriminação negativa. Não se limitando a essas caracterizações, observo que as definições existentes guardam uma íntima relação com as abordagens particulares de cada estudioso variando conforme os aspectos da realidade ressaltados por eles.

Neste sentido, é interesse perceber que concomitante as várias definições de “exclusão” existem também apontamentos divergentes acerca daqueles que seriam “excluídos”. A depender do estudioso eles podem ser as pessoas em situação de rua, os desempregados, os pobres, os trabalhadores dos setores informais, as pessoas com doenças infectocontagiosas (HIV/Aids, hanseníase), os homossexuais, os imigrantes ilegais, as pessoas com deficiência, os criminosos, os índios, os negros e até mesmo as pessoas acusadas de bruxaria pela Santa Inquisição.

Respeitando as diferentes abordagens (inclusive aqueles que rejeitam a existência da “exclusão”), identifico, todavia, que os autores convergem em suas análises sob um aspecto. Ao ponderar sobre o conceito, de maneira explícita ou não, eles partem do raciocínio que “excluir” significa “estar fora”. É, pois, esta ideia de “estar fora” que guia as reflexões levando os estudiosos a se perguntarem de que lugar ou de que grupo se “está fora”, isto é, se está “excluído”.

De maneira geral, quase todos os pesquisadores tomam o mundo do trabalho como um referente. Assim, ser “excluído” é “estar fora” do processo produtivo seja na condição de alguém que nunca se inseriu nele ou também na condição de quem já esteve inserido, mas que agora está afastado participando de modo marginal – e até mesmo ilegal – apenas com o propósito de prover a manutenção da vida. Por outro lado, noto que os estudiosos transcendendo o mercado formal de trabalho elegem outros referentes para falar sobre a “exclusão”. Neste sentido, ser “excluído”

também é “estar fora” das relações sociofamiliares, da esfera dos direitos e da própria condição humana.

Em síntese, verifico que a “exclusão” para a maioria dos autores diz respeito a uma situação em que o ser social é tornado “desnecessário” tanto para o mundo do trabalho quanto para a sociedade em geral. Percebidos como seres humanos inferiores se comparados àqueles que participam plenamente da sociedade e da vida pública, são alvo de discriminação, preconceito, estigmatização, e violência, sendo, inclusive, exterminados.

### **3.3 O debate atual sobre a “exclusão social”**

Ao refletir sobre o fenômeno da “exclusão social”, lamamoto (2002)<sup>17</sup> indica que na atual conjuntura de mundialização da economia, frente à expansão do capital financeiro e a retração do Estado, tem aumentado significativamente o número de desempregados e de trabalhadores em situação de precariedade. O assistente social, sendo convocado a viabilizar direitos, tem atuado diretamente com essa população que comumente tem sido qualificada como “excluída”. Mas seria esse o termo adequado para aludir à problemática do tempo presente?

Retomando as discussões de Robert Castel, a assistente social alerta para o caráter abrangente da palavra “exclusão” que é usada para designar todo tipo de miséria sem explicar os processos que a geram. Mesmo considerada como uma expressão fetichizada, ou seja, uma palavra mágica que tudo explicaria, a “exclusão social” para Castel derivaria da crise da sociedade salarial – especialmente a ameaça posta à condição salarial.

Acreditando que falar em termos de “exclusão” é impreciso, a autora indica sua preferência pelo conceito de “questão social”<sup>18</sup> devido à sua capacidade de esclarecer que à medida que a produção social se expande, também aumenta a distância entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que se veem obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário.

---

<sup>17</sup> Este trabalho da assistente social brasileira Marilda Vilela lamamoto é fruto da sua exposição na VIII Jornada Municipal de Serviço Social que ocorreu em Buenos Aires (Argentina), no ano 2000.

<sup>18</sup> O conceito de “questão social” é geralmente utilizado entre aspas no Serviço Social para indicar que o seu surgimento não ocorreu dentro da tradição marxista, podendo, assim, ser entendido como de natureza conservadora no que se refere à sua gênese. (SANTOS, 2012)

Prefiero trabajar con la noción de cuestión social, porque creo que nosotros, trabajadores sociales, tenemos como materia prima, como objeto privilegiado de nuestra acción profesional, las diferentes expresiones de la cuestión social en la sociedad. (IAMAMOTO, 2002, p. 32)

Frente ao desenvolvimento científico, tecnológico e a apropriação da riqueza socialmente produzida por um pequeno grupo de pessoas (isto é, a burguesia), ocorre por outro lado o aumento exponencial da pobreza que atinge a grande maioria da população. Identificada como “questão social”, essa realidade se revela cotidianamente ao assistente social que é chamado a intervir sobre suas “expressões”, seja na forma de violência intrafamiliar, na ausência de atendimento pelas políticas sociais, na precarização do sistema de saúde, na falta de moradia, entre outras.

Deste modo, a “exclusão” – ao substituir o conceito de “questão social” –, tem sido empregada erroneamente para aludir àquela grande parcela da população que pelo desemprego e pela precarização do trabalho se tornou “sobrante”, não estando inserida formalmente no mundo do trabalho. Em resumo, para Iamamoto (2002), é no lugar da “questão social” que o conceito de “exclusão” tem sido utilizado.

Yasbek (2001), ao analisar a conjuntura brasileira contemporânea, considera que tanto a pobreza quanto a “exclusão social” podem ser entendidas como manifestações da “questão social” que se expressam de maneira aguda no país. Atravessando a vida das classes subalternas, a “questão social” tem se aprofundado com o avanço do neoliberalismo e com a redução do âmbito de atuação do Estado frente à coisa pública, causando graves prejuízos para os trabalhadores.

Definindo a “questão social” como a apropriação desigual da riqueza socialmente produzida (e também como a matéria sobre a qual o Serviço Social se debruça), a assistente social sinaliza que diante das transformações sofridas no mundo do trabalho e o desmantelamento do sistema de proteção social, há um adensamento das suas expressões na forma de pobreza, exclusão e subalternidade, especialmente, a partir da década de 1990.

No que tange à pobreza, a autora indica que além do critério de renda e acesso a bens e serviços, o fenômeno tem uma conotação política representando ausências no campo dos direitos, no âmbito espiritual e da vida. Por sua vez, a “exclusão” se refere a não inserção na vida social, a não participação na apropriação da riqueza socialmente produzida, atingindo certos grupos como os negros, as

mulheres, os idosos, entre outros. Por fim, a subalternidade remetendo à exploração/dominação se caracteriza pela falta de poder e de protagonismo.

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. (YASBEK, 2001, p. 34)

Propondo ações filantrópicas como forma de combate à “questão social”, os princípios neoliberais que tem guiado o Estado brasileiro também incentivam a retração das responsabilidades públicas no campo social, jogando para o terceiro setor a prerrogativa de atender os cidadãos. Neste sentido, diante da reestruturação produtiva e do desmantelamento do sistema de proteção social, os pobres e “excluídos” se veem destituídos não só de trabalho, mas também de direitos, em um contexto onde a desigualdade se aprofunda.

Assim, o “modelo” é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento das ideias liberais que referendam a desigualdade. (YASBEK, 2001, p. 37)

Em síntese, para a pesquisadora, a desresponsabilização do Estado no que tange à questão social se mostra de maneira clara no Brasil, podendo, em um futuro próximo, se tornar agravada a fragmentação, a focalização e a inoperância das políticas sociais. Neste sentido, ao assistente social cabe uma atuação comprometida com as classes subalternas sendo tanto os direitos quanto a cidadania valores norteadores de seu exercício profissional.

Pastorini (2010)<sup>19</sup>, ao estudar a “questão social”, se posiciona de maneira contrária ao conceito de “exclusão”. Em sua opinião, ao partirem de uma visão binária que reclama a existência de incluídos e “excluídos” (sem mencionar de que lugar se está fora ou dentro), os estudiosos refletem sobre o assunto não se preocupando em esclarecer a processualidade do fenômeno ou mesmo sua origem.

---

<sup>19</sup> Este trabalho compõe a tese de doutorado da assistente social defendida, em 2002, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Encarando a “exclusão” como natural, seus estudiosos acabam por não vislumbrar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista e a opressão política, econômica, cultural e ideológica decorrentes dele.

Segundo a pesquisadora, ao interpretar a realidade como um todo harmônico e estável, os apologistas da “exclusão” desconsideram os conflitos de classe atendo-se exclusivamente às estratégias de manutenção da coesão social. Revelando-se mantenedores do *status quo*, esses militantes da “inclusão” não enxergam como a sociedade pode ser (apenas se preocupam com a forma como ela é), estando atentos à preservação das relações sociais vigentes.

De acordo com essa lógica, e com a pretensão de serem “modernos”, recorrem ao termo “exclusão social” como um substituto da supostamente “ultrapassada” categoria classe social. [...] Assim, negando as contradições de classes e entendendo que os fatores econômicos não são determinantes no processo de exclusão social, colocam o acento dos seus estudos na intolerância, na rejeição, no não reconhecimento do outro, na incapacidade de aceitar a diferença, em última instância na possibilidade ou não de inserção dos “excluídos” nas redes de sociabilidade, que estariam levando ao enfraquecimento do laço social e dos valores morais que uniram as pessoas até então. (PASTORINI, 2010, p.93)

Podendo ser combatida dentro da ordem do capital na visão de seus anunciadores, a “exclusão” poderia ser superada via integração social por meio da inserção formal no mercado de trabalho e através do acesso às políticas de transferência de renda. Refutando essa possibilidade e negando validade ao conceito, a assistente social conclui que é a “questão social” e suas manifestações (sob o impulso do desenvolvimento capitalista) que observamos se espalharem pela classe trabalhadora – sendo sua extinção possível somente pela supressão da ordem do capital.

Sposati (2006), ao abordar as categorias “inclusão/exclusão social” na atualidade, nota que a “exclusão” apresenta uma nova face desde fins do século XX em decorrência do avanço científico-tecnológico e a redução do Estado pelo incentivo neoliberal. Se entre a década de 1930 a “exclusão” estava associada à recessão econômica e ao desemprego, sendo combatida pelas intervenções construídas dentro do Estado de Bem-Estar Social, nas últimas décadas o aprofundamento da acumulação capitalista e o desemprego estrutural se fundem ao componente étnico-racial dando novos contornos ao fenômeno.

Descentralizada da esfera econômica e realocada no campo de acesso às políticas públicas, a “exclusão social” é atravessada por novas problemáticas como a questão da migração ilegal, das etnias, do território, etc., estando relacionada à transnacionalização do trabalho e sua consequente ausência de direitos de cidadania. No caso europeu, por exemplo, a imigração dos trabalhadores latino-americanos, africanos e asiáticos que foi funcional para o incremento do processo produtivo (com a subcontratação dessa mão-de-obra pouco qualificada), acabou desencadeando em tempos recentes uma onda de “exclusão étnica” manifestada na forma de aparação, discriminação e estigma.

Avaliando a situação da França, a pesquisadora indica que os filhos desses trabalhadores migrantes, por terem nascido em território francês, saem às ruas em protesto no ano de 2006 a fim de terem seus direitos de cidadãos reconhecidos pelo Estado. Ocorrendo, por outras vias, esse movimento nas nações de regulação social tardia (localizados abaixo da linha do equador), a busca pela cidadania tem se intensificado entre os “excluídos” que cada vez mais tem lutado pela inclusão.

A lógica excludente, inerente à produção capitalista, ganha novos contornos e se torna uma questão social, cultural e ética instalando uma nova rigidez no processo de ultrapassagem da exclusão para a inclusão social. Essa rigidez, conhecida pela sociedade mundial pelos agravados conflitos étnicos concretizados em guetos judeus, ou no apartheid sul-africano, na nova versão mundializada tem os muros individuais sutilmente construídos no cotidiano das relações que se dão na escola, no restaurante, no trabalho, no clube, etc. (SPOSATI, 2006. p. 04)

Com efeito, pensar atualmente em termos de “exclusão” para a autora diz respeito à por acento sobre a presença da desigualdade na sociedade em que vivemos, elegendo a justiça social como alvo a ser alcançado. A “inclusão/exclusão social” é por isso não uma condição petrificada, mas uma relação intercambiável que deve nos mover na direção dos direitos e da equidade.

Ao criticar o conceito de “exclusão”, Maranhão (2008) anuncia que na sociedade contemporânea – com o desenvolvimento do capitalismo e das suas forças produtivas – decorre o aumento extensivo do desemprego e da miséria. Devido às transformações econômicas sofridas entre o final do século XIX e início do XX, marcadas pela centralização e concentração de capitais e pela criação do capital financeiro (por meio da fusão do capital industrial e do capital bancário), o modo de produção capitalista adentra em sua fase imperialista agudizando as contradições inerentes ao sistema.

Repercutindo de maneira direta sob a classe trabalhadora, essa nova fase da ordem do capital é marcada pelo crescimento do desemprego e da pobreza que começam a ser associadas ao fenômeno da “exclusão social”. Ganhando destaque na década de 1990, junto com outros termos como “nova pobreza” e “nova questão social”, a “exclusão” estava associada à ideia de quebra do “contrato social” que vigorou durante o *Welfare State* gerando a desagregação dos laços de solidariedade existentes à época. Encarado como um fenômeno inédito, ele se manifestaria pelo aumento do número de sujeitos sem propriedade ou sem contrato (isto é, sem terra, renda, trabalho, benefícios da seguridade social, entre outros).

Refutando a existência da “exclusão”, o autor adverte que na “lei geral de acumulação capitalista” – proposta por Karl Marx – encontramos a explicação para essa realidade. O que ocorre é que ao passo que a riqueza socialmente produzida cresce e é apropriada pela classe dominante, proporcionalmente aumenta o número de trabalhadores em situação de pauperismo. Neste sentido, o desemprego e a miséria não são estranhos à lógica de funcionamento do capital, ao contrário, são elementos constitutivos de seu movimento.

Longe das teses dos teóricos da “exclusão social”, as determinações resumidamente analisadas aqui, mostram que, em pleno século 21, o capital não conseguiu livrar-se de uma lei tendencial básica de seu desenvolvimento: quanto mais se acumula riqueza em forma de capital de um lado mais se aglutina a massa de trabalhadores despossuídos do outro. Essa é a lei geral da acumulação capitalista que se contrai, repõe ou se renova de acordo com as peculiaridades de cada tempo. A história mostrou que ela não pode ser expurgada do sistema de produção e reprodução do capital. Seu prosseguimento depende da continuidade das relações sociais que alienam os trabalhadores dos meios e frutos do seu trabalho. E, por isso, sua superação é uma tarefa política e social dos próprios trabalhadores e condição do livre desenvolvimento de todos (MARANHÃO, 2008, p. 127)

Em termos gerais, para o estudioso, o conceito de “exclusão” apenas mascara a realidade, pois ao se deter sobre sua aparência imediata não alcança sua essência e sua dinâmica. Defendendo o uso da categoria “questão social”, conclui que ela é mais adequada para remeter às situações enfrentadas pelas franjas mais pauperizadas da classe trabalhadora, já que em sua formulação dentro do Serviço Social está implícita a premissa da “lei geral da acumulação capitalista”.

Tendo em vista as reflexões dos assistentes sociais sobre a “exclusão” nos anos 2000, identifico que à semelhança das abordagens precedentes o mundo do trabalho aparece como uma referência quando os pesquisadores discutem a

temática. Porém, de maneira mais dramática que nas abordagens anteriores, no Serviço Social a “questão social” emerge como um contraponto ao conceito, servindo tanto para afirmá-lo quanto para infirmá-lo.

Não sendo uma discussão propriamente nova, dado que Robert Castel já a abordava na década de 1990, a utilização do conceito de “questão social” como parâmetro para pensar a “exclusão social” é evidente nas formulações dos assistentes sociais. Eles, ao anunciarem a “questão social”, recorrem à tradição marxista para defini-la, entendendo-a como inerente ao modo de produção capitalista e à luta entre o capital e o trabalho<sup>20</sup>.

Olhando para os documentos consultados até agora, e mais que isso, buscando reconstruir o “ponto de vista” dos pesquisadores sem incorrer em uma nova descrição, consigo observar a existência de três matrizes interpretativas da “exclusão social”. Aglutinando as caracterizações existentes e preservando as particularidades de cada abordagem – inclusive não esquecendo que um mesmo estudioso pode incorporar mais de uma definição em seu relato – encontro nessas matrizes uma espécie de síntese do “pensamento nativo” sobre a “exclusão”. Vejamos, então, como elas se apresentam.

De maneira geral, a primeira matriz interpretativa entende que a “exclusão social” não existe. Nela, pensar a “exclusão” no sentido de “estar fora” do mundo do trabalho ou da economia é engano já que todos estariam inseridos precariamente, ou mesmo serviriam como “exército industrial de reserva” para a manutenção do modo de produção capitalista. Preconizada por estudiosos como Martins (1997), Iamamoto (2002), Pastorini (2010) e Maranhão (2008), a matriz que nega a existência da “exclusão” defende que na sociedade moderna não existem “excluídos”, mas sim sujeitos que não participam (pelo menos não em nível formal) da (re)produção do capital.

Com efeito, referindo-se à situação imposta aos trabalhadores que são colocados às margens do processo produtivo, esses pesquisadores ressaltam a existência de uma parcela da população que necessariamente deve permanecer

---

<sup>20</sup> Nestes termos, a “questão social” pode ser definida como o “conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho” (NETTO, 2011a, p. 17). Podendo também ser caracterizada como “[...] o processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político, exigindo, a partir de suas lutas, o seu reconhecimento por parte do Estado e do empresariado” (IAMAMOTO, 2008, p. 95).

orbitando fora do mercado de trabalho para poder nele ingressar conforme as necessidades do capital. Sugerindo, pois, a supressão do termo diante da sua falibilidade, aqueles que compartilham dessa perspectiva sugerem o uso de outras categorias que seriam mais adequadas para analisar a realidade, como o conceito de “questão social” e de “inserção precária ou marginal”.

Por sua vez, a segunda matriz interpretativa afirma a existência da “exclusão”. Considerada por alguns como inerente à ordem social vigente e por outros como uma ameaça a ela, a “exclusão social” significa “estar fora” seja do mercado formal de trabalho, da economia, das famílias, da esfera dos direitos ou da humanidade. Defendida por Silver (1994), Fontes (1996), Nascimento (1994), Oliveira (1997), Sposati (2006), Escorel (1999), Sawaia (2011a) e Yasbek (2001), a “exclusão” é habilitada enquanto categoria explicativa da realidade, entretanto se fazem presentes os avisos para que a mesma não seja empregada de forma vaga.

Indicando a existência dos “excluídos” (que podem ser os negros, os índios, as pessoas em situação de rua, os desempregados, os pobres, os trabalhadores dos setores informais, os homossexuais, as pessoas com deficiência, entre outros) esses pesquisadores alertam que os sujeitos assim classificados são tratados como “desnecessários” sendo alvos de discriminação, estigma, violência e extermínio.

Por último, a terceira matriz interpretativa ao assumir a existência da “exclusão” alerta para que ela não seja confundida com outras realidades. Seus propagadores, entre eles Castel (2001a) e Paugam (1999a), sublinham que a categoria deve ser utilizada tendo como correspondência situações específicas e criticam seu emprego descuidado ou impreciso.

Caracterizando-a como um conceito “mala” ou “horizonte”, por poder agregar processos e situações distintos, esses estudiosos propõem a distinção entre a “exclusão social” e outras categorias como a “questão social” e a “nova pobreza”. Também sugerindo sua complementação com outros conceitos, a exemplo da “desqualificação social”, eles destacam seu uso corrente no âmbito acadêmico, político e midiático, assinalando a importância de defini-lo.

## **4 A “EXCLUSÃO SOCIAL” EM PAUTA**

Após situar o surgimento do conceito e acompanhar de perto seu desenvolvimento, proponho neste capítulo analisar as definições de “exclusão social” empregadas pelos assistentes sociais brasileiros entre os anos de 1980 e 2013. Atravessada pelas controvérsias acerca de sua existência, essa discussão pretende indicar o “ponto de vista” dos assistentes sociais acerca do assunto observando as situações identificadas por eles sob a nomenclatura.

Preocupado em operar uma reconstrução histórica, utilizo os periódicos da área de Serviço Social como campo de pesquisa (a saber: Serviço Social & Sociedade, Serviço Social em Revista e Textos & Contextos), estabelecendo uma visão longitudinal das opiniões acerca do tema. Com efeito, sinalizo as relações de proximidade e de distância nas abordagens dos profissionais e tento facilitar o diálogo entre eles.

Em termos esquemáticos, o texto está dividido em quatro momentos: no primeiro discuto de maneira pontual a escolha do campo e suas especificidades, no segundo passo a descrever a “exclusão” conforme apresentado pelos assistentes sociais entre as décadas de 1980 e 1990 (período no qual a temática chega ao Brasil), no terceiro abordo o debate atual sobre o assunto ao focar a produção acadêmica dos anos 2000, e no quarto reflito sobre a “questão social” a fim de compreender sua relação com o conceito de “exclusão”.

### **4.1 Excurso ao campo: entre desafios e possibilidades**

Ao escolher a abordagem etnográfica de documentos como caminho para conhecer o que assistentes sociais pensam sobre a “exclusão”, tive que definir o recorte histórico e o campo de pesquisa a partir do qual iria construir minha análise a fim de evitar o uso desnecessário de textos que pouco me diriam sobre o tema. Tendo em vista que o conceito alcançou o Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, minha primeira decisão, então, foi direcionar o foco sobre os trabalhos que começaram a ser produzidos a partir daquela época, acompanhando-os até os anos recentes com intuito de ressaltar os pontos de convergência e divergência entre os profissionais (o que me possibilitou uma visão panorâmica do objeto de estudo).

Minha segunda decisão, não menos significativa, se referiu à escolha do campo de pesquisa. Onde buscaria os “nativos”? Em livros, em leis ou regulamentações jurídicas, nos pronunciamentos governamentais? Após ponderar sobre os possíveis lugares nos quais os encontraria, decidi fazer minha pesquisa entre os periódicos da área de Serviço Social por dois motivos em especial. Primeiro porque essa literatura é utilizada extensivamente na formação profissional e, sendo assim, tem grande repercussão entre os assistentes sociais que estão dentro e fora das universidades (o tamanho e a linguagem dos textos também facilitam seu emprego). E, segundo, devido à regularidade das publicações (quadrimestral e semestral) que acabaram facilitando uma compreensão sincrônica e diacrônica do desenvolvimento histórico do conceito na profissão.

Passando a consultar as revistas de circulação nacional, me deparei com a existência do sistema de classificação para periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>21</sup>, conhecido como Qualis Periódicos<sup>22</sup>, e por meio dele escolhi os documentos que comporiam meu campo de pesquisa. Observando os diferentes extratos que figuram o sistema, desde o mais elevado (A1) até o mais baixo (C), notei a presença de inúmeras revistas inclusive algumas que não eram propriamente da área de Serviço Social, mas de campos correlatos como saúde pública, psicologia e sociologia. Desse modo, acabei escolhendo os periódicos que estavam vinculados aos programas de pós-graduação em Serviço Social e à categoria profissional, selecionando aqueles que há mais tempo estão em circulação entre os assistentes sociais e que se encontram em extratos diferentes do Qualis Periódicos.

Encontrei, por meio dos critérios estabelecidos acima, três revistas que passaram a compor o universo de pesquisa, a saber: Serviço Social & Sociedade (A1), Serviço Social em Revista (B2) e Textos & Contextos (A2). A Serviço Social & Sociedade é uma das revistas mais antigas da área, com sua primeira publicação datada do ano de 1979. Estando sob a direção da Cortez Editora, era inicialmente trimestral até que no ano de 2001 começa a ser publicada quadrimestralmente.

---

<sup>21</sup>A CAPES é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação que atua no fomento da pós-graduação (mestrado e doutorado) e na formação de professores da educação básica no Brasil. (BRASIL, 2013)

<sup>22</sup>A referida classificação divide os periódicos em níveis de qualidade, são eles: A1 (extrato mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (extrato mais baixo, com peso zero). Embora considerando que as devidas críticas devam ser feitas ao Qualis Periódicos (cabendo inclusive questionamentos acerca dos critérios estabelecidos para sua elaboração), utilizo a medida por ser amplamente adotada e reconhecida na avaliação dos periódicos que circulam no país. (BRASIL, 2013)

Dentre as fontes pesquisadas, essa é a que mais possui publicações de professores e pesquisadores brasileiros reconhecidos nos quadros profissionais. Já a *Serviço Social em Revista* se caracteriza como um periódico semestral. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina tem sua primeira publicação no ano de 1998. Por fim, dentre as três, a *Textos & Contextos* é a publicação mais recente. Com o primeiro número datado do ano de 2002, a revista é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul sendo também publicada semestralmente.

Com efeito, visitando tanto os periódicos impressos (muitos deles empoeirados e desgastados pelo tempo nas prateleiras das bibliotecas) quanto em meio digital (nas intermináveis páginas da internet), me confrontei com um amontado gigantesco de exemplares. Contabilizavam 116 publicações na *Serviço Social & Sociedade*, 30 publicações na *Serviço Social em Revista*, e 20 publicações na *Textos & Contextos*, que somadas perfaziam um total de 166 revistas (ver apêndice A). Frente a esse número, estabeleci algumas estratégias para alcançar os documentos que realmente me interessavam.

Defini como meus descritores (ou seja, meus filtros de pesquisa) as expressões “exclusão”, “exclusão social” e “excluídos”. Passando a buscar nos periódicos somente os artigos que se propunham a discutir a temática, centrei minha pesquisa nos títulos, resumos e palavras-chaves. Como as edições mais antigas da revista *Serviço Social & Sociedade* não possuíam nem resumos, nem palavras-chaves, aliei a pesquisa pelos títulos a uma leitura superficial dos textos o que me possibilitou ter maior noção dos trabalhos que realmente me interessavam. Desta forma, ao final foram resgatados 16 artigos da *Serviço Social & Sociedade*, 04 artigos da *Serviço Social em Revista*, e 11 artigos da *Textos & Contextos*, totalizando 31 trabalhos que versavam sobre o tema (ver apêndice B).

Dado que entre os documentos levantados existiam aqueles de autoria de estudiosos de outras áreas (ciências sociais, psicologia, economia, filosofia, entre outros), escritos em outra língua (espanhol), e até mesmo produzidos por pessoas de outras nacionalidades (uruguaio, espanhol e argentino), optei por selecionar somente os textos em português escritos por profissionais graduados em Serviço Social. Neste sentido, são analisados nas páginas a seguir 15 documentos que discutem a “exclusão social” de modo que todos eles foram produzidos por

assistentes sociais brasileiros entre os anos de 1980 e 2013 (ver quadro abaixo). Os artigos são assinados exclusivamente ou em parceria por esses profissionais, sendo a maioria deles docentes das universidades públicas e particulares do país.

**Quadro 1 – Artigos sobre “exclusão” analisados em cada periódico**

|          | <b>Revista</b>             | <b>Título</b>                                                        | <b>Artigo</b>                                                                                                            | <b>Autor(a)</b>                   | <b>Profissão</b>  |
|----------|----------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| <b>1</b> | Serviço Social & Sociedade | Ano IX, n.27, setembro de 1988                                       | Dependência de empregada (O espaço de exclusão)                                                                          | Leda Teles                        | Assistente Social |
| <b>2</b> | Serviço Social & Sociedade | Ano XIII, n. 39, maio/agosto 1992.                                   | Uma alternativa à exclusão social? Unidades produtivas comunitárias em Recife (1979/1985)                                | Ana Cristina Brito Arcoverde      | Assistente Social |
| <b>3</b> | Serviço Social & Sociedade | Mundo do trabalho, Ano XVII, n. 52, Dezembro de 1996.                | Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos                                                           | Denise Chrysóstomo de Moura Juncá | Assistente Social |
| <b>4</b> | Serviço Social & Sociedade | Mínimos sociais e exclusão social - Ano XVIII, n. 55, novembro 1997. | Refletindo sobre a noção de exclusão                                                                                     | Mariangela Belfiore Wanderley     | Assistente Social |
| <b>5</b> | Serviço Social em Revista  | v.3, n. 2, jan/jun 2001                                              | Equidade e exclusão social sob o prisma do financiamento à saúde no Brasil                                               | Vera Maria Ribeiro Nogueira       | Assistente Social |
| <b>6</b> | Serviço Social em Revista  | v.3, n. 2, jan/jun 2001                                              | O processo de reinserção social do dependente químico após completar o ciclo de tratamento em uma comunidade terapêutica | Selma Frossard Costa              | Assistente Social |
| <b>7</b> | Serviço Social & Sociedade | Estado e regulação social - Ano XXIV, n. 76,                         | Cidadania e exclusão social: o mundo desenvolvido em                                                                     | Safira Bezerra Ammann             | Assistente Social |

|           |                            |                                                                                                 |                                                                                                                      |                                                                      |                                       |
|-----------|----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
|           |                            | novembro 2003                                                                                   | questão                                                                                                              |                                                                      |                                       |
| <b>8</b>  | Serviço Social em Revista  | v. 6, n. 1, jul/dez 2003                                                                        | Fronteira Mercosul - Processos de inclusão/exclusão no sistema único brasileiro                                      | Vera Maria Ribeiro Nogueira, Ivete Simonatto, Maria Geusina da Silva | Assistentes Sociais                   |
| <b>9</b>  | Textos & Contextos         | v. 2, n.1, 2003.                                                                                | Exclusão social e descentralização político-administrativa: a especificidade da política de assistência social       | Carlos Nelson dos Reis (1), Marta Carrer Herpich (2)                 | (1) Economista, (2) Assistente Social |
| <b>10</b> | Serviço Social & Sociedade | Ética, execução de políticas públicas, democracia participativa - Ano XXVII, n. 85, março 2006. | O Serviço Social e a exclusão/inclusão social dos portadores de HIV/AIDS: demandas e desafios nos hospitais públicos | Regina Maria dos Santos                                              | Assistente Social                     |
| <b>11</b> | Textos & Contextos         | v. 5, n. 1, 2006.                                                                               | Interdição civil: uma exclusão oficializada?                                                                         | Maria Bernadette de Moraes Medeiros                                  | Assistente Social                     |
| <b>12</b> | Textos & Contextos         | v. 6, n. 2, 2007.                                                                               | Reflexos da dor: contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica                         | Fabício André Tavares (1), Gislaine Cristina Pereira (2)             | (1) Assistente Social, (2) Psicóloga  |
| <b>13</b> | Serviço Social em Revista  | v. 10, n. 2, jan/jul 2008                                                                       | Moradores da Poligonal Primavera: implicações de uma ocupação irregular                                              | Patrícia Palmeira Gonçalves, Sandra Maria Almeida Cordeiro           | Assistentes Sociais                   |
| <b>14</b> | Textos & Contextos         | v. 9, n. 1, 2010.                                                                               | Percurso metodológico de análise do Programa Bolsa Família na RMS/Bahia: estudo de caso de                           | Denise Yasodã Freitas Dornelles                                      | Assistente Social                     |

|                                                                                                                                                                                          |                                  |                                                                             |                                         |                                                                 |                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                                                          |                                  |                                                                             | Camaçari,<br>Candeias e<br>Simões Filho |                                                                 |                                                      |
| <b>15</b>                                                                                                                                                                                | Serviço<br>Social &<br>Sociedade | Proteção<br>Social - Ano<br>XXXIII, n.<br>116,<br>outubro/dez<br>embro 2013 | Sofrimento Social                       | Rosângela,<br>Werlang(1);<br>Jussara<br>Maria Rosa<br>Mendes(2) | (1) Cientista<br>Social, (2)<br>Assistente<br>Social |
| <b>Observação:</b> Foram analisados 07 artigos da revista Serviço Social & Sociedade (A1), 04 artigos da Serviço Social em Revista (B2) e 04 artigos da revista Textos & Contextos (A2). |                                  |                                                                             |                                         |                                                                 |                                                      |

Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.2 A “exclusão” segundo os assistentes sociais: as décadas de 1980/1990

Teles (1988), ao ponderar sobre a dependência de empregada, relaciona a existência do espaço ao fenômeno da “exclusão”. Deitando raízes no período colonial, quando no Brasil havia a separação entre a “casa grande” e a “senzala”, este cômodo projetado para as empregadas domésticas nas “casas de família” sugere a presença de relações sociais assimétricas no Brasil. Construído nas residências dos “estratos médios e altos” (atuando, inclusive, como componente valorativo desses imóveis), mais do que elemento natural da arquitetura moderna, o quarto de empregada simboliza as estruturas de poder construídas historicamente no país.

Revelando-se um espaço de “exclusão”, a edícula que pode ser construída nos quintais das casas, como também dentro delas, é basicamente composta por quarto e lavabo, estando geralmente localizada próxima à área de serviço, cozinha ou despensa. Estando ao lado das saídas para a rua, aponta a segregação da empregada doméstica que na condição de prestadora de serviços deve interferir o mínimo possível na dinâmica da unidade familiar.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que se gestando como forma/espaço de segregação dos serviços domésticos, no próprio seio das relações senhor/escravo (casa grande e senzala), a dependência de empregada torna-se traço característico das construções de “casas de famílias”, como apêndice necessário que reproduz, na vigência do trabalho livre e sob novas determinações, o espaço da senzala. (TELES, 1988, p.102)

À semelhança da escrava negra, a empregada doméstica (também mulher e, além disso, em sua maioria negra ou mestiça) tem seu lugar “fora da casa”, como

alguém que não deve se intrometer na privacidade de seus patrões. Neste sentido, a construção de um espaço destinado exclusivamente a ela reatualiza a distinção entre criadagem e senhorio, porém sob a forma de trabalho livre e com o pretexto de uma significativa preocupação com sua intimidade.

Diante da tendência de verticalização das habitações no meio urbano, a dependência de empregada começa a ser também projetada para os edifícios residenciais. Aparecendo sob a forma de quarto com banheiro e também como cômodo reversível, a edícula ao mesmo tempo revela e esconde as formas excludentes, hierárquicas e disciplinadoras da relação patroa/empregada realçando a existência de espaços diferenciados dentro das casas.

A pesquisadora, ao enunciar que os espaços físicos são identificados com os espaços sociais ocupados pelos sujeitos, afirma que o quarto de empregada (na medida em que se apresenta como um lugar rechaçado e escondido) remete à forma velada e negada que são tratadas as empregadas domésticas no Brasil. Guardando resquícios ideológicos das relações servis/escravistas existentes no período colonial, as relações sociais estabelecidas com essas trabalhadoras indicam a “exclusão” que sofrem em seus empregos.

Desse modo, na construção dos apartamentos e das casas modernas, o lugar da empregada doméstica, que era fisicamente fora da casa, está agora dentro, mas mantido fora das relações familiares, pela delimitação das áreas social e de serviço. A exclusão que antes era declarada, aberta, expressa pelo quarto no quintal, é agora disciplinada pelas áreas de circulação, recuperando, dentro das casas e apartamentos, o espaço da senzala. O convívio cotidiano com a criada é, assim, mantido devido limitações espaciais impostas pela relação social que se estabelece entre patroa e empregada e os demais membros da família. (TELES, 1998, p. 104)

Deparando-se com a ausência de proteção jurídica no exercício de sua profissão e vivendo muitas vezes em condições de insalubridade (em quartos pequenos e pouco arejados), as empregadas domésticas mesmo sendo trabalhadoras livres e assalariadas são percebidas como inferiores pela função que desempenham. Desta forma, embora as relações capitalistas de produção sejam predominantes, coexistem com elas formas semi-escravistas e semi-servis de trabalho que aviltam os direitos e apontam a desigualdade de classes.

Em síntese, a dependência de empregada se apresenta como uma forma espacial excludente e disciplinadora que reproduz sob outras determinações as

relações servis/escravistas. Revelando-se um vestígio da senzala, esse lugar reservado à empregada doméstica denota a exploração/opressão que sofre no trabalho e indica a correspondência entre o espaço físico e o espaço social ocupado por ela na sociedade.

De outro modo, ao se deter sobre as unidades produtivas comunitárias em Recife, Arcoverde (1992)<sup>23</sup> questiona se a política social tem sido efetiva no combate à “exclusão social”. Ponderando acerca do papel do Estado, relata que a intervenção pública atuou no sentido de criar programas de “Desenvolvimento de Comunidade” que auxiliaram na organização e implementação dessas unidades tendo como objetivo enfrentar a pobreza e a falta de emprego no Brasil.

Voltadas para a produção artesanal, as unidades comunitárias foram acompanhadas pelos assistentes sociais que estimularam o desenvolvimento de atividades de trabalho que deveriam propiciar a inclusão da população de baixa renda. Conhecidas como ações inovadoras, elas acabaram revelando um encantamento por formas arcaicas de trabalho comunitário e por um senso de solidariedade que não coaduna com o capitalismo moderno. Com efeito, ao partir de uma investigação histórica, entre os anos de 1979 e 1985, e de uma análise de conteúdo dos discursos oficiais, populares e técnicos, a autora descobre que no contexto urbano de Recife, no estado de Pernambuco, os programas comunitários acabam reproduzindo a “exclusão”.

A análise das propostas comunitárias (coletivas) de intervenção pública e da prática dos assistentes sociais nos permitiu não só constatar, inicialmente, o reforço da exclusão da população pelas políticas assistencialistas públicas como também nos possibilitou testemunhar uma certa redução das capacidades reivindicativas e o agravamento das condições de vida de uma parte importante da população urbana. Depois de perseguirmos nossos questionamentos e, através desse trabalho, estudamos nos programas federais de Desenvolvimento Comunitário a emergência de uma proposição que se dizia “inovadora” em termos de política social pública de inserção local de excluídos sob a mediação dos assistentes sociais. (ARCOVERDE, 1992, p. 137)

Aludindo à René Lenoir quando fala sobre a “exclusão social”, a pesquisadora conclui que as unidades produtivas comunitárias não dão respostas satisfatórias às demandas econômicas e sociais da população carente. Não possuindo estatuto jurídico, essas unidades funcionam de maneira precária e encobrem a ausência de

---

<sup>23</sup> Este artigo foi produzido à luz da tese de doutorado intitulada “Une alternative à l'exclusion sociale? Unités productives communautaires à Recife/Brésil” (1979/1980), defendida pela autora na Universidade de Paris III.

uma política de emprego efetiva. Em suma, a “[...] estratégia alternativa de produção comunitária transformou atividades precárias em uma prática política para retardar uma resposta efetiva à Questão Social.” (ARCOVERDE, 1992, p. 142)

Juncá (1996), por sua vez, ao acompanhar o trabalho dos catadores de lixo na cidade de Campos, no estado do Rio de Janeiro, emprega o conceito de “exclusão” em referência à situação específica experimentada por esses sujeitos na luta cotidiana pela sobrevivência. Utilizada já há alguns anos no Brasil, a palavra que segundo a autora é de conhecimento público teria sofrido alterações em seu conteúdo no que tange a incorporação de novos sentidos e na manutenção de significados antigos.

Pensando neste movimento entre o novo e o antigo, a estudiosa propõe estudar a “exclusão” a partir da realidade do “depósito de lixo” (ou seja, o “lixão”) colocando no centro do debate as pessoas que trabalham nesse espaço. Tendo como mote a década de 1990, no momento em que é diagnosticada a existência de 32 milhões de indigentes e famintos no país pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (IPEA), ela pergunta o que a situação revela/esconde e como tem se configurado na vida dos catadores de lixo.

Indicando, primeiramente, que o vocábulo “exclusão” é impreciso e polissêmico, Juncá (1996) considera que a questão da desigualdade social está intrinsecamente relacionada ao tema. Neste sentido, apresentando-se como uma consequência do desenvolvimento capitalista, o fenômeno se particulariza pelo acúmulo de carências (econômica, política e social), tanto de ordem material quanto no âmbito da cidadania, relacionando-se à dificuldade de manutenção da vida e à existência de uma cidadania virtual.

Atravessada por situações de “não-acesso”, a “exclusão” seria marcada pela expulsão dos “excluídos” das condições mínimas de sobrevivência, e do mundo do trabalho, sendo a condição dos catadores de lixo emblemática dessa realidade perversa gestada no interior do capitalismo.

Situar concretamente a exclusão nos leva ao cotidiano da fome, do analfabetismo, das precárias condições de trabalho, do desemprego e do subemprego, dos salários insuficientes ou inexistentes, da moradia nas ruas ou em casas inadequadas, das doenças prevalecendo sobre a saúde, da perda da dignidade, dos direitos se diluindo no espaço dos favores. É o mundo do incompleto, da falta, onde os pobres carregam a “culpa”, são responsabilizados pelo atraso do país, pelos problemas da sociedade, tanto por se constituírem em “parasitas”, sob a ótica do crescimento da produção,

como também por representarem um grupo “alienado”, passivo e dócil à manipulação. (JUNCÁ, 1996, p. 109)

A pesquisadora, ao descrever o cenário do “lixão” de Campos, relata que o local – afastado da cidade – recebe em torno de 320 toneladas de materiais por dia. Disputados acirradamente, o recolhimento dos melhores alimentos e objetos recicláveis é muitas vezes a única garantia de alimentação e de obtenção de dinheiro. Dividindo o ambiente com alguns poucos servidores do Estado e filantropos (aparecendo, vez por outra, repórteres, cinegrafistas, políticos, pesquisadores e um ou outro curioso), os catadores partilham com seus companheiros, filhos e familiares o trabalho diário no lixo. Provenientes de famílias que migraram do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, esses homens e mulheres começaram a trabalhar logo cedo quando ainda eram crianças (isso nas lavouras e nas casas de famílias). Sem receber remuneração adequada, não chegaram a ingressar no mercado formal de trabalho ou mesmo a frequentar a escola regularmente.

Encontrando no lixo uma possibilidade de sobrevivência, parte destes sujeitos faz do trabalho de catador sua única atividade fixa enquanto outros realizam “biscates” como uma forma complementar de rendimento. Trabalhando nas épocas de safra como cortadores de cana, e nos demais períodos como mecânicos, eletricitas, padeiros, auxiliares de pedreiros, faxineiros e cozinheiros, os catadores de Campos acabam permanecendo na informalidade e estabelecendo o “lixão” como um espaço honesto de garantia de sustento.

Em sua fala, há o registro de que “a gente corre para onde dá”, e se hoje o que está dando é o lixo, nele encontram, antes de tudo, a possibilidade de continuar “digno” e “honesto”, não se deixando contaminar pelo universo do roubo ou da esmola. Mais do que isso, a atividade de catador é valorizada pela sua condição de “trabalho autônomo”, pela inexistência do patrão, pela liberdade de ir e vir fazendo seus próprios horários, e é considerada como “de gabarito”, pois “tem que saber o pegar, tem que saber até onde pisar... e só com o tempo é que pega o jeito”. (JUNCÁ, 1996, p. 111)

Alimentando-se precariamente, esses trabalhadores incorporam verduras, legumes, carnes, leite e todo o tipo de comida em deterioração ou com prazos de validade vencidos em sua dieta (tornando-se comuns as alergias, as doenças gastrointestinais e as doenças de pele). Os machucados e ferimentos decorrentes dos cortes em latas, vidros e seringas fazem parte das rotinas de trabalho, do mesmo modo que a morte de crianças pequenas e os abortos espontâneos ou provocados por parte das mulheres grávidas.

Frente ao parco acesso às unidades de saúde, inclusive pela distância do “lixão” em relação à cidade, os catadores de Campos recorrem ao uso de ervas medicinais e de curativos antes de buscarem atendimento médico (que geralmente ocorre apenas em casos emergenciais). Residindo, em sua maioria, nas áreas em torno do “lixão”, vivem em casas próprias que se encontram em precárias condições de habitação de modo que a “busca por melhorias” aparece como uma constante nos seus relatos.

Ao discorrer especificamente sobre a “exclusão” nos anos 90, a estudiosa sugere que os novos contornos do fenômeno apontam para uma situação de apartação onde os sujeitos se localizam em dois polos: um primeiro, no qual se encontram aqueles que têm dinheiro; e um segundo, no qual se amontoam as “classes perigosas” (ou seja, os “excluídos”). Ocorrendo a associação entre pobreza e violência, cria-se uma nova representação social que diz que os indigentes e famintos além de “desnecessários economicamente” também são passíveis de extermínio (uma vez que se mostram como perigosos para a sociedade).

A novidade na exclusão encontra-se na forma que assume, pois além da seleção, da discriminação, da desigualdade, sempre presentes na histórica brasileira, agora há também a proscricção. Os excluídos tradicionalmente do consumo encontram-se cada vez mais excluídos também da produção. Ao não gerar emprego e salário, nossa sociedade passa a dispensar o produtor, e, com isso, introduz uma nova questão social: “o surgimento de contingentes populacionais e economicamente desnecessários”. (JUNCÁ, 1996, p. 115)

Construindo-se verdadeiras “ilhas de exclusão”, onde os subalternos devem ficar restritos, a segregação espacial se revela de modo evidente entre os catadores que se veem afastados do convívio regular nos centros urbanos. Encontrá-los se torna exercício árduo e até mesmo indesejado, pois o espaço do lixo é encarado como sujo, fétido e danoso à saúde.

Chamados de “vira-latas humanos”, “homens-gabiru” e “reviradores de lixo”, os catadores são rejeitados e discriminados pela atividade que desempenham já que selecionam e vendem os materiais dispensados pelos outros. De acordo com Juncá (1996), embora reconhecendo a desvalorização da atividade, eles se autoidentificam como trabalhadores e se orgulham de permanecerem honestos ao invés de roubar ou ludibriar para conquistar bens que não lhes pertencem.

Em resumo, os catadores tem se organizado coletivamente dentro do “lixão” de Campos em prol da defesa de seus direitos de cidadania. Ainda que o ingresso e

a evasão de seus participantes sejam contínuos, essa iniciativa tem se configurado como uma estratégia política de luta contra a “exclusão” e uma possibilidade de alcance das aclamadas “melhorias” nas condições de vida e de trabalho daqueles sujeitos.

Wanderley (1997)<sup>24</sup>, sob outra perspectiva, ao propor a análise conceitual da “exclusão”, aponta que a partir das transformações no mundo do trabalho a noção se tornou amplamente reconhecida, especialmente a partir da década 1990. Identificado como problema que atinge tanto os países ricos quanto os países pobres, o vocábulo tem gerado intensos debates, embora não se constitua como uma categoria analítica capaz de explicar a realidade.

Considerada como uma noção que remete a inúmeras situações – estando intimamente relacionada ao risco de ruptura dos vínculos sociais –, a “exclusão social” corresponde a um fenômeno amplo que diz respeito à expulsão dos sujeitos dos mercados materiais e simbólicos. Rejeitados do ponto de vista físico, material, geográfico e espiritual, os “excluídos” são as minorias étnicas, os jovens que não se inserem no mercado de trabalho, os deficientes, os idosos, os desempregados de longa duração, entre outros.

Com a crise do socialismo real e o progressivo desmantelamento do Estado de Bem-Estar na Europa, as relações entre economia e sociedade tomaram novos rumos, configurando um aumento progressivo das desigualdades nos países capitalistas centrais. Aliado a esse processo, o mundo do trabalho também sofreu transformações com a precarização e a flexibilização dos vínculos trabalhistas que impulsionam o uso do termo “exclusão”. Com efeito, diante da expansão do número de pessoas que não conseguem se inserir no mundo do trabalho e do agravamento das desigualdades, o vocábulo se consagrou tornando-se pauta comum no discurso político e midiático.

Referindo-se diretamente à rejeição física e simbólica, a “exclusão” não deve ser confundida com a pobreza. Ainda que estejam relacionadas, a pobreza diz respeito à ausência de renda, de poder, de ação, e de representação, caracterizando-se como um fenômeno multidimensional, enquanto a “exclusão” remete à ruptura do vínculo social e ao estigma enfrentado pelo “excluído”.

---

<sup>24</sup> Este mesmo artigo também está publicado no livro “As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social”.

A naturalização do fenômeno da exclusão e o papel do estigma servem para explicitar, especificamente no caso da sociedade brasileira, a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão, representado pela aceitação tanto a nível social como do próprio excluído, expressa em afirmações como “isso é assim e não há nada para fazer”. Por outro lado, revela também uma fragilização do vínculo societal. Tanto a atmosfera social de conformismo como a compreensão da condição de exclusão social como fatalidade são reveladoras de processos nos quais os vínculos sociais estão no mínimo fragilizados (ESCOREL, 1995) (WANDERLEY, 1997, p. 81)

Nos termos da pesquisadora, existindo também outros conceitos que se relacionam à temática (como desqualificação, desfiliação, desinserção e apartação), a “exclusão social” se caracteriza como uma nova manifestação da questão social. Em presença da mundialização da economia e das transformações no mundo do trabalho, cria-se um contingente cada vez maior de pessoas desnecessárias economicamente, sujeitos que por não serem requisitados para integrar os processos produtivos tornaram-se “descartáveis”.

No Brasil, onde a distância entre “incluídos” e “excluídos” é visível historicamente, a “exclusão” assume uma coloração acentuada diante da ameaça aos direitos sociais e da existência de sujeitos considerados “desnecessários economicamente”, “ameaçadores socialmente” e “incômodos politicamente”. Com isso, para Wanderley (1997) as alternativas de combate à “exclusão” estão intrinsicamente relacionadas à democratização do país e à garantia de proteção social com vistas ao livre desenvolvimento da cidadania entre os brasileiros.

Ao retomar os documentos das décadas de 1980 e 1990, observo por parte dos assistentes sociais a preocupação em delimitar o que estão definindo como “exclusão”, à semelhança dos trabalhos produzidos em outras áreas do conhecimento no mesmo período. Embora nos dois primeiros artigos não haja uma abordagem conceitual extensiva acerca do assunto, como nos demais produzidos a partir da segunda metade dos anos 90, existem referências que particularizam as situações de “exclusão” e os “excluídos” indicando o “ponto de vista” desses profissionais.

Com efeito, a ideia de que “excluir” significa “estar fora” revela-se presente nas formulações dos assistentes sociais que percebem a situação não só como uma forma de expulsão do trabalho formal, mas também de outros espaços como a esfera pública e da humanidade. É assim, por exemplo, que a empregada doméstica

deve permanecer afastada da convivência com seus patrões e que os “catadores de lixo” devem ficar longe do contato com os cidadãos da cidade formal.

Atravessando as relações sociais, a “exclusão” também se situa no campo simbólico e físico. Os “excluídos” são rejeitados, estigmatizados e discriminados pela sociedade que promove a construção de locais destinados especificamente a eles, como o quarto de empregada e as casas ao redor dos aterros sanitários. Ao se tornarem “desnecessários economicamente”, esses sujeitos sobrevivem na informalidade não tendo acesso aos direitos relacionados ao trabalho formal.

Por fim, afirmando a existência da “exclusão”, os assistentes sociais relacionam o tema com a “questão social”. Considerando a “exclusão” como uma manifestação ou como a própria “questão social”, não explicitam esse último conceito (que parece estar relacionado a uma dificuldade que ameaça as relações sociais desafiando a manutenção da sociedade). Em síntese, aparecendo somente em poucas passagens dos trabalhos, não há um debate claro ou extensivo sobre o assunto.

#### **4.3 A “exclusão” segundo os assistentes sociais: os anos 2000**

Nogueira (2001), ao analisar o financiamento da saúde pública no Brasil, busca relacionar o princípio da equidade amplamente defendido na década de 1990 com o aprofundamento da “exclusão social”. Estando o direito à saúde garantido pelo Estado brasileiro, inclusive pelos dispositivos legais existentes como a Constituição Federal de 1988, a pesquisadora sinaliza que os ajustes estruturais no emprego dos recursos públicos tendem a reduzir os investimentos na área gerando consequências pérfidas para a população.

Ainda que em âmbito doméstico haja um confronto entre os segmentos populares que buscam alargar os subsídios fiscais e os sujeitos políticos apoiadores do governo que incentivam a diminuição orçamentária, o movimento posto em andamento é o de focalização da política de saúde. Preconizado pelos organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a orientação dada é a de substituição do princípio de universalidade pelo de equidade e, com isso, a redução da esfera de atuação do Estado.

Por suposto, com as restrições do aparelho estatal, incentiva-se o aumento da esfera privada delegando-se cada vez mais ao mercado a responsabilidade pela prestação e controle dos serviços de saúde. A preocupação em tornar esses serviços mais eficientes tem relação intrínseca com o ideal de equidade difundido pelos aparelhos internacionais, que acabam enxergando a proposta universalista como fracassada e pouco operacional em termos práticos. Sendo a equidade compreendida como a criação de oportunidades iguais no acesso saúde, desconsidera-se a preocupação última em lutar pela igualdade entre os cidadãos.

Averiguando a proposta de financiamento para a saúde, aprovada no ano de 2000, e os gastos do Ministério da Saúde, entre 1993 e 1998, Nogueira (2001) aponta que após o aumento dos gastos públicos entre 1993 e 1995 há uma redução significativa dos recursos destinados à saúde nos anos posteriores. Convivendo com um modelo misto no qual o setor público e privado recebem subsídios diretamente do governo, o Brasil se caracteriza por um atendimento do tipo hospitalocêntrico centrado na atenção à doença e não na promoção da saúde.

Tornando-se meio e não fim, a equidade almejada pela política de saúde se efetiva em ações pontuais para aqueles grupos mais vulneráveis. Favorecendo o surgimento de patamares diferenciados de cidadania, a defesa dos direitos igualitários torna-se enfraquecida e as intervenções acabam se revelando limitadas e residuais em seus resultados.

A própria forma de inclusão da população aos serviços e ações de saúde, após 1988, vem sendo caracterizada por alguns autores como universalização excludente, pois o aumento da demanda pelos serviços mencionados não foi devidamente acompanhado de investimentos e ampliação da infra estrutura necessária e adequada para tal. Não se pode desconhecer os mecanismos de dupla porta de entrada do sistema, a ausência de controle das verbas contratadas e dos gastos realizados. (NOGUEIRA, 2001, p. [s.n.])

Em resumo, não apresentando uma discussão específica sobre a “exclusão social”, a autora verifica por meio de sua pesquisa o incremento do modelo médico-assistencial privatista e a redução dos investimentos públicos, estando ambas as ações embasadas pelo discurso da equidade presente na condução da política de saúde no Brasil.

De outro modo, ao realizar um estudo sobre a reinserção social dos dependentes químicos, Costa (2001) discute o processo de “exclusão/inclusão” decorrente do retorno desses sujeitos ao convívio social e familiar. Tendo como

referência os depoimentos dos egressos do Ministério Evangélico Pró-Vida (Meprovi-Clínica), a pesquisadora destaca os desafios enfrentados por eles no retorno ao meio social após o término do tratamento na instituição.

Localizada na cidade de Londrina, no estado do Paraná, o Meprovi-Clínica se caracteriza como uma comunidade terapêutica que trabalha há 12 anos com dependentes químicos. Funcionando sob o regime de internato, acolhe homens acima de 12 anos de idade, sem distinção de raça, condição financeira ou confissão religiosa. De orientação protestante (evangélica), se caracteriza como uma instituição sem fins lucrativos que recebe recursos de doações, campanhas e convênios, atuando com vistas à reabilitação dos internos.

Definindo a dependência química como a condição da pessoa que faz uso de substâncias psicoativas que alteram o comportamento e causam dependência (a exemplo do álcool e de outras drogas como a cocaína, o crack e a maconha), Costa (2001) propõe através de sua investigação conhecer o processo de “exclusão/inclusão” dos egressos que concluíram os nove meses de tratamento estipulados pela comunidade terapêutica.

Realizando a pesquisa entre janeiro e junho de 2000, após buscar os nomes dos sujeitos que completaram o tratamento entre os anos de 1998 e 1999, a estudiosa obteve um total de 32 egressos dos quais 12 foram entrevistadas. Aplicando questionários estruturados, tanto pessoalmente quanto via correios, indica que a faixa etária dos sujeitos da pesquisa é de 17 a 39 anos, sendo 66.6% solteiros, 16.6% casados e 16.6% divorciados e/ou viúvos. Dos entrevistados 50% têm filhos e os outros 50% ainda não tem, de maneira que todos residem com algum familiar assim como no período anterior ao internamento. Acerca da residência, 58.3% vivem em casa própria, 33.3% em habitação alugada e 8,3% em casa financiada.

Durante os nove meses que viveram no Meprovi-Clínica todos os entrevistados receberam visitas, sendo 91.7% de familiares e 8.3% de parceiras. Dentre eles, 75% declararam receber visitas semanais ou mensais, enquanto os 25% restante declararam receber visitas esporádicas. Provenientes de bairros populares com famílias de classe média baixa e baixa, 75% alegam ter sido fácil a mais ou menos fácil o retorno ao contexto sociofamiliar, 16.6% alegam ter sido difícil pelo contato com amigos envolvidos com as drogas e 8.3% muito difícil pelo uso ainda contínuo das drogas. Segundo Costa (2001), o que pode ser observado é que

durante a internação e após seu término a família desempenha papel importante no tratamento e reinserção do dependente químico, oferecendo-lhe segurança afetiva e social. No total, onze entrevistados afirmaram estar recuperados da dependência química e apenas um alegou estar participando de um novo tratamento.

A respeito da situação religiosa/espiritual, 50% dos egressos afirmaram não pertencer a nenhuma religião antes de ingressar no Meprovi-Clínica. Após a passagem pela instituição, 91.6% alegaram estar frequentando alguma igreja cristã e destes somente 18.2% indicaram não fazê-lo com regularidade, o que revela a efetividade do trabalho de orientação espiritual promovido nessa comunidade terapêutica. No que se refere à situação empregatícia também pode ser notada uma mudança significativa. Se antes de frequentarem o Meprovi-Clínica 75% dos entrevistados estavam desempregados (sugerindo um fator de “exclusão” que já se apresentava aliado à dependência química), após a passagem pela instituição 66,6% conseguiram se inserir no mercado de trabalho e 8.3% começaram a trabalhar autonomamente. Os 25% que permaneceram desempregados informaram que a falta de qualificação e os baixos salários dificultaram a inserção do mercado, estando um deles impossibilitado de trabalhar por estar novamente em uma comunidade terapêutica.

Acerca do nível de escolaridade, 41.6% abandonaram os estudos quando estavam no 1º grau, 50% abandonaram quando estavam no 2º grau e 8.3% evadiram quando estavam cursando o 3º grau. Todos os egressos evadiram da escola antes de serem internados e com término do tratamento 41.6% retomaram os estudos, enquanto 58.3% continuaram fora da escola.

Com esse dado, observamos que essas pessoas, ao iniciarem o tratamento, encontravam-se excluídas não só de empregos, mas também dos bancos escolares. Embora o grau de escolaridade não seja tão inferior, não possuem profissões definidas e deixaram os estudos há muitos anos, provavelmente influenciados pelas consequências do uso de drogas e álcool. (COSTA, 2001, p. [s.n.])

Sobre a efetividade do tratamento no Meprovi-Clínica, 83.3% dos entrevistados relataram não mais usar nenhum tipo de drogas ou álcool. Do número total de participantes da pesquisa, 50% informaram que tiveram contato com ambientes em que haviam substâncias psicoativas (porém não fizeram o uso das mesmas), 37.5% relataram que não tiveram nenhum contato com tais substâncias e

25% não responderam. Desses dados a pesquisadora infere a importância do tratamento da dependência química e a utilidade pública das comunidades terapêuticas na garantia da cidadania daqueles que estão “excluídos”, explorados e destituídos de motivação, sonhos e esperança.

Tendo efetuado contato com familiares de outros dez egressos que compunham o universo inicial de pesquisa, Costa (2001) obteve a informação que 50% deles após a internação na comunidade terapêutica permaneceram abstêmios, enquanto os outros 50% voltaram a usar álcool e outras drogas. Contabilizando os 12 entrevistados com os outros 10 egressos que não compuseram a amostragem, têm-se um total de 15 sujeitos que não voltaram a utilizar substâncias psicoativas e 7 sujeitos que retomaram o uso, sinalizando em termos gerais um resultado positivo para o tratamento da dependência química, ainda que outras variáveis como a ausência das informações dos demais egressos possam alterar esse quadro.

Em síntese, a estudiosa reconhece que a dependência química é uma questão social que tem se apresentado para a sociedade e que o papel desempenhado pela Meprovi-Clínica é relevante para o tratamento dos usuários de álcool e outras drogas. Com efeito, a importância da família, do ingresso no mercado de trabalho e da vivência religiosa se mostram profundamente imbrincados no processo de reinserção social dos egressos.

Sob outra perspectiva, ao problematizar os conceitos de cidadania e “exclusão social”, Ammann (2003) aborda a forma como os países desenvolvidos experimentam essas situações diante do desmonte do Estado de Bem Estar. Resgatando, inicialmente, a divisão proposta por T. H. Marshall acerca da constituição dos direitos humanos, a saber: direitos civis (século XVII), direitos políticos (século XIX), e direitos sociais (século XX), justifica que tais institutos se configuram como o fundamento da condição de cidadania e o avesso da “exclusão”.

A estudiosa, ao atrelar à discussão dos direitos a esfera dos deveres, sinaliza que a cidadania diz respeito a um processo que é constituído pelos homens e pelo Estado na busca de uma sociedade na qual os bens, os serviços, o poder e o conhecimento são verdadeiramente acessados por todos. Acompanhando o embate sobre a “exclusão”, indica que por se tratar de uma categoria com múltiplas acepções alguns pesquisadores preferem não adotá-la, enquanto outros alegam que a noção é contrária à práxis, negando a história e a capacidade humana de transformação.

Não se preocupando em construir uma teoria sobre a “exclusão”, Ammann (2003) propõe seu uso para refletir sobre as mutações em vigência no mundo do trabalho. Partindo da centralidade ontológica do trabalho para o ser social, assevera que o atual estágio do desenvolvimento capitalista tem operado uma expulsão maciça da classe trabalhadora do processo produtivo. Mais do que exército industrial de reserva, esses trabalhadores não tem ingressado no mundo do trabalho sendo impedidos de conseguirem os mínimos necessários para a manutenção da vida.

Nessa perspectiva, fica assentado o papel fundante do trabalho na afirmação do ser social e sua determinação nos processos históricos que geram (ou não) a exclusão social. Enquanto a produção mecanizada expulsava o trabalhador do mercado e formava um exército industrial de reserva a ser reabsorvido ao ritmo das exigências do mercado, o paradigma produtivo, baseado na automação informatizada, reduziu gradualmente o trabalho vivo. Desempregado, o trabalhador não engrossa mais um exército que permanece provisoriamente na reserva, porém agrega-se à massa de indivíduos desnecessários ao processo produtivo, sem perspectivas claras de reinserção no mundo do trabalho formal. (AMMANN, 2003, p. 125)

Configurando-se como uma situação de não-cidadania, a “exclusão social” tem alcançado extensivamente a população que sem trabalho e sem renda tem lutado pela sobrevivência. Entretanto, além desse público, o fenômeno também pode ser observado entre aqueles que mesmo em condições favoráveis de trabalho e renda são discriminados por sua condição religiosa, étnica ou de gênero.

Ponderando sobre o caso europeu, Ammann (2003) identifica que o progressivo desmonte do Estado de Bem Estar tem agravado a “exclusão”. O desemprego estrutural e a pobreza, outrora combatidos pelo *Welfare State*, tornam-se mais densos nos últimos tempos e os países desenvolvidos começam a experimentar o aumento significativo de sujeitos fora do processo produtivo. Ao discutir especificamente a situação da Suíça, identifica que embora reconhecida como uma nação onde o modelo de cidadania é exemplar o fenômeno da “exclusão” começa a se revelar entre a população em suas variadas configurações.

Detentora do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* mais elevado do mundo, conforme dados do Banco Mundial de 2001, a Suíça tem convivido com uma “exclusão” econômica que tem alcançado um quarto das famílias residentes no país. Possuindo 7 milhões de habitantes e convivendo com quatro idiomas oficiais, o

alemão, o francês, o italiano e o romanche<sup>25</sup>, a pluralidade linguística e cultural também funciona como um “vetor de exclusão” uma vez que suscita preconceitos entre os suíços.

Como a maior parte do território suíço fala alemão e como os maiores centros administrativos e financeiro ali se encontram (Bern, Zurique, Basel, St. Gallen), é notório e reconhecido o sentimento de superioridade de seus habitantes em relação à população da região que fala francês, haja vista que os idiomas obrigatórios das escolas de Zurique são alemão e inglês (em detrimento das demais línguas nacionais), ao passo que nas escolas dos cantões francófonos, as obrigatórias são as duas mais faladas línguas do país: francês e alemão. O preconceito chega ao ponto de os jovens de Zurique se recusarem a aprender o francês, alegando que esta é uma língua de gays. (AMMANN, 2003, p. 135)

Entendendo que a “exclusão social” desponta como conceito somente no século XX, a pesquisadora considera que suas raízes podem ser encontradas em épocas remotas significando o esfacelamento e a ruptura dos laços sociais. Acreditando na capacidade inventiva da humanidade, conclui que a luta contra a “exclusão” e a garantia da cidadania podem ser construídas tendo-se como norte a justiça social e o compromisso com os direitos e os deveres de todos.

De outro modo, Nogueira, Simonatto e Silva (2003), colocando em análise a proteção à saúde na região da fronteira do Brasil, alertam para a inclusão e a “exclusão social” daqueles usuários que procuram atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). Propondo uma pesquisa em duas etapas, apresentam os dados alcançados no primeiro momento da investigação através de um estudo exploratório nas cidades brasileiras que fazem divisa com outros países latino-americanos.

Objetivando conhecer o perfil das pessoas que transitam entre as fronteiras em busca de atenção à saúde, as estudiosas estabeleceram articulações interinstitucionais (em nível local, regional e estadual) para levantar dados empíricos, realizando também reuniões e entrevistas com profissionais da saúde, assistentes sociais e dirigentes institucionais que trabalham nas cidades fronteiriças. Escolhendo a princípio dois municípios para a realização da pesquisa, a saber: São Miguel do Oeste, localizado em Santa Catarina, e Foz do Iguaçu, no Paraná, afirmam que as regiões apresentam gargalos no acesso a bens e serviços oferecidos pelo Estado brasileiro indicando a “exclusão social” dos moradores que ali residem.

---

<sup>25</sup> O romanche é um dos idiomas oficiais da Suíça sendo falado especialmente no cantão dos Grisões.

Buscando o país com melhores condições de atendimento no campo da saúde, esses sujeitos que *a priori* teriam direitos universais e indivisíveis se veem recorrentemente tolhidos de sua titularidade em decorrência das limitações geográficas impostas por cada nação.

Embora reconhecendo a constante e crescente submissão dos Estados nacionais as regras determinadas pelas agências multilaterais de financiamento e fomento, pensar a possibilidade de construir consensos em torno dos princípios da Conferência de Viena, especialmente na região da fronteira, pode-se viabilizar a aglutinação de sujeitos políticos densos, possibilitando-se a construção de anteparos, ainda que regionais aos problemas de desigualdade ou exclusão verificados. Para efeitos analíticos considera-se a exclusão como um fenômeno decorrente da forma de produzir e consumir bens e serviços nos países capitalistas. A exclusão ocorre dentro do quadro das relações de classe e não como um epifenômeno, isolado das determinações econômicas e culturais. Essa referência analítica é comprovada pela própria dificuldade de aceitação pelos países desenvolvidos, da universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos. Contrariamente aos países empobrecidos, consideram direitos humanos unicamente os classificados como de primeira geração. (NOGUEIRA; SIMONATTO; SILVA, 2003)

Definindo a “exclusão social” como um fenômeno que surge no seio do modo de produção capitalista, as pesquisadoras notam que a sua formação está atravessada pela divisão da sociedade em classes. Nesse sentido, sendo os direitos sociais igualmente afetados por essa divisão, o acesso à saúde pública também se mostra desigual especialmente na região da fronteira.

Ao investigar a situação de “exclusão” com os profissionais da saúde, Nogueira, Simonatto e Silva (2003) relatam que o atendimento aos estrangeiros é mal visto pela população nativa que os acusa de não ter direito ao acompanhamento. Por sua vez, os profissionais providenciam o atendimento, mas não há um registro das demandas o que dificulta a identificação dos usuários de outras nacionalidades. Com isso, havendo no plano discursivo uma preocupação com a garantia intransigente dos direitos no plano prático ele ocorre de forma marginal e a cidadania se mostra restrita à nacionalidade.

As conclusões parciais a que chegam as estudiosas apontam que o direito à saúde não é percebido de maneira unívoca entre os entrevistados. A inclusão da população estrangeira aos serviços de saúde é censurada por alguns profissionais e apoiada por outros, deixando claro que a ideia de cidadania defendida por eles está vinculada ao pertencimento a um Estado-Nação.

De outro modo, ao debaterem sobre as interfaces entre a “exclusão social” e a descentralização político-administrativa, Reis e Herpich (2003) tomam como referência a política de assistência social a fim de discutir a situação do município de Caxias do Sul, localizado no Rio Grande do Sul. Partindo, inicialmente, de uma reflexão sobre a “exclusão social”, os autores sinalizam que os trabalhos que abordam o tema indicam a dificuldade em precisá-lo. Abrangendo diferentes formas e níveis, o fenômeno varia conforme o local e a região estando também associado a um grupo diversificado de categorias.

Associada à pobreza (que é entendida como a insuficiência na manutenção das necessidades básicas de saúde, alimentação, moradia, educação e vestuário), a “exclusão social” é redimensionada na década de 1980. Naquele momento, em face da reestruturação produtiva e da reforma do sistema de seguridade social, a agenda política mundial introduz o fenômeno como um desafio a ser enfrentado diante das mudanças econômicas e sociais que estavam em curso naquele período.

Enquanto antes eram considerados como “excluídos” aqueles indivíduos destituídos das condições mínimas de vida, nos anos 80 eles se somam aos trabalhadores que atingidos pelo desemprego estrutural perdem o direito à proteção social e não tem mais acesso aos bens e serviços necessários a garantia de um padrão de vida digno. Apresentando-se como um fenômeno multidimensional, a “exclusão social” começa a ser referida à falta de acesso não só aos bens e serviços, mas também à justiça, à segurança e à cidadania.

Em termos gerais, os indivíduos podem estar “excluídos” de alguns lugares e não de outros, a exemplo daqueles que estão fora do mercado formal de trabalho, mas que estão incluídos no mercado informal ou mesmo na política de previdência social. Distinguindo a “velha exclusão social” da “nova exclusão social”, os pesquisadores admitem que tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento essa última configuração está diretamente relacionada ao desemprego estrutural.

A partir da sistematização proposta no Quadro 1, é possível formular o seguinte equacionamento: a exclusão social, independentemente da época, pode ser entendida como a soma da exclusão econômica com a exclusão política, onde cada uma dessas categorias contém as seguintes subcategorias: A, significando a exclusão social, b, a exclusão econômica; e c, a exclusão política. Assim,  
 $A = b + c$   
 sendo:

b = pobre + miserável + pedinte + indigente + subnutrido + desempregado e outros.

c = minorias sociais + segurança + direitos humanos e outros. (REIS; HERPICH, 2003, p. 04)

No que tange ao caso brasileiro, pode-se observar que ao passo que a “exclusão social” foi avançando o sistema de proteção social foi também sendo reconfigurado de um modelo centralizado para outro descentralizado. Embora possa fazer frente ao fenômeno, a implantação da descentralização político-administrativa da política de Assistência Social não tem sido capaz de gerar respostas para o problema.

Trazendo dados estatísticos acerca de Caxias do Sul, entre os anos de 1996 e 1999, Reis e Herpich (2003) indicam que mesmo apresentando um Produto Interno Bruto (PIB) superior ao do Rio Grande do Sul, os indicadores sociais relativos à saúde, à educação e ao saneamento básico revelam a face perversa da “exclusão social” na cidade. Exemplificando a situação também por meio de um estudo comparativo, feito entre as décadas de 1996/1997 e 1998/1999, eles ainda alertam que enquanto nos municípios de menor porte econômico (como Santa Maria e Pelotas) o número de indigentes diminuiu, em Caxias do Sul esse número aumentou progressivamente.

Tendo em vista que entre as políticas sociais existentes no país a de Assistência Social é uma das que luta diretamente contra a “exclusão social”, os pesquisadores analisaram o processo de descentralização político-administrativa no referido município através de entrevistas feitas junto ao seu órgão gestor e também entre doze instituições não-governamentais a ela vinculadas<sup>26</sup>. Partindo das quatro funções básicas elegidas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a saber: inserção, prevenção, promoção e proteção, eles então traçaram um diagnóstico sobre o conhecimento das entidades acerca dessas funções observando sua efetividade no combate ao fenômeno.

Em números absolutos, 88,89% das instituições entrevistadas identificam a inserção como função básica da política de Assistência Social, 66,67% citam a prevenção, 77,78% se referem à promoção e 77,78% indicam também a proteção como um de seus ações norteadoras. De acordo com os estudiosos, o desconhecimento dessas funções por um percentual de 30,77% das entidades

---

<sup>26</sup> Os pesquisadores não relatam o perfil e a quantidade de sujeitos entrevistados, tampouco dizem sobre o roteiro de investigado utilizado.

sugere seu despreparo na condução do modelo político-administrativo descentralizado, sinalizando resquícios de um tipo de assistência social que é meramente compensatória.

Possivelmente, a maioria das entidades entrevistadas não realiza suas ações à luz das funções da Política de Assistência Social. Isso implica ações desvinculadas do novo paradigma da Assistência Social centrado na cidadania. Nessa perspectiva, o projeto de descentralização, no caso específico da assistência social, remete a concluir para a formação de uma brutal complexidade, pois se as entidades executoras não conseguem assimilar, por desconhecimento ou não, os fundamentos básicos do novo paradigma da Política de Assistência Social, logo e por causa da descentralização, acaba, na sua implantação, sendo contaminada pelos mesmos ambientes e hábitos que caracterizavam o modelo centralizado. (REIS; HERPICH, 2003, p. 10)

Acerca dos usuários da política, podem ser notadas diferenças na terminologia adotada em nível nacional (destinatários), estadual (grupo social) e municipal (segmentos atendidos). Confrontadas com as expressões utilizadas pelas instituições de Caxias do Sul (pessoas em situação de pobreza, em situação de vulnerabilidade, em condições de desvantagem social, vítimas de maus tratos, etc.), observou-se que entre os entrevistados não há uma ideia clara de seu verdadeiro público-alvo.

Segundo Reis e Herpich (2003), somente uma entidade mencionou que a Assistência Social é destinada a quem dela necessitar, ficando evidente o desconhecimento de parte significativa dos marcos legais que regulamentam e orientam seu exercício e os usuários que devem ser por ela atendidos. Em resumo, a “exclusão social” em sua velha e nova forma se mostra presente na realidade brasileira e em Caxias do Sul. Embora rico em termos econômicos, o município apresenta indicadores sociais desfavoráveis e a descentralização político-administrativa da Assistência Social têm enfrentado dificuldades em sua implementação, o que revela não só a existência do fenômeno, mas também empecilhos no seu combate pelas políticas sociais.

Santos (2006)<sup>27</sup>, ao desenvolver uma pesquisa qualitativa junto aos hospitais públicos do Rio Grande do Norte, aborda a discussão da “exclusão/inclusão social” buscando entender sua dimensão para os portadores de HIV/Aids. Recolhendo

---

<sup>27</sup> O presente artigo foi construído à luz da dissertação de mestrado “O Serviço Social e a exclusão/inclusão social dos portadores de HIV/Aids: demandas e desafios nos hospitais públicos”, defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

informações diretamente com os assistentes sociais que atuam nessas instituições, a autora aponta que a intervenção proposta por eles – direcionando-se sobre a questão social – incide sobre os processos de saúde/doença da população, visando responder suas necessidades sociais.

Caracterizados como trabalhadores que prestam assistência social, os profissionais de Serviço Social na área da saúde pública atendem usuários acometidos por diversas doenças, dentre elas a *Acquired Immuno-deficiency Syndrome* (Aids) transmitida pelo agente *Human Immunodeficiency Virus* (HIV). Atingindo em torno de 3,8 milhões de pessoas em todo planeta, segundo dados do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) e da Organizações da Nações Unidas (ONU), de 2004, a epidemia tem alcançado os mais diversos países, dentre eles o Brasil com 362.364 casos registrados, sendo 34.424 localizados no Nordeste.

Diferentemente de outras doenças, o HIV/Aids tem repercussões não só biológicas, mas também sociais e psicológicas que afetam negativamente seus portadores. Quando contaminados pelo vírus, os indivíduos sofrem preconceito e discriminação sendo “excluídos” dos espaços de sociabilidade (emprego, família, entre outros) chegando também a se impor uma “exclusão pessoal”, na medida em que não aceitam a doença. Os assistentes sociais sendo responsáveis por acompanhar esses usuários desenvolvem atividades com eles e também com suas famílias tendo em vista a promoção da inclusão, mesmo diante dos gargalos e da baixa efetividade da política de saúde no Brasil.

Especificamente sobre a “exclusão”, a pesquisadora identifica que suas diferentes dimensões se entrecruzam na vida dos portadores de HIV/Aids. Na esfera econômica aos indivíduos é negado o acesso ao trabalho por preconceito e desinformação dos empregadores. No âmbito político os portadores do vírus tem uma cidadania restrita decorrente de sua condição de saúde. Na dimensão cultural observa-se uma diferenciação em relação aos demais sujeitos, especialmente no que se refere ao gênero, à raça, à orientação sexual e à condição de pobreza. Na esfera sociofamiliar pode ocorrer rejeição e até ruptura dos laços sociais, sendo ainda a dimensão humana atingida por uma imagem deteriorada e estereotipada que pode conduzir à hostilidade, à indiferença e à anulação social.

Percebe-se que a exclusão, à qual está exposto o portador de HIV/Aids, refere-se a múltiplos processos, situações, fenômenos e estados, que adquirem grande complexidade na sociedade, como diz Martins (1997:36): “é uma sub-humanidade em todos os sentidos, que se baseia em insuficiências e privações que se desdobram para fora do econômico”. São situações de vulnerabilidade sociais construídas por um conjunto de relações sociais diferenciadas e dualizadas. (SANTOS, 2006, p. 13)

Acerca do atendimento feito pelos assistentes sociais aos portadores do HIV/Aids no Rio Grande de Norte, a autora afirma que as principais demandas se referem a orientações, encaminhamentos e aconselhamentos relativos ao acesso aos direitos, à questão socioeconômica, informações sobre a doença, trabalho com as famílias e esclarecimentos sobre o funcionamento dos hospitais.

Delineando o perfil dos atendimentos, Santos (2006)<sup>28</sup> assevera que 75% das requisições estão relacionadas à consecução de benefícios previdenciários, 75% giram em torno de reclamações sobre situações de preconceito e discriminação, 50% sobre as formas de acesso ao passe-livre e acompanhamento familiar e 25% dizem respeito a aconselhamentos para a adesão ao tratamento. De acordo com os profissionais de Serviço Social, as maiores dificuldades enfrentadas na efetivação da inclusão social dos usuários são: a aceitação do diagnóstico por parte dos pacientes e suas famílias, a condição socioeconômica dos usuários (que estando em tratamento precisam de alimentação e moradia adequadas), o embate entre o projeto privatista e o projeto público de saúde que aprofundam as dificuldades na viabilização dos direitos, e o excesso de trabalho que acaba impedindo a realização de pesquisas sobre as condições de vida e de adoecimento dos pacientes.

Por último, a inclusão – entendida como o oposto da “exclusão social” – apresenta entraves em sua realização nos hospitais públicos do Rio Grande do Norte por prever a igualdade de direitos e de exercício da cidadania (não dependendo apenas do trabalho dos assistentes sociais, mas também de outras categorias profissionais e da sociedade em geral). Neste sentido, apesar das inúmeras limitações com as quais se deparam, cabe aos profissionais de Serviço Social pensar em estratégias que superem os problemas institucionais e sociais que recaem sobre os portadores de HIV/Aids a fim de que sua cidadania seja efetivada.

---

<sup>28</sup> A pesquisadora não relata a quantidade de sujeitos entrevistados assim como o período em que ocorreu a investigação.

Abordando de modo assemelhado a temática da “exclusão social”, Medeiros (2006)<sup>29</sup> traz para o campo do Serviço Social a discussão sobre a interdição civil. Amplamente discutido no direito, o processo de interdição civil apesar de ser familiar no cotidiano dos assistentes sociais não se configura como um objeto de estudo sobre o qual os profissionais se debruçam. Tendo em vista essa lacuna na produção bibliográfica da área, a autora empreende uma reconstrução histórica e social da doença mental estabelecendo sua relação com esse instituto legal e seus rebatimentos sobre o binômio “exclusão/proteção”.

Conceituando a interdição civil como um ato judicial que atesta a incapacidade de alguém para os atos da vida civil (sendo vetado ao interditando o exercício de seus direitos, o controle de seus bens e a regência de si) e a curatela como a administração da pessoa maior e de seus bens por um curador reconhecido pelo poder judiciário, a pesquisadora alega que a prática de restrição da autonomia não é nova. Praticada durante a vigência do Império Romano era prevista em lei e aplicada aos loucos que tinham seus bens destituídos, sendo repassado a outrem o cuidado de suas propriedades e riquezas.

Acompanhando as ações de restrição da liberdade direcionadas aos doentes mentais, Medeiros (2006) aponta que durante a Idade Média os loucos e os deficientes passaram a ser recebidos nos hospícios que exerciam o papel de controle e isolamento. Já na Época Moderna, durante a Revolução Francesa e o Iluminismo, o confinamento dos alienados nos hospitais foi utilizado como uma ferramenta para a pesquisa das morbidades mentais e para seu tratamento terapêutico, impulsionando o surgimento da psiquiatria enquanto campo de conhecimento.

Acerca da nova ciência destinada à investigação da doença mental, a pesquisadora explica que ela se tornou responsável pelo diagnóstico e tratamento daqueles que burlam a ordem prescrevendo o internamento em prisões ou em hospitais. Naquele mesmo período, a tutela também foi estabelecida para todos que desprovidos de razão não tinham condição de administrar seus bens. Com efeito,

Em 1804, o Código Civil francês, de Napoleão Bonaparte, ao tratar da questão da proteção aos bens dos incapazes, através do instituto da interdição, inovou ao prever que a decretação da incapacidade, com a

---

<sup>29</sup> Este artigo foi produzido como síntese do segundo capítulo da tese de doutorado intitulada “Interdição: proteção ou exclusão” defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

consequente privação da liberdade do interditando, só se efetivaria após um julgamento, em que deveria ser garantido o interrogatório do suposto incapaz. Estabelece-se aí, o direito ao contraditório, isto é, o direito de defesa em relação à decretação, unilateral, da incapacidade atribuída. (MEDEIROS, 2006, p. 05)

No Brasil, os estudos sobre a doença mental eram acompanhados pelos psiquiatras e legistas sendo ao longo do século XIX fundados os primeiros hospitais que prestavam atendimento aos alienados. Para além do tratamento terapêutico, essas instituições durante muito tempo serviram para a segregação dos doentes mentais afastando-os dos indivíduos considerados “normais”, promovendo assim o preconceito e a “exclusão”.

Com o Movimento de Saúde Mental, também conhecido como Reforma Psiquiátrica, iniciado na segunda metade do século XX, a concepção em torno da doença mental e de seu tratamento muda significativamente. Em lugar da cura os profissionais passam a buscar o cuidado dos pacientes, há um impulso para a desinstitucionalização e desospitalização, e ao invés da incapacidade colocam-se em destaque as capacidades dos doentes mentais. Todavia, no que se refere aos institutos da curatela e da interdição, o Código Civil Brasileiro (vigente entre 1916 e 2003) manteve-se atrelado à concepção de incapacidade pessoal, conservando os princípios presentes no Direito Romano. Em suma, não incorporando de maneira significativa os avanços galgados pelo Movimento de Saúde Mental, a legislação continuou tratando os loucos (alienados mentais, pródigos, toxicômanos e surdos-mudos) como incapazes sem referência às suas capacidades, inclusive de autonomia e decisão para alguns atos da vida civil.

Diante da implementação do novo Código Civil do Brasil (promulgado em 2002, mas em exercício somente a partir de 2003), mudanças em relação à curatela e à interdição entraram em vigor. Para que a interdição civil ocorra de fato se faz necessária a constatação da doença mental associada à ausência de discernimento, sendo o médico-perito responsável por avaliar os casos e atestar a capacidade da pessoa contra quem foi intentada a ação. De qualquer modo, cabe à justiça decretar o veredicto final havendo a possibilidade do deficiente mental continuar a administrar seus bens e a si mesmo.

Outra importante inovação introduzida pelo Código Civil foi a extensão da possibilidade da interdição parcial aos deficientes mentais, aos ébrios habituais e aos excepcionais sem completo desenvolvimento mental, além dos surdos-mudos, dos viciados em tóxico e dos pródigos, podendo seus

limites circunscrever-se a restrições de, sem curador, “emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração” (Brasil, 2002, Art. 1782). Ou seja, do ponto de vista legal, não há impedimento para que os relativamente capazes possam praticar todos os demais atos civis, podendo, portando, votar, dirigir, casar, perflhar, etc. A limitação é individual, em função das possibilidades de cada pessoa. (MEDEIROS, 2006, p. 13)

Considerando as prerrogativas jurídicas da interdição e da curatela, a pesquisadora conclui que a avaliação das reais condições dos interditandos/curatelados são fundamentais para o dimensionamento das suas capacidades ou incapacidades para os atos da vida civil. Tendo em vista que o objetivo desses institutos é a proteção, deve-se tomar cuidado para não incorrer em seu oposto, isto é, a “exclusão”, que sob a forma da lei impõe uma condição específica, uma discriminação negativa, que é oficializada por meio de aparelhos especializados sendo legitimamente reconhecida.

Tavares e Pereira (2007), sob outra perspectiva, ao proporem uma reflexão teórica acerca da situação de violência doméstica, analisam a “exclusão social” sofrida pelas mulheres no Brasil. Demarcando que a desigualdade de gênero atravessa os séculos, os estudiosos alertam que as relações assimétricas de poder existentes entre homens e mulheres foram construídas sociohistoricamente estando registradas nos textos da Grécia Antiga. Retomando algumas postulações de Aristóteles sobre as mulheres (que naquela época eram consideradas como mais vulneráveis, menos dignas de confiança, e mais suscetíveis à lamúria e à inveja), os pesquisadores sugerem que a “exclusão” enfrentada por esse público se configura de forma secular estando fundamentada na diferença.

De outro modo, considerados como superiores, os homens gregos podiam experimentar as “paixões da vida” e participar ativamente da vida pública, sendo tal posição negada às mulheres. Tempo depois, ao conquistar a Grécia, o Império romano perpetuou a discriminação contra elas que também era referendada pelos estatutos jurídicos da época. Tratadas como propriedades dos esposos, as mulheres viviam em condição de subalternidade devendo obediência aos homens. Na Idade Média e no período moderno a situação permaneceu a mesma, começando a ser desconstruída somente há poucas décadas atrás já no século XX.

Sob os auspícios da globalização, as mulheres começam a se destacar na cena pública e passam a endossar as fileiras dos trabalhadores junto com os

homens. Lutando por sua liberdade e garantia de direitos, organizaram-se politicamente, ingressaram no mercado de trabalho e tornaram evidente seu questionamento acerca da opressão/dominação presente nas relações de gênero, especialmente por meio do Movimento Feminista. Mesmo com as transformações em curso, Tavares e Pereira (2007) enfatizam que a desigualdade na relação entre homens e mulheres permanece vívida expressando-se, inclusive, na forma de violência doméstica.

Caracterizando a violência como uma relação de forças que por um lado é marcada pela dominação e por outro pela coisificação – constituindo-se como a violação do direito de liberdade –, os pesquisadores definem que a violência doméstica se distingue por ocorrer no âmbito familiar, entre os sujeitos que compõem uma família. Justificando-se como uma relação “natural”, de vasto lastro histórico, a violência doméstica contra as mulheres está assentada sobre a assimetria de poder em função do gênero. Utilizada como uma ferramenta de subordinação, a violência nas relações entre casais corrobora para a projeção do sujeito masculino sobre o feminino pressupondo a legitimidade das humilhações e agressões físicas, psicológicas e sexuais praticadas pelos homens.

Tavares e Pereira (2007), ao discutirem sobre a violência, indicam que os profissionais de Serviço Social por serem convocados a atuarem sobre a questão social<sup>30</sup> encontram na situação de violência doméstica uma de suas expressões significativas. Visando o fortalecimento e reinserção das mulheres, esses trabalhadores buscam atuar junto com as usuárias no intuito de construir novos projetos individuais e coletivos que rompam com a violência, tanto acionando as legislações existentes quanto articulando as políticas públicas voltadas para a mulher.

De modo geral, não apresentando uma definição clara de “exclusão”, os pesquisadores concluem que a desconstrução do binarismo masculino/feminino é fundamental para a superação da opressão nas relações de gênero, devendo a diferença ser tratada como elemento positivo (e não negativo das relações entre homens e mulheres) para o fortalecimento do sujeito feminino e a superação da violência doméstica.

---

<sup>30</sup> Os estudiosos caracterizam a questão social como o conjunto de desigualdades engendradas pelo modo de produção capitalista.

De outro modo, refletindo sobre as ocupações irregulares nos centros urbanos, Gonçalves e Cordeiro (2008) avaliam o processo de “exclusão” enfrentado pelos moradores da favela “Poligonal Primavera”, localizada em Londrina, no estado do Paraná. Ao acompanhar a história de vida de um dos habitantes mais antigos da ocupação, relatam as dificuldades relacionadas às condições precárias das moradias e a intervenção urbanística desenvolvida naquele espaço pelo Programa Habitar Brasil-BID.

Assinalando que a “exclusão” é um fenômeno presente na realidade brasileira, as estudiosas sublinham que o conceito se refere a uma vivência de privação coletiva que atravessa o campo econômico, político, social, cultural e urbano, estando relacionada a não representação, à pobreza, à discriminação e à subalternidade. Desse modo, com o processo de reestruturação produtiva em nível global ocorre o crescimento do número de indivíduos supérfluos, isto é, que não se inserem no mercado de trabalho, diferentemente “[...] da questão social original, em que mesmo o trabalhador pior qualificado e mais desprotegido socialmente era indispensável ao sistema” (GONÇALVES; CORDEIRO, 2008, p. [s.n.])

Encarado como “exclusão social”, o aparecimento de pessoas não mais necessárias ao processo produtivo se associa à gênese de ocupações irregulares apontando para o surgimento da “exclusão urbana”. Em consequência, estando dividida entre uma área formal/abastada e outra informal/precária, a cidade expressa de maneira cabal à desigualdade entre indivíduos, revelando na configuração do espaço urbano a dinâmica excludente das relações entre eles.

O município de Londrina, construído de forma planejada durante a década de 1930, entre os anos 50/60 começa a experimentar o surgimento das primeiras favelas devido ao aumento do contingente populacional, especialmente de trabalhadores interessados em ingressar no sistema ferroviário em ascensão naquele momento. Como caudatária desse movimento de ocupação irregular, surge a “Poligonal Primavera”, no ano de 1996, à época fundada por famílias que sem moradia decidem se apropriar do espaço.

Localizada no Fundo de Vale dos Conjuntos Aquiles Stenghel, Luiz de Sá e Maria Cecília, a referida ocupação tem sido alvo de intervenções do Programa Habitar Brasil-BID desde de 2006. Atuando com a construção de moradias e equipamentos públicos, saneamento básico, recuperação de áreas degradadas, entre outras atividades, o programa estabeleceu em seu planejamento o

beneficiamento de 419 famílias, das quais 249 foram contempladas diretamente com a construção de novas moradias.

Gonçalves e Cordeiro (2008), narrando à formação da “Poligonal Primavera” por meio da história de um dos seus primeiros moradores, ressaltam que a ocupação aconteceu porque a grande maioria das famílias não tinham recursos financeiros para a compra de um imóvel regular. Embora se configurando como uma área de preservação permanente, a localidade pareceu inutilizada para aquelas pessoas – que diziam ser ali um depósito de lixo – incitando à apropriação do espaço. Mesmo em péssimas condições de habitabilidade, como a falta de água encanada e energia elétrica, esses sujeitos começaram a construir suas casas e passaram a reivindicar melhorias de infraestrutura que foram paulatinamente atendidas pelo poder público.

Concluindo que a “exclusão” continua presente no cotidiano dos moradores da “Poligonal Primavera”, as pesquisadoras indicam que diversos desafios ainda são enfrentados por eles. Além da perpetuação da “exclusão urbana”, os relatos de enchentes e a situação de risco social continuam a ser enfrentados, sugerindo, desse modo, que há muito que se avançar para a construção de uma política habitacional efetiva.

Por sua vez, ao apresentar o percurso metodológico empreendido em uma pesquisa sobre os impactos do Programa Bolsa Família, Dornelles (2010) utiliza o conceito de “exclusão social” para se referir à situação das famílias beneficiárias, contudo sem desenvolver com clareza o que a categoria representa. Tratando-se de uma investigação quanti-qualitativa promovida na região metropolitana de Salvador, no estado da Bahia, em três municípios: Camaraçã, Candeias e Simões Filho, a pesquisadora relata com detalhes os passos utilizados nas entrevistas feitas com os usuários, os técnicos e os parceiros do programa (gestores, agentes sociais e lideranças comunitárias).

Não abordando no decorrer do trabalho uma discussão teórica ou empírica sobre a “exclusão”, a autora indica que o Programa Bolsa Família tem efeitos positivos sobre os beneficiários ao estimular a permanência das crianças e jovens na escola e ao incrementar a renda daqueles que tem pouco ou quase nenhum recurso financeiro. Ademais, as ações empreendidas não solucionam a situação de pobreza ou mesmo asseguram o empoderamento das titulares (dado que as mulheres tem essa prerrogativa).

Neste sentido, Dornelles (2010) finaliza suas reflexões afirmando que no Brasil são necessárias intervenções continuadas que fortaleçam as políticas sociais, tanto em nível local quanto regional, devendo ser elas orientadas para a garantia de direitos e para a superação da pobreza.

Werlang e Mendes (2013), sob outra perspectiva, ao investigarem o sofrimento social através da literatura produzida sobre o assunto, relacionam o tema à “exclusão” e ao fenômeno da “autoexclusão”. Pensando que o sofrimento sempre esteve presente na história da humanidade (caracterizando-se como uma resposta dada frente à dor), sugerem que esse sentimento na sociedade contemporânea tem assumido uma dimensão patológica, principalmente quando relacionada ao trabalho.

Tendo em mente que a reestruturação produtiva tem levado um contingente cada vez maior de trabalhadores ao desemprego e ao subemprego, as estudiosas observam que o sofrimento tem se disseminado afetando homens e mulheres. Encontrado na interseção entre o psíquico e o social, o sofrimento no trabalho se expande nesta sociedade onde as proteções sociais estão esgarçadas dando lugar à vulnerabilidade relacionada à quebra dos vínculos empregatícios.

A falta do trabalho gera isolamento e esse fato, por sua vez, poderia produzir processos de exclusão, de desfiliação. Para Castel, a vulnerabilidade social traria em seu bojo a precariedade do trabalho e, ao mesmo tempo, a ausência dos suportes de proximidade, dos suportes sociais geradores de confiança. Desta forma, a questão social seria caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manutenção da coesão social. (WERLANG; MENDES, 2013, p. 749)

Nestes termos, o sofrimento social está intrinsicamente relacionado à precariedade da sociedade atual que delega aos indivíduos a responsabilidade por sua autonomia sem oferecer, em contrapartida, os suportes sociais necessários para sua efetivação. A ausência de emprego e a perda de outros objetos sociais (isto é, qualquer tipo de segurança, *status*, ou vínculo social), como a saúde, a moradia, o dinheiro, geram processos de “exclusão” que em situações de precariedade estimulam o sofrimento.

Das patologias contemporâneas surgidas em tempos de mundialização do capital, as autoras sublinham a síndrome da “autoexclusão”. Compreendendo um tipo de desencorajamento, uma dessubjetivação, essa síndrome impossibilita o ser humano de se reconhecer como sujeito. Negando a si mesma, a pessoa se exclui a fim de não sofrer mais diante da precariedade que vivencia.

O termo autoexclusão, neste sentido, articularia uma psicogênese e, ao mesmo tempo uma sociogênese. A exclusão significa o lado externo da comunidade humana, de não ser reconhecido como membro de uma comunidade ou um grupo social determinado. No plano social, implicaria estar excluído do trabalho, da habitação, da cultura, da cidadania, das relações sociais. No plano psíquico, dá o sentido do sentir-se excluído das comunidades de pertencimento, de não estar inscrito em um grupo social ou societal determinado. O termo auto, por sua vez, traz a atividade psíquica interna que subjaz à situação da exclusão que o sujeito perde a capacidade de exercer sobre si mesmo uma atividade psíquica que mude a situação para não sofrer. Essa atividade psíquica responde ao ambiente social e, simultaneamente, responde à história do sujeito, ao processo de dessocialização. (WERLANG; MENDES, 2013, p. 762)

Em síntese, o sofrimento social permeia as relações construídas sob a égide de uma sociedade precarizada sendo tanto de natureza objetiva quanto subjetiva. A “autoexclusão”, como uma expressão desse tipo de sofrimento, indica que os sujeitos têm perdido a confiança em suas próprias forças e por isso aberto mão de sua liberdade, ou seja, que eles têm se autoalienado para não sofrerem. Como uma possibilidade de enfrentamento ao problema, as estudiosas propõem a criação de uma “clínica da precariedade” que seja capaz de combater o fenômeno a partir do reconhecimento do outro.

Tendo em vista os artigos produzidos pelos assistentes sociais nos anos 2000, sobretudo as realidades colocadas em foco por cada profissional, identifico que as definições sobre a “exclusão social” se mostram plurais como já apontavam os documentos das décadas de 1980 e 1990. Caracterizando-se como a negação dos direitos e/ou da cidadania, a rejeição da esfera da humanidade, a discriminação negativa baseada em rituais proclamados e legitimados, a expulsão do mundo do trabalho e a situação de privação coletiva, a “exclusão” está localizada no âmbito econômico, jurídico, cultural, político, urbano e sociofamiliar.

À semelhança de alguns estudiosos de outros campos do conhecimento (conforme sinalizado no capítulo precedente), para os profissionais de Serviço Social a “exclusão” diz respeito a uma situação, processo ou estado que atinge o ser social em sua singularidade, mas que tem sua gênese na sociedade e sua (re)produção nas relações sociais. A ideia que a “exclusão” é o mesmo que “estar fora”, seja de algum espaço físico ou simbólico, se repõe a cada interpretação podendo ser tal lugar tanto o mercado formal de trabalho, quanto a família, a escola, a cidade formal, a cidadania e as instituições de saúde.

Devo ressaltar que não há uma acepção única do conceito nos documentos consultados, por isso a tentativa de reconstrução do pensamento dos pesquisadores em termos de uma definição única seria falaciosa e virtual. Existem assistentes sociais que caracterizam a “exclusão” de maneira assemelhada, sugerindo inclusive a presença de correntes teóricas comuns, todavia não há uma garantia de que as opiniões sejam as mesmas. Na verdade, verifico que as abordagens são heterogêneas podendo tal evidência ser vista no apontamento dos “excluídos”, sendo eles: os dependentes químicos, os migrantes, os portadores de HIV/Aids, os portadores de transtorno mental, as mulheres em situação de violência doméstica, os moradores de ocupações irregulares, os desempregados, entre outros.

Em comparação com o capítulo anterior, observo que entre os profissionais aqui abordados existe a predominância da matriz interpretativa que afirma a existência da “exclusão”. Todos eles sugerem o conceito sem negá-lo ou restringi-lo. Entretanto, há uma contradição clara. Ao suscitar o assunto, parte desses estudiosos não apresenta qualquer sistematização teórica ou empírica utilizando o vocábulo sem atribuir-lhe um significado explícito. Em outras palavras, fazem alusão à exclusão, porém não indicam uma definição clara dificultando a visualização daquilo que estão nomeando.

Acreditando que a ausência de definição (ou sua imprecisão) pode se tornar prejudicial para a produção de conhecimento, noto que pode estar em processo uma banalização do conceito de “exclusão” que depõe contra o rigor teórico-metodológico preconizado na formação profissional em Serviço Social. Essa observação – corroborada pela presença de dados quantitativos em dois dos textos consultados sem remissão ao universo de pesquisa, amostragem e período de aplicação dos questionários – deve servir de alerta para que as sistematizações teóricas não se tornem vagas.

Por último, destaco que a maioria dos estudiosos buscaram articular a discussão da “exclusão social” às experiências empíricas se preocupando em entender as particularidades da formação brasileira. Parece-me que esse exercício de aproximação do conceito à realidade torna profícuo seu uso, facilitando a promoção do diálogo entre os pesquisadores e a construção das análises sobre a temática.

#### 4.4 “Exclusão” ou “questão social”?

À medida que entrei em contato com o “ponto de vista” dos assistentes sociais sobre a “exclusão” pude perceber a aproximação que esses profissionais estabelecem entre o assunto e a “questão social”. Aparecendo de maneira explícita em alguns textos, enquanto em outros sua presença era apenas marginal, esse último conceito se revelou um parâmetro (isto é, uma chave de leitura) para o primeiro.

Conforme nos indicam Netto (2001) e Iamamoto (2001), a “questão social” é a matéria sobre a qual os assistentes sociais se debruçam em seu exercício profissional. Podendo ser caracterizada, dentro da tradição marxista, como a exploração existente na relação entre capital e trabalho – ou mais especificadamente como o conjunto das desigualdades econômicas, sociais e políticas surgidas com a emergência da classe trabalhadora, sendo indissociável da lógica de acumulação da sociedade capitalista –, a existência da “questão social” tem sido a razão de ser do Serviço Social.

Com efeito, uma vez suprimida a ordem do capital tanto a “questão social” quanto o Serviço Social desapareceriam. Utilizada entre aspas por ser estranha à tradição marxista, a categoria foi empregada pela primeira vez por filantropos e críticos sociais para se referir ao pauperismo enfrentado nos idos da década de 1830. Possuindo mais de uma definição, foi amplamente usada por pensadores localizados nos mais variados campos do espectro ideopolítico até que começou a ser pensada à luz da teoria social de Marx.

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. (NETTO, 2001, p. 46)

Incorporada oficialmente pelo Serviço Social brasileiro na década de 1990, a “questão social” tornou-se objeto da profissão em um contexto no qual os

assistentes sociais se aproximam da obra marxiana e de seus intérpretes (OLIVEIRA, 2009). Caudatária do “Movimento de Reconceituação”<sup>31</sup>, essa proximidade estimulou a apropriação do conceito que passou a ser utilizado em referência ao modo de produção capitalista, que por um lado gera riqueza expropriada pelo capital e por outro pobreza partilhada pelo trabalho.

Por conseguinte, observando a incorporação do conceito de “questão social” pelo Serviço Social brasileiro, podemos estabelecer algumas relações que nos amparam na análise da “exclusão”. Em primeiro lugar, nos artigos consultados, os profissionais ao estabelecer uma correlação entre os dois temas acabam dirimindo seus contornos e não explicitando os nexos existentes entre eles. Dito de outro modo, ao mencionarem a “questão social” esses pesquisadores não a caracterizam a ponto de que seja compreensível sua proximidade com a “exclusão”, provocando, em decorrência, um esvaziamento do debate.

Diferentemente do capítulo precedente, no qual os assistentes sociais apresentam de modo evidente a “questão social” (servindo ela inclusive de referência para refutar a existência da “exclusão”), nos periódicos sua presença é destituída de explicitações objetivas. Não me parece estranho que diante da importância que assumiu para a profissão a categoria emergja nos artigos e que os autores façam remissão a ela, contudo da forma como é tratada – sem uma caracterização prévia – sua operacionalização se mostra débil. É justamente esse uso genérico da “questão social” que pode descambar em uma explicação inerte da realidade, esvaziando-a de sentido.

A meu ver, a aproximação entre os conceitos de “exclusão” e “questão social” sem as devidas mediações não corrobora para o estudo das relações sociais, ao contrário, apenas o embaraça permanecendo obscura suas interfaces. Nesse sentido, a adoção de definições claras tendem a restringir o problema da imprecisão conceitual facilitando, por sua vez, a comparação entre abordagens teóricas distintas, o que não significa que as ambiguidades existentes serão eliminadas.

Em segundo lugar, ao retomar a categoria “questão social” podemos observar que *a priori* nenhum conceito pode ser considerado adequado ou inadequado para a

---

<sup>31</sup> Iniciado em meados de 1965, o “Movimento de Reconceituação” operou a revisão das práticas e das reflexões conservadoras na profissão, tendo como mote a conjuntura sociopolítica latino-americana. O movimento não foi homogêneo e as forças das ditaduras militares, instaladas em diversos países, jogaram contra o avanço dos seus setores mais críticos que eram municiados pela teoria social de Marx. (NETTO, 2005)

representação do real. O que determinará sua adequabilidade será a forma como o caracterizamos e a tentativa que fazemos de tentar aproximá-lo do mundo concreto, apreendendo por meio dele a dinâmica da realidade. Deste modo, não existe aquele conceito mais próximo dos sujeitos e das suas relações compartilhando com eles a mesma essência. Os conceitos são operações mentais produzidas e reproduzidas pelos homens, logo, sua variabilidade existe também conforme a diversidade da experiência humana.

Por último, ao ponderar sobre a “exclusão” e a “questão social”, entendo que é de responsabilidade do pesquisador a busca pela representação do movimento da realidade, sendo fundamental a clareza na sua utilização para que não haja confusões ou imprecisão. Com efeito, insisto que os conceitos não devem ser encarados como naturais, posto que são criações humanas, e neste sentido que a confiabilidade de uma categoria não deve ser resumida a sua simples grafia, mas ao sentido impingido a ela pelo estudioso.

## 5 CONCLUSÃO

Debruçando-me, primeiramente, sobre a etnografia, acompanhei alguns estudiosos que discutiam o assunto e situei as polêmicas que a envolviam sob a forma de duas perguntas centrais: 1ª) A etnografia é um tipo de escrita? 2ª) Possui ela rigor científico para lançar luz sobre a realidade? Entendendo que a atividade não se restringia à escrita ou a maneira de “colocar as coisas no papel”, acabei caracterizando-a como um exercício de alteridade no qual o pesquisador se aproxima de uma realidade desconhecida buscando torná-la inteligível. Não estando preocupado em valorar as diferenças, mas sim em entender a diversidade da existência humana, argumentei ainda que se trata de um exercício exclusivamente científico que busca apreender a realidade, sendo seus pilares formativos a teoria e a pesquisa de campo.

Indicando que a etnografia deve questionar a neutralidade científica de cariz positivista, pontuei que a presença do “teórico-pesquisador de campo” revela de maneira honesta seu engajamento frente ao tema que estuda, deixando entrever no texto escrito seus posicionamentos ideopolíticos, éticos e teóricos. Desse modo, além de interpretativo, o exercício etnográfico pode ser encarado como descritivo e analítico dado que se detém sobre a realidade nativa com o intento de desmistificá-la. Tendo em mente o “campo de pesquisa”, sinalizei que por volta da década de 1960 sua concepção se alarga para além das aldeias “nativas” e, então, sugeri que os documentos também fossem encarados como campo de investigação etnográfica.

Identificando, em seguida, os documentos como registros de situações, fatos, eventos, lugares e pessoas que deixaram de existir ou que ainda existem (uma espécie de ponte entre o passado e o presente), apontei que eles poderiam ser de natureza iconográfica, cinematográfica ou escrita. Com efeito, declarei que em minha abordagem privilegiaria os documentos escritos sendo, basicamente, utilizados livros, artigos de periódicos e de anais de congresso. Esclarecendo que esses trabalhos são frutos de sistematizações teóricas, os destaquei como representações do mundo concreto produzidas por aquele que escreve.

Definindo a abordagem etnográfica de documentos como um exercício de alteridade que tem os documentos como campo de pesquisa, anunciei que meus “nativos” eram os assistentes sociais brasileiros e que minha preocupação estava

voltada para seu “ponto de vista” a respeito da “exclusão social”. Neste sentido, antes de dedicar integralmente minha atenção sobre o desenvolvimento do assunto no Serviço Social, realizei uma reconstrução histórica do conceito, desde sua gênese até a atualidade, elegendo como foco o debate acadêmico no Brasil.

Lançando mão das reflexões produzidas por sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, dentre outros profissionais, aponte que entre as décadas de 1960 e 1970 surgiram os primeiros trabalhos acerca da “exclusão social”. Tratando-se de uma expressão genérica, a “exclusão” naquele momento histórico ainda não se configurava como uma categoria científica formada. Percebida como uma disfunção social ou como uma dificuldade pessoal na qual se encontravam os pobres, era utilizada para se referir aos idosos, pessoas com deficiência, usuários de álcool e drogas, crianças em situação de violência, entre outros, não havendo uma elaboração teórica clara a seu respeito.

No decorrer das décadas de 1980 e 1990, notei que de um vocábulo impreciso a “exclusão social” passa a adquirir uma dimensão conceitual-científica delimitada e se espraia alcançando o Brasil. Os estudiosos começam a circunscrevê-la em suas obras possibilitando aos leitores uma visualização explícita de suas acepções. Vislumbrando, ainda, que a polissemia se mostrava como sua marca distintiva, observei que a categoria possuía definições diversas como a ruptura ou risco de quebra dos vínculos sociais, a negação de direitos e da cidadania, sendo também encarada um tipo de discriminação negativa baseada em procedimentos proclamados e legítimos.

Guardando uma íntima relação com as abordagens particulares de cada pesquisador, entendi que a “exclusão” variava conforme os aspectos da realidade em foco. Por consequência, diferentemente da sua gênese quando era utilizada como uma palavra qualquer, ela começava a ser empregada de maneira restrita tendo em vista as situações em investigação e, por isso, poderia se referir às pessoas em situação de rua, aos desempregados, aos pobres, aos trabalhadores dos setores informais, às pessoas com doenças infectocontagiosas (HIV/Aids, hanseníase), aos homossexuais, aos imigrantes ilegais, às pessoas com deficiência, aos criminosos, aos índios e aos negros.

Sublinhando a existência de profissionais que negam a existência da “exclusão”, observei que a maioria dos autores consultados até aquele momento partia do raciocínio que “excluir” significava “estar fora”. Esse “estar fora” tendo como

referentes o mercado formal de trabalho, as relações sociofamiliares, a esfera dos direitos, e a própria condição humana, remetia a uma situação na qual o ser social era tornado “desnecessário” e, portanto, passível de discriminação, preconceito, estigmatização, violência e extermínio.

Atento aos anos 2000, me aproximei das reflexões produzidas pelos assistentes sociais e descobri que a “questão social” se configurava como outro importante referente para a “exclusão”, sendo empregada tanto para afirmar quanto para refutar sua existência. Oportunamente, retomei todos os documentos que havia consultado e propus a existência de três matrizes interpretativas que sintetizavam o pensamento daqueles pesquisadores. A primeira matriz declarava que a “exclusão social” não existia, estando todos os homens incluídos ainda que precariamente no modo de produção capitalista. A segunda, por sua vez, afirmava a existência da “exclusão” sendo ela sinônimo de “estar fora” fosse do mundo do trabalho, da economia, das famílias, da esfera dos direitos, ou da humanidade. E a última, também considerando sua existência, alertava que ela não deveria ser confundida com outras categorias como a “questão social” ou a “nova pobreza”.

Naquela altura, partindo para a discussão que motivava meu estudo, voltei-me para o Serviço Social e estabeleci como objetivo analisar as definições de “exclusão social” empregadas pelos assistentes sociais brasileiros entre os anos de 1980 e 2013. Demarcando como campo de pesquisa os periódicos da área, escolhi três revistas que passaram a compor meu universo de investigação, foram elas: “Serviço Social & Sociedade”, “Serviço Social em Revista” e “Textos & Contextos”.

Recuperando as 166 publicações que conformavam aqueles periódicos, usei como descritores as expressões “exclusão”, “exclusão social”, e “excluídos”, passando a procurar nos títulos, resumos e palavras-chaves os artigos que versavam sobre minha temática de estudo. Ao final, encontrei 31 trabalhos que discutiam a “exclusão” dos quais escolhi 15 para análise por terem sido escritos (exclusivamente ou em parceria) por assistentes sociais do Brasil.

Acompanhando os trabalhos das décadas de 1980 e 1990, pude verificar que os profissionais de Serviço Social se preocupavam em precisar o conceito – situando-o tanto no campo físico quanto simbólico – e que também tinham a “questão social” como referente. Nos anos 2000 essa última categoria apareceu novamente nos documentos, às vezes de maneira explícita e em outras de forma marginal, sugerindo ser um parâmetro para a discussão da “exclusão”, ainda que

suas interfaces não fossem destacadas pelos autores. De maneira geral, as definições de “exclusão” continuaram se mostrando plurais, variando de acordo com os pesquisadores, sendo caracterizadas como: a negação dos direitos e/ou da cidadania, a rejeição da esfera da humanidade, a discriminação negativa baseada em rituais proclamados e legitimados, a expulsão do mundo do trabalho e também como a situação de privação coletiva.

Notando que nos artigos de periódicos havia a predominância da matriz interpretativa que asseverava a existência da “exclusão social”, averigui que alguns assistentes sociais se referiam ao conceito, mas não lhe atribuíam um significado. Destituídos de sistematizações teóricas ou empíricas sobre o assunto, esses documentos fizeram um uso indefinido e virtual da “exclusão” o que me sinalizou uma situação de banalização da categoria e uma falta de rigor teórico-metodológico. Percebendo, contudo, que a maioria dos textos apresentava uma definição explícita, avaliei como profícuo o estabelecimento de nexos entre a realidade empírica e o conceito, especialmente a aproximação empreendida pelos autores com a formação sociohistórica brasileira.

Em termos gerais, identifiquei que entre os profissionais de Serviço Social arguidos foi confirmada a ideia que a “exclusão” significava “estar fora” (do mercado formal de trabalho, da escola, dos direitos, da cidade formal, das instituições de saúde, entre outros) se referindo a uma situação, processo, ou estado que atinge o ser social em sua singularidade, mas que tem sua gênese na sociedade e sua (re)produção nas relações sociais. Reiterando que não há uma acepção única para a categoria, relatei que os “excluídos” para eles poderiam ser os dependentes químicos, os migrantes, os portadores de HIV/Aids, os portadores de transtorno mental, as mulheres em situação de violência doméstica, os moradores de ocupações irregulares e os desempregados.

Agora, já a guisa de conclusão, ao me deparar com meu próprio documento, vejo que as interpretações aqui produzidas não estão finalizadas no sentido de se encerrarem em si mesmas. Antes, abertas ao diálogo, permanecerão em construção podendo ser vistas e revistas pelos mais diferentes interlocutores. Regado por temores (devo dizer), este trabalho trouxe de maneira exaustiva (talvez excessiva) os relatos dos próprios “nativos” acerca da “exclusão social”. De fato não sei se foram exacerbadas as descrições, contudo foi esse caminho que encontrei para

privilegiar seus pensamentos e não incorrer em uma análise generalista que suprimisse sua existência.

Com a abordagem etnográfica de documentos pude contemplar o conceito de “exclusão”, sem me preocupar em valorá-lo, e isso me permitiu entender que nenhuma categoria *a priori* é boa ou má, adequada ou inapropriada, para a representação do real. Noto, hoje, que sua adequabilidade depende da forma como a definirmos e de como ela estará relacionada à realidade. Só para citar um exemplo, podemos nos lembrar do conceito de “questão social” que surgiu fora da tradição marxista, e do âmbito do Serviço Social, sendo posteriormente incorporado à profissão e empregado à luz da teoria social de Marx (ganhando legitimidade entre os assistentes sociais brasileiros).

Neste sentido, considero válida a utilização da categoria “exclusão social” desde que empregada com a adoção de uma definição clara por parte do pesquisador, tendo ele em vista a realidade concreta. O diálogo entre os profissionais de Serviço Social também se faz fundamental na legitimação do conceito, sendo igualmente profícuo o debate entre aqueles que se opõem e que se colocam a favor de sua utilização. Em suma, dessa minha experiência singular o que fica é a certeza que qualquer conceito é menor que o mundo concreto em sua dinâmica viva. Cabe a nós nos aproximarmos dele e por esse movimento de abstração tentar capturá-lo, traduzi-lo, representá-lo, porém estando cientes que sua totalidade é infinita e emaranhada.

## REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. Cidadania e exclusão social: o mundo desenvolvido em questão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 76, p. 118-141, nov. 2003.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Uma alternativa à exclusão social? Unidades produtivas comunitárias em Recife (1979/1985). **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 39, p. 136-143, maio/ago. 1992.

BRASIL. **Qualis Periódicos**. Disponível em: < [www.capes.gov.br/avaliacao/capes](http://www.capes.gov.br/avaliacao/capes) > Acesso em: 10 fev. 2013

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBECK, Maria Carmelita (Orgs.) **Desigualdade e a questão Social**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUC, 2011a. Cap. 1, p. 21-54.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBECK, Maria Carmelita (Orgs.) **Desigualdade e a questão Social**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUC, 2011b. Cap. 4, p. 277-306.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COSTA, Selma Frossard. O processo de reinserção social do dependente químico após completar o ciclo de tratamento em uma comunidade terapêutica. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. [s.n], jan./jun. 2001. Disponível em: < [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n2\\_processo.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_processo.htm) >. Acesso em: 03 out. 2012.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 36, p.7-32, 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, out. 2004.

DORNELLES, Denise Yasodã Freitas. Percurso metodológico de análise do Programa Bolsa Família na RMS/Bahia: estudo de caso de Camaçari, Candeias e Simões Filho. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 132-149, jan./jun. 2010. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/issue/view/442> > Acesso em: 03 out. 2012.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 34-58, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 91-107, fev. 2002.

GONÇALVES, Patricia Palmeira; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. Moradores da Poligonal Primavera: implicações de uma ocupação irregular. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 10, n. 2, p. [s.n], jan./jul. 2008. Disponível em: < [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n2\\_patricia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n2_patricia.htm) > Acesso em: 03 out. 2012.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (ABEPSS), ano 2, n. 3, p. 09-32, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda. Fenómeno social de la exclusión. In: SEVERINI, Sonia (Coord.). **Trabajo social y mundialización**: etiquetar desechables o promover inclusión. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2002. p. 28-40.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 52, p. 106-126, dez. 1996.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 1 ed. 15. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; SIMAN, Lana Mara de Castro. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: ed. da UFMG, 1999.

LEAL, Giuliana Franco. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambú. **Anais...** Minas Gerais: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. p. 1-17.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 3, p. 93-129.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 1. ed. 5. reimpr. São Paulo: Paulus, 1997.

MAY, TIM. **Pesquisa social, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, Maria Bernadette de Moraes. Interdição civil: uma exclusão oficializada? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 1-21, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/issue/view/90>> Acesso em: 03 out. 2012.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **O uso dos conceitos**: uma questão de interdisciplinaridade. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 21, p. 29-47, jul./dez. 1994.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (ABEPSS), ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceitualização 40 anos depois. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 5-20, set. 2005.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Equidade e exclusão social sob o prisma do financiamento à saúde no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. [s.n], jan./jun. 2001. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n2\\_equidade.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_equidade.htm)> Acesso em: 03 out. 2012.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; SIMONATTO, Ivete; SILVA, Maria Geusina da. Fronteira Mercosul – processos de inclusão/exclusão no sistema único de saúde brasileiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 6, n. 1, p. [s.n], jul./dez. 2003. Disponível em: < [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v6n1\\_vera.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v6n1_vera.htm)> Acesso em: 03 out. 2012.

OLIVEIRA, Luciano. Os ‘excluídos’ existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, p. [s.n], 1997. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs\\_00\\_33/rbcs33\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs_00_33/rbcs33_04.htm)> Acesso em: 03 out. 2012.

OLIVEIRA, Silvia Marques Dantas de. **Gênero, questão social e serviço social: um olhar feminista**. 2009.153f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Recife.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAUGAM, Serge. Abordagem sociológica da exclusão. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Ed). **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999a. p. 49-62.

PAUGAM, Serge. O conceito de desqualificação social. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Ed). **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999b. p. 63-79.

PAUGAM, Serge. O debate em torno de um conceito: pobreza, exclusão e desqualificação social. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Ed). **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999c. p. 115-125.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. **Série Antropologia**, Brasília, v. 130, p. 2-21, 1992.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 1. ed. 6. reimpr. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

REIS, Carlos Nelson dos; HERPICH, Marta Carrer. Exclusão social e descentralização político-administrativa: a especificidade da política de assistência social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 1-13, dez. 2003. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/issue/view/87>> Acesso em: 03 out. 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Regina Maria dos. O serviço social e a exclusão/inclusão social dos portadores de HIV/Aids: demandas e desafios nos hospitais públicos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 7-28, mar. 2006.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011a. p. 7-13.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011b. p. 99-119.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs.) **Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVER, Hilary. Exclusión social y solidaridad social: tres paradigmas. **Revista Internacional del trabajo**, v. 113, n 5-6, p. 607-662, 1994.

SPOSATI, Aldaíza. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 4-5, dez. 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do equador. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (Ed). **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999. p. 126-138.

TAVARES, Fabricio André; PEREIRA, Gislaine Cristina. Reflexos da dor: contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 410-424, jul./dez. 2007. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/issue/view/93> > Acesso em: 03 out. 2012.

TELES, Leda. Dependência de empregada. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 27, p. 101-109, set. 1988.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. Cap. 1, p. 17-27.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 55, p. 74-83, nov. 1997.

WERLANG, Rosangela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 743-768, out./dez. 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília (ABEPSS), ano 2, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.

ZIONE, Fabiola. Exclusão social: noção ou conceito. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 15-29, set./dez. 2006.

**APÊNDICE A – PERIÓDICOS DE SERVIÇO SOCIAL CONSULTADOS**

| <b>SERVIÇO SOCIAL &amp; SOCIEDADE - A1</b>      |               |                  |
|-------------------------------------------------|---------------|------------------|
| <b>Volume</b>                                   | <b>Número</b> | <b>Ano</b>       |
| I - Política Social                             | 1             | Setembro de 1979 |
| I- (Sem nome)                                   | 2             | Março de 1980    |
| I - Novos espaços                               | 3             | Outubro de 1980  |
| II - Teoria                                     | 4             | Dezembro de 1980 |
| II (Sem nome)                                   | 5             | Março de 1981    |
| III - Prática social                            | 6             | Setembro de 1981 |
| III - Poder e busca da participação             | 7             | Dezembro de 1981 |
| III - Prática profissional e movimentos sociais | 8             | Março de 1982    |
| III - O discurso profissional                   | 9             | Agosto de 1982   |
| IV - (Sem nome)                                 | 10            | Dezembro de 1982 |

|                                                  |    |                  |
|--------------------------------------------------|----|------------------|
| IV (Sem nome)                                    | 11 | Abril de 1983    |
| IV - Os 50 anos                                  | 12 | Agosto de 1983   |
| IV - Ideologia, instituição e movimentos sociais | 13 | Dezembro de 1983 |
| V - Formação Profissional                        | 14 | Abril de 1984    |
| V - Prática de ensino                            | 15 | Agosto de 1984   |
| VI - Serviço Social e Saúde                      | 16 | Dezembro de 1984 |
| VI (Sem nome)                                    | 17 | Abril de 1985    |
| VI – Trabalho                                    | 18 | Agosto de 1985   |
| VI - (Sem nome)                                  | 19 | Dezembro de 1985 |
| VII (Sem nome)                                   | 20 | Abril de 1986    |
| VII (Sem nome)                                   | 21 | Agosto de 1986   |
| VII (Sem nome)                                   | 22 | Dezembro de 1986 |
| VIII (Sem nome)                                  | 23 | Abril de 1987    |
| VIII (Sem nome)                                  | 24 | Agosto de 1987   |

|                                     |    |                  |
|-------------------------------------|----|------------------|
| VIII (Sem nome)                     | 25 | Dezembro de 1987 |
| IX (Sem nome)                       | 26 | Abril de 1988    |
| IX - (Sem nome)                     | 27 | Setembro de 1988 |
| IX (Sem nome)                       | 28 | Dezembro de 1988 |
| X (Sem nome)                        | 29 | Abril de 1989    |
| X - Número Comemorativo dos 10 anos | 30 | Abril de 1989    |
| X (Sem nome)                        | 31 | Dezembro de 1989 |
| XI (Sem nome)                       | 32 | Maio de 1990     |
| XI (Sem nome)                       | 33 | Agosto de 1990   |
| XI (Sem nome)                       | 34 | Dezembro de 1990 |
| XII (Sem nome)                      | 35 | Abril de 1991    |
| XII (Sem nome)                      | 36 | Agosto de 1991   |
| XII (Sem nome)                      | 37 | Dezembro de 1991 |
| XIII (Sem nome)                     | 38 | Abril de 1992    |

|                                           |    |                     |
|-------------------------------------------|----|---------------------|
| XIII (Sem nome)                           | 39 | Maio/Agosto de 1992 |
| XIII (Sem nome)                           | 40 | Dezembro de 1992    |
| XIV (Sem nome)                            | 41 | Abril de 1993       |
| XIV (Sem nome)                            | 42 | Agosto de 1993      |
| XIV (Sem nome)                            | 43 | Dezembro de 1993    |
| XV (Sem nome)                             | 44 | Abril de 1994       |
| XV (Sem nome)                             | 45 | Agosto de 1994      |
| XV (Sem nome)                             | 46 | Dezembro de 1994    |
| XVI - (Sem nome)                          | 47 | Abril de 1995       |
| XVI (Sem nome)                            | 48 | Agosto de 1995      |
| XVI (Sem nome)                            | 49 | Novembro de 1995    |
| XVII - O Serviço Social no século XXI     | 50 | Abril de 1996       |
| XVII - Identidade e formação profissional | 51 | Agosto de 1996      |
| XVII - Mundo do trabalho                  | 52 | Dezembro de 1996    |

|                                                   |    |                  |
|---------------------------------------------------|----|------------------|
| XVIII - Política Social e direitos                | 53 | Março de 1997    |
| XVIII - Descentralização, cidadania, participação | 54 | Julho de 1997    |
| XVIII - Mínimos Sociais, exclusão social          | 55 | Novembro de 1997 |
| XIX - Assistência Social, sociedade civil         | 56 | Março de 1998    |
| XIX - Temas contemporâneos                        | 57 | Julho de 1998    |
| XIX - Terceiro setor e movimentos sociais hoje    | 58 | Novembro de 1998 |
| XX - Espaço público, cidadania, terceiro setor    | 59 | Março de 1999    |
| XX - Crise e proteção social                      | 60 | Julho de 1999    |
| XX - 20 Anos                                      | 61 | Novembro de 1999 |
| Processo de trabalho e assistência social         | 62 | Março de 2000    |
| XXI - O enfrentamento da pobreza em questão       | 63 | Julho de 2000    |
| XXI - Modernidade: sombras e lutas                | 64 | Novembro de 2000 |
| XXII - Seguridade social e cidadania              | 65 | Março de 2001    |
| XXII - Fórum Social: gestão de políticas          | 66 | Julho de 2001    |

|                                                   |    |                             |
|---------------------------------------------------|----|-----------------------------|
| XXII - Temas sócio-jurídicos                      | 67 | Setembro de 2001 (Especial) |
| XXII - Assistência e Proteção Social              | 68 | Novembro de 2001            |
| XXIII - Multifaces do trabalho                    | 69 | Março de 2002               |
| XXIII – Violência                                 | 70 | Julho de 2002               |
| XXIII – Famílias                                  | 71 | Setembro de 2002 (Especial) |
| XXIII - Cidade, proteção e controle social        | 72 | Novembro de 2002            |
| XXIV - Políticas públicas e sociedade civil       | 73 | Março de 2003               |
| XXIV - Saúde, qualidade de vida e direitos        | 74 | Julho de 2003               |
| XXIV - Velhice e Envelhecimento                   | 75 | Setembro de 2003 (Especial) |
| XXIV - Estado e Regulação social                  | 76 | Novembro de 2003            |
| XXV - Assistência Social, políticas e direitos    | 77 | Março de 2004               |
| XXV - Gestão Pública                              | 78 | Julho de 2004               |
| XXV - Serviço Social: formação e projeto político | 79 | Setembro de 2004 (Especial) |
| XXV - Política de Assistência Social              | 80 | Novembro de 2004            |

|                                                                |    |                             |
|----------------------------------------------------------------|----|-----------------------------|
| XXVI - Temas em debate                                         | 81 | Março de 2005               |
| XXVI - Trabalho e saúde                                        | 82 | Julho de 2005               |
| XXVI - Criança e adolescente                                   | 83 | Setembro de 2005 (Especial) |
| XXVI - Reconceituação do Serviço Social: 40 anos               | 84 | Novembro de 2005            |
| XXVII - Ética, execução de políticas, democracia participativa | 85 | Março de 2006               |
| XXVII - Espaço público e direitos sociais                      | 86 | Julho de 2006               |
| XXVII - SUAS E SUS                                             | 87 | Setembro de 2006 (Especial) |
| XXVII- Espaço público e controle social                        | 88 | Novembro de 2006            |
| XXVII - Ética pública e cultura de direitos                    | 89 | Março de 2007               |
| XXVII - Gestão pública                                         | 90 | Junho de 2007               |
| XXVIII - Projeto profissional e conjuntura                     | 91 | Setembro de 2007 (Especial) |
| XXVIII - Política social, desafios para o Serviço Social       | 92 | Novembro de 2007            |
| XXIX - Trabalho e trabalhadores                                | 93 | Março de 2008               |
| XXIX - Exame de proficiência em debate                         | 94 | Junho de 2008               |

|                                                          |     |                                     |
|----------------------------------------------------------|-----|-------------------------------------|
| XXIX - Serviço Social, memória e história                | 95  | Setembro de 2008 (Especial)         |
| XXIX - Memória do Serviço Social, políticas públicas     | 96  | Novembro de 2008                    |
| XXX - Serviço Social, história e trabalho                | 97  | Janeiro/Março de 2009               |
| XXX - Mundialização do capital e Serviço Social          | 98  | Abril/Junho de 2009                 |
| XXX - Direitos, Ética e Serviço Social                   | 99  | Julho/ Setembro 2009                |
| XXX - O congresso da virada e os 30 anos da Revista      | 100 | Outubro/Dezembro de 2009            |
| XXX - Fundamentos críticos para o exercício profissional | 101 | Janeiro/Março de 2010               |
| XXX - Serviço Social e saúde: múltiplas dimensões        | 102 | Abril/Junho de 2010                 |
| XXX - Formação e exercício profissional                  | 103 | Julho/Setembro de 2010              |
| XXX - Crise social, trabalho e mediações profissionais   | 104 | Outubro/Dezembro de 2010 (Especial) |
| XXXI - Direitos sociais e política pública               | 105 | Janeiro/Março de 2011               |
| XXXI - Educação, trabalho e sociabilidade                | 106 | Abril/Junho de 2011                 |
| XXXI - Condições de trabalho, saúde                      | 107 | Julho/Setembro de 2011              |
| XXXI - Serviço Social no mundo                           | 108 | Outubro/Dezembro de 2011 (Especial) |

|                                                                                               |               |                                     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-------------------------------------|
| XXXII - Sociedade civil e controle social                                                     | 109           | Janeiro/Março de 2012               |
| XXXII - Questão agrária, pobreza                                                              | 110           | Abril/Junho de 2012                 |
| XXXII - Questão social: expressões contemporâneas                                             | 111           | Julho/Setembro de 2012              |
| XXXII - (Neo)desenvolvimentismo e política social                                             | 112           | Outubro/Dezembro de 2012 (Especial) |
| XXXIII - Proteção social e espaços sócio-ocupacionais                                         | 113           | Janeiro/Março de 2013               |
| XXXIII - Demandas sociais, desafios profissionais                                             | 114           | Abril/Junho de 2013                 |
| XXXIII -                                                                                      | 115           | Julho/Setembro de 2013              |
| XXXIII - Proteção social                                                                      | 116           | Outubro/Dezembro de 2013 (Especial) |
| <b>Observação:</b> A partir do número 73 são colocados palavras-chaves e resumos nos artigos. |               |                                     |
| <b>SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA - B2</b>                                                         |               |                                     |
| <b>Volume</b>                                                                                 | <b>Número</b> | <b>Ano</b>                          |
| v. 1                                                                                          | n. 1          | Jul/Dez 1998                        |
| v.1                                                                                           | n. 2          | Jan/ Jun 1999                       |
| v. 2                                                                                          | n. 1          | Jul/Dez 1999                        |

|      |      |               |
|------|------|---------------|
| v. 2 | n. 2 | Jan/ Jun 2000 |
| v. 3 | n.1  | Jul/Dez 2000  |
| v. 3 | n.2  | Jan/ Jun 2001 |
| v. 4 | n. 1 | Jul/Dez 2001  |
| v. 4 | n. 2 | Jan/ Jun 2002 |
| v. 5 | n. 1 | Jul/Dez 2002  |
| v. 5 | n. 2 | Jan/ Jun 2003 |
| v. 6 | n. 1 | Jul/Dez 2003  |
| v. 6 | n. 2 | Jan/ Jun 2004 |
| v. 7 | n. 1 | Jul/Dez 2004  |
| v. 7 | n. 2 | Jan/Jul 2005  |
| v. 8 | n. 1 | Jul/Dez 2005  |
| v. 8 | n. 2 | Jan/Jun 2006  |
| v. 9 | n. 1 | Jan/Dez 2006  |

|                    |     |              |
|--------------------|-----|--------------|
| v.9                | n.2 | Jan/Jun 2007 |
| v.10               | n.1 | Jan/Dez 2007 |
| v.10               | n.2 | Jan/Jul 2008 |
| v.11               | n.1 | Jan/Dez 2008 |
| v.11               | n.2 | Jan/Jun 2009 |
| v.12               | n.1 | Jul/Dez 2009 |
| v.12               | n.2 | Jan/Jun 2010 |
| v.13               | n.1 | Jul/Dez 2010 |
| v.13               | n.2 | Jan/Jun 2011 |
| v.14               | n.1 | Jul/Dez 2011 |
| v.14               | n.2 | Jan/Jun 2012 |
| v.15               | n.1 | Jul/Dez 2012 |
| v.15               | n.2 | Jan/Jun 2013 |
| <b>Observação:</b> |     |              |

| TEXTOS E CONTEXTOS - A2 |        |      |
|-------------------------|--------|------|
| Volume                  | Número | Ano  |
| v. 1                    | n. 1   | 2002 |
| v.2                     | n. 1   | 2003 |
| v. 3                    | n. 1   | 2004 |
| v. 4                    | n. 1   | 2005 |
| v. 5                    | n.1    | 2006 |
| v. 5                    | n.2    | 2006 |
| v. 6                    | n. 1   | 2007 |
| v. 6                    | n. 2   | 2007 |
| v. 7                    | n. 1   | 2008 |
| v. 7                    | n. 2   | 2008 |
| v. 8                    | n. 1   | 2009 |
| v. 8                    | n. 2   | 2009 |

|                    |      |      |
|--------------------|------|------|
| v. 9               | n. 1 | 2010 |
| v. 9               | n. 2 | 2010 |
| v. 10              | n. 1 | 2011 |
| v. 10              | n. 2 | 2011 |
| v. 11              | n. 1 | 2012 |
| v. 11              | n. 2 | 2012 |
| v.12               | n.1  | 2013 |
| v.12               | n.2  | 2013 |
| <b>Observação:</b> |      |      |

**APÊNDICE B – ARTIGOS QUE DISCUTEM A “EXCLUSÃO SOCIAL”**

| <b>SERVIÇO SOCIAL &amp; SOCIEDADE - A1</b> |                                                                             |                                          |                           |                                                                                                             |
|--------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                            | <b>Título</b>                                                               | <b>Autor(a)</b>                          | <b>Profissão</b>          | <b>Artigo</b>                                                                                               |
| <b>1</b>                                   | <b>Ano IX, n.27, setembro de 1988</b>                                       | <b>Leda Teles</b>                        | <b>Assistente Social</b>  | <b>Dependência de empregada (O espaço de exclusão)</b>                                                      |
| <b>2</b>                                   | <b>Ano XIII, n. 39, maio/agosto 1992.</b>                                   | <b>Ana Cristina Brito Arcoverde</b>      | <b>Assistente Social</b>  | <b>Uma alternativa à exclusão social? Unidades produtivas comunitárias em Recife (1979/1985)</b>            |
| <b>3</b>                                   | <b>Mundo do trabalho, Ano XVII, n. 52, Dezembro de 1996.</b>                | <b>Denise Chrysóstomo de Moura Juncá</b> | <b>Assistente Social</b>  | <b>Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos</b>                                       |
| <b>4</b>                                   | <b>Mínimos sociais e exclusão social - Ano XVIII, n. 55, novembro 1997.</b> | <b>Mariangela Belfiore Wanderley</b>     | <b>Assistente Social</b>  | <b>Refletindo sobre a noção de exclusão</b>                                                                 |
| <b>5</b>                                   | <b>Espaço público, cidadania e terceiro setor - Ano XX, n. 59,</b>          | <b>Ximena Baráibar Ribeiro</b>           | <b>Trabajadora Social</b> | <b>Articulación de lo diverso: lecturas sobre la exclusión social y sus desafíos para el Trabajo Social</b> |

|           |                                                                      |                               |                          |                                                                                                    |
|-----------|----------------------------------------------------------------------|-------------------------------|--------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
|           | março 1999.                                                          |                               |                          |                                                                                                    |
| <b>6</b>  | Seguridade social e cidadania - Ano XXII, n. 65, março 2001.         | Ximena Baráibar Ribeiro       | Trabajadora Social       | Algunas vinculaciones entre los procesos de exclusión social y los cambios en el mundo del trabajo |
| <b>7</b>  | Violência - Ano XXIII, n. 70, julho 2002                             | Estela Grassi                 | Doctora em Antropología  | Variações em torno a la exclusión: ¿De qué integración hablamos?                                   |
| <b>8</b>  | Cidade, proteção e controle social - Ano XXIII, n. 72, novembro 2002 | Raquel Rolnik                 | Arquiteta                | É possível uma política urbana contra a exclusão?                                                  |
| <b>9</b>  | <b>Estado e regulação social - Ano XXIV, n. 76, novembro 2003</b>    | <b>Safira Bezerra Ammann</b>  | <b>Assistente Social</b> | <b>Cidadania e exclusão social: o mundo desenvolvido em questão</b>                                |
| <b>10</b> | Reconceituação do Serviço Social - Ano XXVI, n. 84, novembro 2005.   | Carla Bronzo Ladeira Carneiro | Cientista Social         | Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social                               |

|           |                                                                                                        |                                                                            |                                 |                                                                                                                             |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>11</b> | <b>Ética, execução de políticas públicas, democracia participativa - Ano XXVII, n. 85, março 2006.</b> | <b>Regina Maria dos Santos</b>                                             | <b>Assistente Social</b>        | <b>O Serviço Social e a exclusão/inclusão social dos portadores de HIV/AIDS: demandas e desafios nos hospitais públicos</b> |
| <b>12</b> | Gestão Pública - Ano XXVIII, n. 90, junho 2007                                                         | Frederico Poley Martins Ferreira (1), Sulamita Crespo Carillho Machado (2) | (1) Economista, (2) Advogada    | Vidas privadas em espaços públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte                                                   |
| <b>13</b> | Memória do Serviço Social, políticas públicas - Ano XXIX, n 96, novembro 2008                          | Ricardo Cesar Rocha da Costa                                               | Cientista Social                | Notas sobre exclusão social                                                                                                 |
| <b>14</b> | Educação, trabalho e sociabilidade - Ano XXXI, n. 106, abril/junho 2011.                               | Andreilcy Alvino Borba (1), Herlander Mata Lima (2)                        | (1) Geógrafo, (2) Engenheiro    | Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia               |
| <b>15</b> | Serviço Social no mundo - Ano XXXI, n. 108, outubro/dezembro 2011.                                     | Belén Morata García de la Puerta                                           | Profesora de Servicios Sociales | Cuestiones para investigación: ¿qué pasa con los servicios sociales en España?                                              |

|           |                                                                                |                                                                |                                                            |                          |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>16</b> | <b>Proteção Social - Ano<br/>XXXIII, n. 116,<br/>outubro/dezembro<br/>2013</b> | <b>Rosângela, Werlang(1); Jussara<br/>Maria Rosa Mendes(2)</b> | <b>(1) Cientista<br/>Social, (2)<br/>Assistente Social</b> | <b>Sufrimento Social</b> |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|--------------------------|

**Observação:** Foram consultados os 116 números da revista.

#### **SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA - B2**

|          | <b>Título</b>                   | <b>Autor(a)</b>                                                                 | <b>Profissão</b>               | <b>Artigo</b>                                                                                                                                   |
|----------|---------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1</b> | <b>v.3, n. 2, jan/jun 2001</b>  | <b>Vera Maria Ribeiro Nogueira</b>                                              | <b>Assistente Social</b>       | <b>Equidade e exclusão social sob<br/>o prisma do financiamento à<br/>saúde no Brasil</b>                                                       |
| <b>2</b> | <b>v.3, n. 2, jan/jun 2001</b>  | <b>Selma Frossard Costa</b>                                                     | <b>Assistente Social</b>       | <b>O processo de reinserção<br/>social do dependente químico<br/>após completar o ciclo de<br/>tratamento em uma<br/>comunidade terapêutica</b> |
| <b>3</b> | <b>v. 6, n. 1, jul/dez 2003</b> | <b>Vera Maria Ribeiro Nogueira, Ivete<br/>Simonatto, Maria Geusina da Silva</b> | <b>Assistentes<br/>Sociais</b> | <b>Fronteira Mercosul - Processos<br/>de inclusão/exclusão no<br/>sistema único brasileiro</b>                                                  |

|                                                                |                                  |                                                                       |                                                      |                                                                                                                                    |
|----------------------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>4</b>                                                       | <b>v. 10, n. 2, jan/jul 2008</b> | <b>Patrícia Palmeira Gonçalves, Sandra<br/>Maria Almeida Cordeiro</b> | <b>Assistentes<br/>Sociais</b>                       | <b>Moradores da Poligonal<br/>Primavera: implicações de uma<br/>ocupação irregular</b>                                             |
| <b>Observação:</b> Foram consultados os 30 números da revista. |                                  |                                                                       |                                                      |                                                                                                                                    |
| <b>TEXTOS E CONTEXTOS - A2</b>                                 |                                  |                                                                       |                                                      |                                                                                                                                    |
|                                                                | <b>Título</b>                    | <b>Autor(a)</b>                                                       | <b>Profissão</b>                                     | <b>Artigo</b>                                                                                                                      |
| <b>1</b>                                                       | v. 1, n. 1, 2002.                | Carlos Nelson dos Reis                                                | Economista                                           | Exclusão social: a<br>multidimensionalidade de uma<br>definição                                                                    |
| <b>2</b>                                                       | v. 1, n. 1, 2002.                | Fabiane Konowaluk Santos                                              | Psicóloga                                            | (RESENHA) Vidas ao léu:<br>trajetória de exclusão social, de<br>Sarah Escorel                                                      |
| <b>3</b>                                                       | <b>v. 2, n.1, 2003.</b>          | <b>Carlos Nelson dos Reis (1), Marta<br/>Carrer Herpich (2)</b>       | <b>(1) Economista,<br/>(2) Assistente<br/>Social</b> | <b>Exclusão social e<br/>descentralização político-<br/>administrativa: a especificidade<br/>da política de assistência social</b> |
| <b>4</b>                                                       | v.4, n. 1, 2005.                 | Carlos Nelson dos Reis                                                | Economista                                           | Inclusão social: uma proposta de<br>integração articulada de políticas<br>sociais públicas                                         |

|          |                          |                                                                 |                                             |                                                                                                     |
|----------|--------------------------|-----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>5</b> | v.4, n. 1, 2005.         | Laura Patrício de Arruda                                        | Filósofo                                    | O profissional da saúde e o processo de cura: do doente excluído ao sujeito empoderado              |
| <b>6</b> | v.4, n. 1, 2005.         | Ana Paula Motta Costa                                           | Advogada e Cientista Social                 | População em situação de rua: contextualização e caracterização                                     |
| <b>7</b> | v.4, n. 1, 2005.         | Edemar Rotta                                                    | Filósofo                                    | Trabalho e desenvolvimento na construção social                                                     |
| <b>8</b> | <b>v. 5, n. 1, 2006.</b> | <b>Maria Bernadette de Moraes Medeiros</b>                      | <b>Assistente Social</b>                    | <b>Interdição civil: uma exclusão oficializada?</b>                                                 |
| <b>9</b> | <b>v. 6, n. 2, 2007.</b> | <b>Fabício André Tavares (1), Gislaine Cristina Pereira (2)</b> | <b>(1) Assistente Social, (2) Psicóloga</b> | <b>Reflexos da dor: contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica</b> |

|                                                                |                          |                                                                                                                                                                                                         |                          |                                                                                                                                     |
|----------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>10</b>                                                      | v. 8, n. 1, 2009.        | Michele Moraes Oliveira, Karla Maria Damiano Teixeira, Michelle Miranda Santana, Priscila Rezende Cardoso Oliveira, Cristina Teixeira Lélis, Márcia Cristina de Paiva Freitas, Adriana Mayrink Linhares | Economistas Domésticas   | Marcas psicológicas da violência doméstica: análise de histórias de vida de mulheres de comunidades populares urbanas               |
| <b>11</b>                                                      | <b>v. 9, n. 1, 2010.</b> | <b>Denise Yasodã Freitas Dornelles</b>                                                                                                                                                                  | <b>Assistente Social</b> | <b>Percurso metodológico de análise do Programa Bolsa Família na RMS/Bahia: estudo de caso de Camaçari, Candeias e Simões Filho</b> |
| <b>Observação:</b> Foram consultados os 20 números da revista. |                          |                                                                                                                                                                                                         |                          |                                                                                                                                     |